



AMAZÔNIA CARIBENHA: processos históricos e os desdobramentos socioculturais e geopolíticos na ilha da Guiana

Reginaldo Gomes de Oliveira



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR

REITOR

José Geraldo Ticianeli

VICE-REITOR

Silvestre Lopes da Nóbrega

EDITORA DA UFRR

Diretor da EDUFRR

Fábio Almeida de Carvalho

CONSELHO EDITORIAL

Alcir Gursen de Miranda
Anderson dos Santos Paiva
Bianca Jorge Sequeira Costa
Fabio Luiz de Arruda Herrig
Georgia Patrícia Ferko da Silva
Guido Nunes Lopes
José Ivanildo de Lima
José Manuel Flores Lopes
Luiza Câmara Beserra Neta
Núbia Abrantes Gomes
Rafael Assumpção Rocha
Rickson Rios Figueira
Rileuda de Sena Rebouças



Editora da Universidade Federal de Roraima
Campus do Paricarana - Av. Cap. Ene Garcez, 2413,
Aeroporto - CEP.: 69.310-000. Boa Vista - RR - Brasil
e-mail: editora@ufr.br / editoraufrr@gmail.com

Fone: + 55 95 3621 3111

A Editora da UFRR é filiada à:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

**AMAZÔNIA CARIBENHA:
processos históricos e os desdobramentos
socioculturais e geopolíticos na ilha da Guiana**

Reginaldo Gomes de Oliveira



EDUFRR
Boa Vista - RR
2020

Copyright © 2020

Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados ao autor, na forma da Lei.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Capa Imagem

Fonte: Cedido pelo professor Lodewijk Hulsman em 2008. Mapa elaborado por Jodocus Hondius em 1599, com base nas informações da Expedição de Walter Raleigh (1594) e de Lawrence Keymis (1596). Gravura sobre papel, 39,7 x 54,4 cm, 1 mapa, color. Escala 1:40.000.000. Disponível no Arquivo Público de Amsterdam.

Revisão Ortográfica

Maria Alves Albuquerque

Projeto Gráfico

Cezário Paulino B. de Queiroz

Diagramação

Cezário Paulino B. de Queiroz

Capa

Camila Apiscope

Derick Lucas

Cezário Paulino B. de Queiroz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

O46a Oliveira, Reginaldo Gomes de.

Amazônia caribenha: processos históricos e os desdobramentos socioculturais e geopolíticos na ilha da Guiana / Reginaldo Gomes de Oliveira. - Boa Vista : Editora da UFRR, 2020.

251 p. : il.

ISBN: 978-65-86062-71-7

1 - Amazônia caribenha. 2 - Guiana. 3 - História da Amazônia. 4 - Geopolítica. I - Título. II - Universidade Federal de Roraima.

CDU - 98(81:881)

Ficha Catalográfica elaborada pela: Bibliotecária/Documentalista:
Shirdoill Batalha de Souza - CRB-11/573

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é
de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es)

LISTA DE SIGLAS

ADEKUS	Universidade Anton de Kom do Suriname
DWIC	Dutch West-Indische Compagnie
NUPEPA	Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia
RR	Roraima
UCAB	Universidade Católica Andrés Bello
UCV	Universidade Central da Venezuela
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UG	Universidade de Guyana
UnB	Universidade de Brasília
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
USP	Universidade de São Paulo
UvA	Universidade de Amsterdam
UWI	Universidade West Indies
VOC	Vereenigde Oost-Indische Compagnie

SUMÁRIO

Preâmbulo.....	08
Prefácio.....	10
Introdução.....	13
Capítulo I - Amazônia Caribenha: os primeiros séculos de contato entre europeus e indígenas.....	26
Capítulo II - Amazônia Caribenha, os povos indígenas e os europeus: início dos desdobramentos históricos e socioculturais.....	46
Capítulo III - Povos indígenas e europeus: as primeiras expedições amazônicas: breve comentário.....	57
Capítulo IV - Amazônia Caribenha: o século XVII e as transformações geopolíticas, socioculturais e econômicas.....	82
Capítulo V - Amazônia Caribenha: o século XVIII e outros desdobramentos históricos, geopolíticos e culturais.....	130

Capítulo VI - Amazônia Caribenha: o século XIX e as primeiras décadas do século XX, os processos de independência com novos desdobramentos históricos, geopolíticos e culturais.....	198
Capítulo VII - Considerações finais.....	232
Referências.....	236
Posfácio.....	246

Preâmbulo

Esta obra revela distintos fragmentos históricos e socioculturais extremamente escassos na literatura brasileira e caribenha. Aborda variados aspectos do processo de colonização na denominada ilha Amazônia Caribenha ou território da ilha da Guiana, para uma reflexão sobre a relação entre os cinco países que compartilham terras na referida ilha localizada na América do Sul. O autor enfrenta desafios ao coletar os dados e reunir as diferentes abordagens na elaboração desta obra, que difunde o conceito de Amazônia Caribenha e seus desdobramentos históricos e culturais, como uma única e singular região. Destaca aspectos comuns na história dos estados federados brasileiros de Roraima e Amapá, como originários da Guiana Portuguesa durante o processo colonizador europeu.

Entretanto, para chegar ao objetivo de elaboração deste livro, um amigo e colaborador fez-se presente na troca de informações e estudos compartilhados, desde o primeiro encontro em 2005 na Universidade Federal de Roraima (UFRR) até sua despedida final, quando faleceu em 2 de dezembro de 2016. Foram 11 anos compartilhando pesquisas, e juntos inovamos concepções e metodologias históricas ao abordarmos

os temas históricos e socioculturais da ilha da Guiana, denominada por nós como Amazônia Caribenha. A dupla com Lodewijk Huslman, ou simplesmente Lô, marcou minha vida acadêmica e de historiador das Guianas. Foi na companhia de Lô que valorizei meu pertencimento de amazônico caribenho ou nativo do Circum-Roraima. Sou muito grato às intervenções de Lô, sempre enriquecedoras, que ampliaram meu conhecimento sobre nossa região Amazônia Caribenha em conexão Circum-Roraima.

Boa leitura.

O autor.

Prefácio

Há cerca de quinze anos, um grupo de professores da Universidade Federal de Roraima, ligado ao Departamento de História e à Coordenação de Ciências Sociais, fundou o Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (Nupepa) na Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Ao se constituir como núcleo acadêmico, pela formação em 2005 do grupo de pesquisa Desenvolvimento Social, Político e Eleitoral da Amazônia, registrado no CNPq, o Nupepa construiu sua trajetória convergindo o interesse de pesquisa para duas áreas temáticas: Relações Fronteiriças, e Sociedade e Política na Amazônia.

Visando atingir os objetivos de estudo em uma perspectiva internacional, o Núcleo buscou aproximar-se de outros grupos de pesquisa, principalmente dos países pan-amazônicos, interessado em realizar projetos em conjunto. Passos importantes foram dados nessa direção pela Revista Olhares Amazônicos do Nupepa com a realização de intercâmbios e seminários, e a publicação de livros e artigos científicos com a presença de pesquisadores estrangeiros lecionando nas universidades dos países da Pan-Amazônia.

Um dos pioneiros nesse trabalho foi o historiador Reginaldo Gomes de Oliveira que, ao lado do

também colega do Nupepa e professor na Universidade de Amsterdã, Holanda, Lodewijk Augustus Hulsman (in memoriam), não titubeou na construção de uma agenda coletiva de pesquisa envolvendo cate-dráticos das Universidades da Guiana e do Suriname. O ponto de partida foi compreender o processo histórico de colonização da Amazônia Caribenha, uma ilha continental (Ilha da Guiana) – outrora existente como singular na América do Sul – pouco discernida entre os estudos brasileiros.

O presente estudo reflete a dedicação de Reginaldo Gomes de Oliveira em oferecer ao público um conjunto de informações que ajudam a compreender melhor a trajetória dessa colonização. A Amazônia Caribenha pertenceu inicialmente ao Reino da Espanha no fim do século XV. Mas, pelas guerras e pelos acordos firmados durante a Europa renascentista, teve seu território dividido entre cinco nações, gerando na região processos socioculturais e geopolíticos eminentemente distintos: espanhol, português, inglês, neerlandês e francês.

Ouso dizer que este livro deveria fazer parte da historiografia brasileira, normalmente adotada nas Universidades, pelos apontamentos que permitem recontar a história regional da Amazônia. Um caminho que não é fácil, seja pela escassez de acervo disponível para pesquisa, seja pelos percalços em submeter ao teste empírico ideias que reexaminam concepções antes aceitas como óbvias. O livro tem potencial para

abrir, no Brasil, um novo ciclo de debates e investigações sobre a história da Amazônia.

Boa Vista, 4 de setembro de 2020.

Roberto Ramos Santos

Introdução

Inicialmente, informamos que o livro reúne diversas notas de pesquisa elaboradas durante os diferentes encontros realizados com os pesquisadores parceiros, presentes nas variadas instituições universitárias da região das Guianas. São notas e fragmentos históricos, da questão colonial até o início do século XX, que tratam sobre os povos e a ilha da Guiana ou da Amazônia Caribenha. Todas as anotações foram cuidadosamente ordenadas entre 2006 e 2019, paralelas às publicações e aos debates que o referido grupo de pesquisadores executaram no mencionado período.

No século XXI, a História Regional Amazônica, em diálogo com os desdobramentos históricos entre Europa, América e Caribe, revelou um processo histórico de transformações plurais que auxilia o historiador nas análises abrangentes acerca da região. Nesse sentido, o tema tornou-se um desafio ao interpretar o referido diálogo histórico, considerando os múltiplos processos socioculturais e geopolíticos na ilha da Guiana. Esse assunto ainda é pouco abordado ou discutido pelos historiadores amazônicos. Nessa perspectiva, o presente livro aborda de modo desafiante e inovador o tema das Guianas no contexto amazônico. Para isso, o método de estudos que utilizamos para chegar a nossos objetivos foi de investigação teórica

e fontes publicadas. Analisamos variadas interpretações históricas acerca dos primeiros encontros dos europeus com os povos indígenas do tronco linguístico Karíb e Arawak¹, possibilitando recontar a história da referida região.

Ao ampliarmos nossas informações a respeito dos encontros interculturais realizados nessa singular região da Amazônia, percebemos enérgicas mudanças históricas dos ameríndios e transformações socioculturais que vêm sendo provocadas pelos europeus desde o fim do século XV. Nesse processo intercultural, o reino da Espanha autorizou o primeiro grupo de súditos navegadores, que propagou o poder do rei e da manifestação sociocultural europeia na conquista do Novo Mundo. Implantaram-se normas e estratégias régias, favorecendo o poder geopolítico e econômico espanhol, de transformação pelo convívio e pela integração baseada na evangelização e civilidade europeia, aos nativos da América e do Caribe.

Eram grupos europeus que desconheciam as terras e os povos do Novo Mundo. Eram representantes de uma sociedade europeia em transformação entre as relações socioculturais da Idade Média com uma Europa renascentista. No entanto, essa socieda-

¹ A grafia Karíb faz parte dos estudos linguísticos. Identifica o tronco linguístico dos povos indígenas dessa região. Sentido semelhante é o termo Arawak. O termo Caribe faz referência ao território ou região, ao mar (Atlântico Norte) com suas inúmeras ilhas, como também a sociedade regional.

de europeia introduziu um novo sistema sociocultural que os reuniu e deu ordem em suas novas relações e poder geopolítico regional. Assim, as normas régias fizeram surgir no Novo Mundo um conjunto de regras que aspiraram civilizar o selvagem e controlar em seguida os novos eventos socioculturais e geopolíticos na desconhecida região das Guianas.

Nesse contexto, uma nova ordem de sistema cultural reorganizou as relações de parentesco, definindo grupos familiares, quebrando as interpretações de parentesco coletivo indígena em diálogo cosmogônico. Ao inserir o código matrimonial, os espanhóis, por meio do cristianismo, determinaram o casamento como sacramento na ordem familiar. Eram princípios civilizatórios europeus que encerraram a estrutura dos ritos, mitos e das lendas, que foi considerada impura pelo processo sociocultural e evangelizador cristão, trazido da Europa para a América e o Caribe. Uma ordem régia espanhola de leis ou preceitos morais foi construindo elementos jurídicos, políticos e cristãos na posse da nova terra e de seus habitantes.

Ao fazer uso do poder geopolítico cristão espanhol, da conquista militar e da colonização europeia, estimularam-se não só as mudanças na vida indígena presente no Novo Mundo, mas a posse do Oceano Atlântico e a ampliação das rotas de comércio e do poder régio cristão sobre a terra ameríndia. Podemos dizer que foi um significativo momento renascentista europeu, com desdobramento histórico na Europa,

África, América e Caribe durante a virada do século XV para o XVI. Evento renascentista de visão eurocêntrica, que alargou as relações internacionais, vislumbrou diferentes manifestações socioculturais e econômicas, envolvendo as distintas situações históricas vivenciadas pelos europeus e os povos indígenas na América e no Caribe.

Com o advento do século XVI, o encontro europeu com os povos indígenas do tronco linguístico Karíb e Arawak dinamizou ações de lutas armadas e tréguas de paz no Novo Mundo. Acontecimento com cessação temporária de hostilidades, apaziguadas pela pregação cristã inserida na vida ameríndia com as primeiras expedições exploradoras europeias. Assim, ao introduzir a cultura europeia no mundo indígena amazônico caribenho, o reino espanhol tomou posse das terras do novo continente, habitado por povos Karíb, Arawak e Inca entre outros grupos de famílias indígenas. Em um ato régio deslumbrante, o rei espanhol Carlos V transformou a Espanha em um império atlântico, com poder monárquico e geopolítico europeu-americano-caribenho.

Época em que se iniciou um processo modernista na história da Europa, América e Caribe, com a modificação da dinâmica sociocultural dos povos Karíb, Arawak e do europeu que passou a povoar a América Espanhola. Ação de cunho intercultural, produzida pelo movimento das expedições exploradoras autorizadas pelo rei Carlos V. Eram expedições

espanholas que tinham a finalidade de mapear as potencialidades econômicas e geográficas. Os viajantes e cronistas elaboravam diversos conhecimentos com informações recolhidas dos povos indígenas. Um trabalho proativo e dinâmico no levantamento de dados geoespaciais regionais, ampliando as informações da cartografia e dos produtos da floresta para o mercado europeu. Época de transformações na Europa renascentista, que estabeleceu a Espanha como proprietária da região conforme o Tratado de Tordesilhas (1494).

Nesse caso, não temos registros da língua oficial que serviu de auxílio para a tradução e interpretação das informações divulgadas pelos povos Karíb e Arawak aos viajantes das referidas embarcações exploratórias. Porém, há alguns registros sobre o embarque de indígenas que foram levados para a Europa. Ao regressarem com os viajantes exploradores, tornaram-se intérpretes.

Dessa maneira, eram navegadores europeus que registravam tudo e elaboravam os Relatórios de Viagens, que eram enviados ao rei Carlos V. No entanto, os viajantes europeus registraram que os povos indígenas se deslocavam navegando ou caminhando entre os rios Orinoco, Essequibo, Corentyne, Suriname, Amazonas e Negro. Quando navegavam para o interior amazônico, faziam uso dos caminhos fluviais dos rios Branco e Rupununi. Em todos esses caminhos fluviais ou terrestres na ilha da Guiana, os exploradores registraram o encontro com povos do tronco lin-

guístico Karíb e Arawak e suas tradicionais manifestações culturais, consideradas estranhas e exóticas aos olhares do europeu.

São temas que nos auxiliaram a interpretar os primeiros encontros entre europeus e povos indígenas nessa singular região amazônica. Assunto que, nos dias atuais (século XXI), ainda desperta outros olhares e novos estudos com apoio na documentação histórica amazônica e caribenha. Nesse caso, a tarefa acadêmica não se mostrou fácil, pois o acervo historiográfico brasileiro quase nada tem publicado sobre esse período da União Ibérica (1580-1640) na Amazônia espanhola. As informações históricas luso-brasileiras sobre a fase colonizadora portuguesa no antigo Estado Independente do Maranhão (1621) – que depois do fim da Guerra da Restauração (1668) foi denominado de Maranhão e Grão-Pará – não dão clareza sobre a relação dos súditos portugueses com os reis espanhóis da dinastia dos Habsburgos.

Contudo, a produção publicada pelo grupo de pesquisadores parceiros das universidades amazônicas e caribenhas (CRUZ, HULSMAN, OLIVEIRA, 2014; GAZTAMBIDE-GÉIGEL, 2014, LOUREIRO, OLIVEIRA, DUARTE, 2012; OLIVEIRA; IFILL, 2011; OLIVEIRA; JUBITHANA-FERNAND, 2014) permitiu uma visão de conjunto de nosso pensamento sobre o processo histórico e sociocultural dessa citada região. Reafirmamos, portanto, que essa obra é quase um livro de apontamentos, no qual o autor se permitiu, de

forma menos rígida, narrar sobre os distintos aspectos da construção histórica regional amazônica e caribenha.

Para isso, fizemos uso das reflexões de autores como Nádia Farage (1991), Lodewijk Hulsman (2005, 2007, 2009, 2011), Reginaldo Gomes de Oliveira (2003, 2006, 2008a, 2008b, 2010, 2011, 2014), Frank Moya Pons (2007), *Tierra Firme* (2003, v. 21), que apresentaram uma reflexão teórica da literatura brasileira em diálogo com a literatura caribenha, neerlandesa, inglesa, espanhola e francesa.

Nesse sentido, o grupo de pesquisadores liderados por Reginaldo Oliveira, na Universidade Federal de Roraima (UFRR), tem desenvolvido reflexões pontuais sobre o tema regional amazônico caribenho desde o século XVI ao século XXI. São estudos com análises ampliadas, por meio do diálogo do pensamento decolonial ou pós-colonial, que sugerem uma revisão histórica regional amazônica e caribenha; ou seja, outra perspectiva histórica, identificando conceitos necessários para analisarmos a decolonialidade ou pós-colonial, no interior de sua construção historiográfica de visão eurocêntrica (MIGNOLO, 2003, 2007, 2017; REIS; ANDRADE, 2018).

Esses autores decoloniais revelaram fundamentos teórico-metodológicos relevantes para pensarmos nas trajetórias históricas e socioculturais colonizadas no contato com o presente pensamento decolonial. Pensamento que possibilitou outra leitura do proces-

so histórico regional, marcado pela opressão colonizadora. Desse modo, enfatizamos que a intenção não é uma ruptura historiográfica, mas uma complementação e provocação para outro posicionamento histórico regional no século XXI.

Com base nesse posicionamento histórico, esclarecemos que o vocábulo Amazônia Caribenha é um recorte regional amazônico e internacional em formato de ilha, localizada ao norte da América do Sul. A ilha é circundada por águas do Oceano Atlântico Norte, entre o delta do rio Orinoco e o delta do rio Amazonas. Para o interior, o litoral da ilha é rodeado por águas dos seguintes rios: pela margem esquerda dos rios Amazonas e Negro; depois, pelo Canal do Cassiquiare, que se comunica com os rios Negro e Orinoco. Em seguida, pela margem direita do rio Orinoco. Conforme foi citado, todo esse território amazônico caribenho era da Coroa espanhola pelo Tratado de Tordesilhas (1494).

No entanto, em 1648, com a assinatura do Tratado de Münster, todo o território da ilha foi reconhecido pelo rei espanhol Filipe IV como pertencente à República Neerlandesa (Holandesa). Destacamos que a República Neerlandesa foi criada em 1581 com a unificação das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, convertidas ao cristianismo da Igreja Reformada por Lutero e Calvino. Para essa ação política, aproveitaram um momento de paz da Guerra dos Oitenta Anos - ou Revolta Holandesa - entre os Países Baixos e os

espanhóis. Nesse processo histórico, os neerlandeses eram parte das Dezesete Províncias Unificadas dos Países Baixos, incorporadas ao reino da Espanha pelo rei Carlos V em 1517.

Nessa linha de pensamento histórico, interligando aspectos da Europa, da América do Sul e do Caribe, vamos apresentar um pouco mais o rei Carlos V, que se destacou na consolidação da América e do Caribe espanhol. No ano de 1500, ele nasceu em Ghent (neerlandês), hoje, uma cidade da região flamenga da Bélgica, antiga região dos Países Baixos. Era filho de Filipe, o Formoso, arquiduque da Áustria, e de Dona Joana, a Louca, princesa de Castela. Em 1517, ao assumir o reino da Espanha por herança dos avós maternos, D. Fernando II de Aragão e Dona Isabel I de Castela, Carlos V assumiu também por herança dos avós paternos, o imperador Maximiliano de Augsburg e Dona Maria de Borgonha, o Sacro Império Romano-Germânico.²

Com a Reforma Protestante iniciada por Martinho Lutero em 1517, parte da sociedade do citado Sacro Império era católica romana, outra parte era católica ortodoxa ou protestante, ampliando a complexidade sociocultural e geopolítica do referido Império.

² O Sacro Império Romano-Germânico era composto por variados territórios da Europa Central e Norte, com sociedade multiétnica, distribuída em diversos reinados, principados, ducados, bispados, condados, cidades imperiais livres e outros domínios. O imperador era eleito e nomeado pelo papa. Nesse contexto imperial estavam inclusos o Reino Germânico da Áustria, da Boêmia, da Itália, da Borgonha, de Habsburgo.

Nesse confuso processo de formação do império espanhol, ao completar 20 anos, foi denominado Carlos I como rei espanhol, e Carlos V como imperador do Sacro Império Romano-Germânico. Cronistas e historiadores europeus do século XVI começaram a denominar o rei da Espanha de Carlos V, dando maior importância ao título supremo do império. Esse hábito de identificar o rei espanhol como Carlos V se popularizou, e a historiografia não hesitou em reconhecer o rei da Espanha Carlos I como Carlos V.

Na complexidade histórica espanhola do século XVI, outra curiosidade foi o momento de assumir o trono da Espanha, pois Carlos V não falava espanhol, mas o francês e o flamengo ou o neerlandês. O rei, considerado estrangeiro, trouxe dos Países Baixos para o reino espanhol seus conselheiros flamengos e neerlandeses. Isso desagradou à nobreza de Aragão e Castela, que formava o pequeno reino católico romano da Espanha de Fernando II e Isabel I desde o século XV. O casamento do rei Fernando de Aragão e Isabel de Castela e Leão resultou na formação da Monarquia da Espanha, que foi a unificação dos três reinos: Castela, Leão e Aragão. Nesse conjunto de ações régias, Carlos V unificou os quatro mais importantes reinos da Europa renascentista: Áustria, Habsburgo, Castela e Aragão, consolidando e fortalecendo a Espanha como grande império da Europa, América e Caribe.

Historicamente, desde o período medieval, o Estado Geral dos Países Baixos, com suas Dezessete

Províncias Unificadas, fazia parte do reino de Habsburgo. Na sucessão dos acontecimentos instituídos pelo rei espanhol, as Províncias Unidas dos Países Baixos foram incorporadas ao reino da Espanha.

Nesse ampliado e unificado contexto intercultural e geopolítico, com súditos de línguas e culturas distintas, com religião Católica e Protestante, o rei Carlos V criou normas para o reconhecimento de direito e respeito aos diferentes hábitos de seus súditos no extenso império da Espanha-Americana-Caribenha. Para dinamizar o desenvolvimento do Novo Mundo espanhol, Carlos V autorizou os representantes da burguesia mercantilista dos Países Baixos espanhóis a efetuarem o comércio e ampliarem o conhecimento cartográfico e sociocultural da região da Guiana.

Nessa perspectiva histórica espanhola e neerlandesa, em 1648, ao assinar o Tratado de Münster, o rei espanhol Filipe IV, bisneto de Carlos V, decretou ordens para os neerlandeses expulsarem todo estrangeiro que estivesse ocupando a ilha da Guiana. Ordens extensivas aos portugueses que estavam povoando o denominado Cabo Norte, território da Guiana localizado na margem esquerda do delta do rio Amazonas. Era um período de conflitos entre os espanhóis e portugueses, que estavam em confrontos armados travados na denominada Guerra da Restauração do Reino de Portugal (1640-1668), liderada pelo duque de Bragança, D. João.

Essa guerra pôs fim à União Ibérica e deu autonomia política ao reino português com a dinastia de Bragança. O duque D. João foi aclamado, como D. João IV, rei de Portugal. O evento hispano-luso desencadeou momentos de intensas disputas pela posse da terra e do povo indígena na América, mesmo após o Tratado assinado com o fim da Guerra da Restauração. Nesse panorama de embates armados, após o fim da Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648) e da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), os neerlandeses envolveram-se em conflitos bélicos contra portugueses, ingleses e franceses que disputavam o poder sobre as rotas comerciais atlânticas e ocupação no território amazônico. Esse conjunto de combates entre adversários não foi favorável aos neerlandeses, pois tiveram dificuldades na ocupação e defesa da ilha da Guiana.

Assim, no decorrer dos séculos XVI ao XIX, a região amazônica caribenha sofreu significativas mudanças socioculturais e geopolíticas. Foi dividida e compartilhada pelos europeus e os povos indígenas. Os diferentes conflitos socioculturais, políticos e armados na Europa, como a Guerra dos Oitenta Anos, a Guerra dos Trinta Anos, a Contrarreforma, a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas, diversificaram o processo histórico e intercultural europeu-americano-caribenho.

Todos esses eventos de guerras e movimentos revolucionários fizeram crescer as situações que possibilitaram novas configurações socioculturais, geo-

políticas e socioeconômicas no imenso território que foi dominado pela Espanha. Os relatos dos cronistas e viajantes que navegaram pela região amazônica caribenha e pelas ilhas do mar Caribe, nos séculos XVIII e XIX, revelaram com maior clareza a desconstrução da ordem mítica e cultural indígena amazônica e caribenha. Processo europeu que misturou diferentes trajetórias históricas, culturais e trocas comerciais em um convívio plural no cenário amazônico caribenho. Foram situações relevantes e de transformações que ocorreram rapidamente, mudando a vida do europeu e dos povos indígenas caribenhos e amazônicos.

Nessa perspectiva, a obra é composta por subtítulos que narram questões históricas construídas desde o fim do século XV até o início do século XX. O autor não tem a pretensão de ser exaustivo, mas o conjunto de temas abordados permitem aos leitores um conhecimento atualizado de significativos assuntos de nossa historiografia regional amazônica caribenha.

Capítulo I

Amazônia Caribenha: os primeiros séculos de contato entre europeus e indígenas

O processo histórico da Amazônia Caribenha ou ilha da Guiana é um estudo desafiador, por estar localizada em uma particular região da América do Sul. A região já foi apresentada por diferentes estudos, mas ainda temos muitas perguntas e conhecimento fragmentado sobre seus acontecimentos históricos, envolvendo os europeus e os povos indígenas da América e do Caribe. Estudos arqueológicos nos deram notícias de que a trajetória sociocultural da região é milenar, integrada e dinâmica. O diversificado território com seus rios, florestas, savanas, serras, como parte do Escudo das Guianas, possibilitou uma compreensão geoespacial da ilha da Guiana. A identidade sociocultural da ilha e do Escudo das Guianas ganhou complexidade quando inserimos a diversidade histórica e cultural dos povos Karíb, Arawak, Inca, europeus, africanos, asiáticos entre outros povos presentes na região amazônica no século XXI.

No entanto, para argumentarmos sobre os primeiros encontros entre europeus e povos indígenas, vamos privilegiar os povos Karíb e Arawak, registrados nos relatos dos viajantes e cronistas do fim do século XV e século XVI. Foram relatos que identificaram esses nativos como habitantes nas ilhas do Caribe e

no litoral da ilha da Guiana. São povos de línguas e culturas distintas, mas envolvidos na rede comercial amazônica caribenha, com variados produtos alimentares, ferramentas, amuletos, redes, canoas, que circulavam e consolidavam a produção da cultura material ameríndia amazônica caribenha.

Assim, a região do rio Orinoco ganhou relevância nos primeiros estudos a respeito desse contexto regional amazônico caribenho. Foi uma das primeiras regiões visitadas pelos viajantes espanhóis em busca de produtos para o mercado europeu, do desconhecido El Dorado e da tomada de posse da terra. É um território com extensão para o conjunto de montanhas ou serras Pacaraima, Parima e outras que incorporam o Escudo das Guianas, com diversificadas famílias indígenas. No início do contato europeu com os povos indígenas, essa região era descrita como litoral selvagem e com áreas alagadiças em sua costa caribenha, que dificultavam o contato com as áreas de terra firme.

Foi nesse cenário litorâneo pantanoso e selvagem que o navegador espanhol ampliou o conhecimento sobre o rio Orinoco, integrado à rede aquática do Escudo das Guianas. O Orinoco tornou-se o principal caminho fluvial entre o litoral e o interior selvagem, que revelou diferentes conexões fluviais e terrestres, com uma complexa terra de relação socio-cultural, política e mítica dos povos Karíb e Arawak. Povos indígenas que, integrados ao pensamento míti-

co dos ancestrais, enfatizavam aspectos da memória oral e suas tradições acerca do herói cultural Makunaima. Um sistema cosmogônico descrito por mito e lenda, presente nas trajetórias históricas dos povos indígenas habitantes do território do Monte Roraima: o Circum-Roraima. São processos históricos, caminhos culturais e mundo cosmogônico dos nativos, dando unicidade às transformações históricas eurocêntricas na ilha da Guiana (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014). A Figura 1 mostra a Amazônia Caribenha do fim do século XVI, com destaque para a ilha da Guiana.

No mapa holandês da Amazônia do século XVI, elaborado pelo cartógrafo Hondius, ficou evidente o caminho fluvial do rio Orinoco como o mais conhecido. Percebem-se as várias informações indicando o trajeto para o interior amazônico em direção ao suposto lago do El Dorado. São caminhos fluviais e terrestres, em conexão, guiados pelos povos indígenas no principal caminho fluvial do litoral Atlântico Norte para o interior da Guiana em direção aos Andes. O rio das Amazonas ainda era quase desconhecido na cartografia do século XVI, e vai ter destaque no século XVII após a expedição do português Pedro Teixeira.

Figura 1 – Mapa da Amazônia no século XVI, com destaque para a ilha da Guiana



Fonte: Cedido pelo professor Lodewijk Hulsmann em 2008. Mapa elaborado por Jodocus Hondius em 1599, com base nas informações da Expedição de Walter Raleigh (1594) e de Lawrence Keymis (1596). Gravura sobre papel, 39,7 x 54,4 cm, 1 mapa, color. Escala 1:40.000.000. Disponível no Arquivo Público de Amsterdam.

A partir do século XVII, o rio Amazonas definiu a fronteira entre o Estado do Maranhão, depois Maranhão e Grão-Pará, e a Amazônia Caribenha, limitada pela margem direita do rio Amazonas e do rio Negro. A margem esquerda do rio Amazonas e do rio Negro era o marco da fronteira da ilha da Guiana ou Amazônia Caribenha.

Assim, no século XXI, o conceito Amazônia Caribenha ganhou visibilidade durante os debates e estudos sobre a ilha da Guiana por pesquisadores do Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (Nupepa/UFRR) a partir de 2006. No entanto, os primeiros estudos da História Regional surgiram nos debates históricos sobre a Amazônia Colonial, realizados na Universidade de São Paulo (USP), no Programa de Pós-Graduação em História Social, por volta de 1999. Foram significativas ações acadêmicas durante o período do curso de doutorado do professor e pesquisador Reginaldo Gomes de Oliveira. Eram debates históricos que foram ampliando a curiosidade histórica sobre a língua e cultura neerlandesa ou holandesa amazônica.

Nessa concepção histórica da Guiana como território amazônico, os estudos realizados no Nupepa/UFRR, que tinham como base teórica a literatura histórica e a cartografia brasileira, passaram a ter diálogo e apoio nos estudos históricos neerlandeses, introduzidos na UFRR pelo historiador da Universidade de Amsterdam (UvA), Lodewijk Hulsman. Atendendo o convite do coordenador de estudos, Reginaldo Oliveira, o pesquisador Hulsman foi incorporado ao grupo do Nupepa/UFRR. Desse modo, os investigadores acadêmicos do citado núcleo de pesquisa, por meio dos debates e estudos etno-históricos, geo-históricos, arqueológicos, geopolíticos e antropológicos, conheceram a ilha da Guiana e deram possibilidade para uma reelaboração cartográfica e documental no século XXI.

Essa ação teórico-metodológica dos referidos pesquisadores, em diálogo com o pensamento dos intelectuais pós-coloniais e decoloniais, deu outro entendimento aos relatos elaborados pelos viajantes europeus, que navegaram nessa região desde o fim do século XV ao século XIX. Eram viajantes com missões régias de registrar narrativas socioculturais, econômicas e tensões no encontro com o índio. Eram viajantes que improvisavam o diálogo intercultural com a finalidade de ampliar o conhecimento e o dinamismo intercultural regional. Elaboravam narrativas que revelaram aspectos de trocas comerciais e influências dos diversos costumes e tradições amazônicas e caribenhas. Eram encontros do europeu com os povos indígenas do tronco linguístico Karíb e Arawak, que modificaram as relações socioculturais e econômicas ao catalogar, organizar e ampliar o conhecimento da ilha da Guiana em favor do europeu.

Ao realizar esse conjunto de tarefas no contato com os povos indígenas, a grafia do termo “Costa Selvagem” foi a primeira denominação europeia para o litoral Atlântico da ilha Amazônia Caribenha (VAN WALLENBURG et al., 2015). Para o viajante espanhol, era um litoral povoado por “selvagens”, que passaram a dialogar com os tripulantes dos navios europeus, que desbravavam a Guiana pelo rio Orinoco e o mar do Caribe. Historicamente, o termo Costa Selvagem foi grafado pela Terceira Viagem de Colombo (1498); quando navegou pelo referido lito-

ral amazônico, conheceu o delta dos rios Essequibo e Orinoco, produzindo o registro do encontro com povos Karíb e Arawak.

Para Colombo e sua expedição, eram “selvagens” que tinham o usufruto e o controle do litoral, como habitantes da referida Costa Selvagem, mas estavam presentes também no delta dos rios Essequibo e Orinoco, considerados “Senhores da Guiana”. Colombo acreditava que eram os mesmos povos indígenas que foram registrados pela sua tripulação como habitantes das ilhas do mar do Caribe em 1492. O termo Caribe foi conhecido na Europa pelo registro da expedição de Colombo, que interpretou a região e os habitantes do mar do Caribe (GAZTAMBIDE-GÉL-GEL, 2014; PONS, 2007; TIERRA FIRME, 2003, v. 21).

De acordo com os relatos dos primeiros viajantes, os povos Arawak que receberam a tripulação de Colombo no mar do Caribe foram os da família Taino. Os povos indígenas Taino foram também identificados por outras expedições espanholas como moradores no delta do rio Suriname e em outras ilhas caribenhas, como a ilha de Cuba e a ilha Espanhola. Hoje a ilha Espanhola é ocupada pela República Dominicana e o Haiti.

Nesse entendimento, os povos Karíb denominados de Warau, conhecidos pela habilidade na fabricação e na navegação com suas canoas, foram reconhecidos pelos viajantes como habitantes do litoral e do delta dos rios amazônicos caribenhos. Para

os navegantes europeus, os povos Warau são índios do tronco linguístico Karíb, que tinham o controle de algumas conexões comerciais amazônico-caribenhas, envolvendo em suas negociações de troca os povos indígenas das ilhas do mar do Caribe. No cenário regional, as redes comerciais indígenas eram conectadas entre o imenso território amazônico caribenho, desde os Andes, passando pelo Vale e o litoral, incorporados ao regional caribenho e o sul da Flórida/Estados Unidos (OLIVEIRA, 2006, 2011).

Por volta de 1499, os registros históricos neerlandeses e espanhóis deram notícias sobre o navegador e mercador italiano Américo Vespúcio. Ele foi um viajante que fez parte da expedição espanhola de Alonso de Ojeda e ampliou os conhecimentos geopolíticos, históricos, socioculturais e econômicos sobre o território descoberto por Colombo. Foi Vespúcio quem esclareceu que o Novo Mundo não era parte da Ásia, mas era uma terra desconhecida do povo da Europa. O europeu considerava a Europa, a África e a Ásia como os únicos territórios conhecidos mundialmente. Para o navegador italiano, era um novo continente com povos que não usavam roupas, manifestando ações culturais e linguísticas bem distintas dos povos da Ásia (Índia, China, Japão). As contribuições históricas e geopolíticas de Américo Vespúcio foram reconhecidas e homenageadas com a denominação das novas terras descobertas: América. No período dos descobrimentos, as interpretações de Vespúcio

sobre o Novo Mundo foram confirmadas e ampliadas pela viagem espanhola de Vicente Yáñez Pinzón entre 1499-1500.

Em 1492, Vicente Yáñez Pinzón fez parte da expedição de Colombo que realizou o primeiro descobrimento e contato com os povos Karíb e Arawak no Atlântico Norte. Foram os primeiros encontros e trocas interculturais com os Taino (Arawak) nas ilhas do denominado Arquipélago das Antilhas. De acordo com seu relato, Vicente Yáñez Pinzón desembarcou em um litoral que seria mais tarde denominado Brasil, registrou o encontro com o povo indígena Potiguara (Nordeste do Brasil). Ao navegar pelo litoral em direção ao denominado mar do Caribe, Vicente Yáñez Pinzón descreveu a foz do rio Amazonas e denominou de “Mar Dulce”. Ao continuar navegando e explorando o litoral da Guiana, ele ampliou o conhecimento cartográfico, registrando o rio Oiapoque e as possibilidades de rotas comerciais por meio do contato com os povos indígenas Karíb e Arawak.

Ao explorarem de modo mais minucioso o território da Costa Selvagem, os navegantes das expedições de exploração perceberam que se tratava de uma ilha. No contato intercultural, ao desenvolverem maior diálogo com os povos indígenas nas margens dos rios Orinoco ou Essequibo, ou Suriname, os viajantes europeus interpretaram que a identidade da região estava na palavra Guiana. Nesse sentido, quando os primeiros viajantes espanhóis e dos Países Baixos

escreveram a expressão Guiana, marcando a manifestação oral dos habitantes nativos, o europeu tomou por empréstimo uma representação da língua do povo indígena Arawak. Vocábulo que ganhou tradução e deu significado para: “terra de muitas águas” ou “terra de muitos rios”, uma significativa área territorial e expressiva geopolítica para a conquista da Amazônia em direção aos Andes (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014; OLIVEIRA, 2006, 2008a, 2011).

O deslocamento dos povos indígenas, nesse variado território amazônico caribenho, contribuiu para a formação de um mosaico panorâmico de famílias e idiomas ameríndios em contato com o europeu no século XVI. Tal panorama e situação parecem semelhantes no atual contexto do século XXI na Amazônia Caribenha; um singular território de sociedade multicultural e linguística, que vivenciou distintas transformações históricas e geopolíticas ocorridas ao longo dos séculos XVI ao XX. São acontecimentos socioculturais e geopolíticos da Guiana, América e Caribe incorporados à literatura histórica mundial.

Esse particular território da América do Sul é vivenciado por um complexo aglomerado social, compartilhando o contexto regional e intercultural, fluindo em distintas línguas nacionais europeias e indígenas. Território revisitado pelos estudos decoloniais e relatado em seus processos históricos e socioculturais, que foram sendo reinterpretados e enriquecidos, especialmente pelos embates das nações em disputa,

durante a definição das fronteiras nacionais. Disputas e imposição sociocultural europeia, mediante a lógica de poder colonial. Um processo histórico e processos político-jurídicos que não consultaram os povos nativos, mas como produtos da terra, foram incorporados aos territórios e aos grupos sociais nacionais de domínio de cada nação europeia (MIGNOLO, 2003, 2007, 2017; OLIVEIRA, 2014; REIS; ANDRADE, 2018).

No desdobramento desse processo em diálogo com o histórico e cultural, os países da Europa foram definindo seus específicos espaços territoriais amazônicos caribenhos. Definições disputadas e negociadas entre os distintos europeus que habitavam a referida região. Essa ação apareceu de modo mais claro nos documentos de Arbitragem, que serviram de apoio político-jurídico na definição das fronteiras dessa singular região na América do Sul (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014). Ao elaborarmos a Figura 2, realizamos a atualização do mapa da Figura 1 quando evidenciamos o território ocupado pelas cinco nações da Europa e as respectivas colônias na Amazônia Caribenha.

Imperial do Amazonas³. Esse desmembramento geopolítico contribuiu para o desaparecimento da ilha da Guiana na cartografia desenvolvida no fim do século XIX. Assim, o realce permaneceu somente para o litoral caribenho, com as três colônias europeias: Guiana Britânica, Guiana Holandesa e Guiana Francesa.

Em 1808, com a chegada da Corte Portuguesa à América, o reino português possuía quatro Estados independentes na América Portuguesa: Brasil com sede no Rio de Janeiro; Maranhão e Piauí com sede em São Luís; Grão-Pará e Rio Negro com sede em Belém; Guiana Portuguesa com Fortes Administrativos e governados por São Luís e depois por Belém. Nesse processo histórico, os atuais estados do Amapá (litoral) e de Roraima (interior) eram unificados como Guiana Portuguesa. No desenrolar das Guerras Napoleônicas, o território da Guiana Portuguesa foi ampliado com a ocupação portuguesa na Guiana Francesa, por ordem do príncipe regente D. João, entre 1809 e 1817. Para essa ação contra a França napoleônica amazônica, o príncipe regente D. João foi apoiado pelos militares do Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão, Grão-Pará e Guiana Portuguesa, que eram coordenados pela Inglaterra, com fornecimento de navios de guerra, militares britânicos e ajuda financeira. Com assinatura de Tratado de Paz durante o Congresso de

³ Esse evento histórico de mudanças geopolíticas, envolvendo os Estados independentes portugueses na América e sua incorporação ao território do Brasil Império, realizou-se no reinado de D. Pedro II, após a Revolta da Cabanagem (1835-1840).

Viena (1814-1815), o território francês amazônico foi devolvido à França.

Foi a partir dessa compreensão histórica, ao dar visibilidade à ilha da Guiana no século XXI – com apoio teórico-metodológico dos estudos pós-coloniais e decoloniais que desmistificaram a invenção historiográfica das classes dominantes europeias, por meio do contato com os povos indígenas das Américas –, que os pesquisadores do Nupepa/UFRR homenagearam os povos indígenas Karíb. São ameríndios identificados como maioria nessa particular região da Amazônia, mantendo um diálogo sociocultural com os povos das ilhas Caribenhas no Atlântico Norte; ou seja, no século XXI, o referido grupo de estudos atualizou as interpretações históricas e a geopolítica regional.

Ao ampliar as informações, denominou-se a região em questão de ilha da Amazônia Caribenha. Isso foi possível por meio dos debates e estudos com base nas fontes históricas e cartográficas comentadas anteriormente.

Já explicamos que os estudos históricos, arqueológicos, etno-históricos e antropológicos, com apoio no pensamento decolonial, têm mostrado, nas últimas décadas do século XX e no início do XXI, os diferentes caminhos históricos, os processos socioculturais e econômicos da nova sociedade amazônica caribenha. Evidenciaram outras leituras das transformações históricas e culturais, que exerceram o controle geopolítico dos povos indígenas Karíb, como os Pemon, Inga-

rikó, Patamona, Akawaio, Warau, Makuxi, Wai Wai, Kalina; ou os Arawak, como os Paraviana, Lokono, Wapichana, Atorai. São povos com conhecimentos ancestrais e diálogos interculturais, no contexto territorial Circum-Roraima, que têm no Monte Roraima a mais significativa representação cultural – as representações cosmogônicas com o mito e o rito de Makunaima.

São povos indígenas habitantes da Amazônia Caribenha que ultrapassam os limites regulamentados pelas fronteiras nacionais, estabelecendo intercâmbios por meio dos deslocamentos entre os países que ocupam a referida Amazônia no século XXI: Brasil, Venezuela, Guyana,⁴ Suriname e Departamento Ultramarino da França (ou França Amazônica).

No contexto Circum-Roraima, os povos Karíb, Arawak e os povos do tronco linguístico Yanomami têm suas fronteiras culturais definidas invisivelmente pelas narrativas orais. Nesse sentido, as fronteiras culturais ganham visibilidade pela língua indígena. Nesse ponto de vista etno-histórico, o povo Pemon marca suas fronteiras com a cultura e a língua em oposição aos povos Ingarikó, ou Patamona, ou Akawaio como exemplo. Nesse caso, os territórios culturais e

⁴ Evidenciamos que o termo Guiana identifica o território da ilha e das antigas colônias europeias na região. Com o processo de independência, a Guiana Britânica trocou a nomenclatura para Guyana. O termo anglo-germânico passou a identificar a nova República Cooperativa de Guyana em 1970. Assim, o vocábulo Guyana identifica apenas a nova República (OLIVEIRA, 2011).

suas fronteiras indígenas Circum-Roraima foram definidos pelas línguas dos povos indígenas. Nos Estados Nacionais, além da língua e cultura, os marcos visíveis são fixados para delimitar o espaço da fronteira nacional que sobrepôs as fronteiras culturais e linguísticas dos povos indígenas do Circum-Roraima.

Nesse contexto geopolítico internacional, mesclado com narrativas míticas e lendárias dos povos indígenas amazônicos, as visitas técnico-científicas, as parcerias e os convênios realizados em seminários e simpósios entre as instituições universitárias e embaixadas do Brasil, ampliaram o conhecimento da História Regional. São espaços acadêmicos e diplomáticos internacionais e interligados pela parceria e pelo pertencimento ao território da ilha Amazônia Caribenha. Foram eventos diplomáticos e científicos que favoreceram as novas interpretações históricas e socioculturais por meio dos estudos e da troca de saberes entre os especialistas amazônicos.

Realizaram-se variadas reuniões e encontros entre os diferentes pesquisadores amazônicos caribenhos. Eram eventos solenes, mas com abertura e possibilidade para o intercâmbio histórico e sociocultural das instituições acadêmicas e governamentais. Ações coletivas entre os estudiosos que aproximaram os temas comuns e os diferentes sobre esse novo contexto geopolítico amazônico caribenho: a antiga ilha Guiana. Foi nesse âmbito de troca de conhecimentos regionais que o citado grupo do Nupepa/UFRR liderou e

propôs os estudos desenvolvidos pelos pesquisadores internacionais e amazônicos.

Nos encontros com os especialistas amazônicos, as reuniões com outras abordagens, apoiadas nas discussões sobre os distintos assuntos no campo histórico, intercultural, socioeconômico, ambiental, relações internacionais, entre outros, foram ampliando o conhecimento da História Regional e consolidando os fóruns ou seminários técnico-científicos regionais e internacionais. Os eventos realizaram-se em espaços acadêmicos ou diplomáticos, onde se reuniam os estudiosos interessados na ampliação do conhecimento regional amazônico caribenho. Conhecimentos e debates compartilhados pelos representantes das cinco nações: Brasil, Venezuela, Guyana, Suriname e Departamento Ultramarino da França. Já se mencionou que essas nações são herdeiras da língua e cultura europeias presentes no referido território amazônico caribenho. Convenções que deram visibilidade a um contexto regional multicultural na América do Sul, com processo histórico e cultural quase desconhecido no século XXI.

A realização dos encontros não foi muito fácil em razão das elaborações históricas eurocêntricas pertencentes aos cinco países citados, com interpretações nacionais particulares, sem o diálogo histórico e cultural regional. Foram distintas interpretações em diferentes línguas nacionais, mas para organizar a compreensão do debate, escolheu-se a língua ingle-

sa, que dominou a troca entre os participantes. No entanto, em alguns eventos, houve a colaboração de intérpretes em holandês, português, francês, inglês e espanhol, facilitando o diálogo entre os distintos participantes internacionais.

Com essa dinâmica, os encontros realizaram-se na cidade de Boa Vista, RR, Universidade Federal de Roraima (UFRR); em Caracas, na Universidade Central da Venezuela (UCV) e Universidade Católica Andrés Bello (UCAB); em Georgetown/Guyana, na Universidade de Guyana (UG); em Paramaribo, Universidade Anton de Kom do Suriname (AdeKUS). Depois dessa estratégia comparativa, os encontros foram ampliados com realização nas outras universidades internacionais parceiras, como em Amsterdam, Holanda, na Universidade de Amsterdam (UvA) e na Universidade de Leiden; em Viena, Áustria, na Universidade de Viena; em Claremont, na Califórnia/Estados Unidos, no Pitzer College; em Trinidad, na Universidade West Indies (UWI).

Com o desenrolar de outras abordagens sobre a História Regional no contexto da Amazônia Caribenha, os encontros ou eventos acadêmicos foram ganhando novos olhares e perspectivas com a incorporação dos debates que passaram a ser realizados em Manaus, na Universidade Federal do Amazonas (Ufam); em Porto Velho, RO, Universidade Federal de Rondônia (Unir); em Rio Branco, Universidade Federal do Acre (Ufac); em Macapá, Universidade Fe-

deral do Amapá (Unifap); em São Luís, Universidade Federal do Maranhão (UFMA); em São Paulo, Universidade de São Paulo (USP); em Brasília, Universidade de Brasília (UnB).⁵

Os diferentes eventos nos variados espaços acadêmicos e diplomáticos realizaram-se entre 2006 e 2019, momento de conclusão das atividades desenvolvidas e coordenadas pelo grupo de estudos do Nupepa/UFRR. As publicações com o resultado dos debates nas reuniões fortaleceram as parcerias e as experiências que foram ampliadas e compartilhadas pela coletividade acadêmica e governamental. Deram consolidação às variadas informações, troca de ideias e experiências nesse campo dos saberes amazônicos caribenhos, revelando-se um campo de saberes complexo e permeado de distintos jogos de interesses sociopolíticos, econômicos, normas jurídicas e diplomáticas. Um campo de saber e disputas para coordenar e regularizar as diferentes propostas e parcerias, incentivando os acordos na esfera da paradiplomacia.

Nessa perspectiva, a ferramenta jurídico-diplomática e sociopolítica da paradiplomacia não apenas aproximou o sistema das relações internacionais ou “subnacionais” na Amazônia Caribenha; também auxiliou no fortalecimento das cooperações técnico-científicas. O apoio do corpo diplomático das Embaixadas brasileiras tornou estáveis as parcerias entre as

⁵ Conforme dados dos Relatórios de Pesquisas e de Viagens dos membros do grupo de estudos do Nupepa/UFRR elaborados entre 2006 e 2019.

universidades e instituições governamentais dos países da referida região. Assim, subsistiam parcerias e acordos que foram intermediados pelos representantes do Brasil nas Embaixadas, Consulados e Centros Culturais das Embaixadas brasileiras. Assim, a paradiplomacia fortaleceu esse processo da troca de saberes entre os pesquisadores das universidades envolvidas.

Outro fator importante nesse processo da História Regional foram os encontros e as reuniões com os povos Karíb e Arawak em diferentes eventos realizados nas vilas indígenas ou na capital Boa Vista, RR. Nossa participação nas assembleias ou reuniões dos povos Karíb, Arawak e Yanomami deu ao grupo de estudiosos do Nupepa/UFRR significativas informações acerca das trajetórias históricas pautadas na memória oral, que foram incorporadas aos debates acadêmicos. Nos eventos dos povos indígenas, parte das solicitações é o reconhecimento de direitos indígenas no campo educacional, cultural e territorial. Nesse ponto de vista, reafirmamos que a diversidade faz parte do contexto sociocultural e territorial amazônico, que envolve as várias sociedades nacionais e os distintos povos nativos, habitantes da Amazônia Caribenha, em diálogo sociocultural e cosmogônico Circum-Roraima.

Capítulo II

Amazônia Caribenha, os povos indígenas e os europeus: início dos desdobramentos históricos e socioculturais

Ao analisarmos a historiografia brasileira e regional, não identificamos com clareza o início do processo de colonização desenvolvido pelos povos da Europa na denominada Amazônia Caribenha. Na historiografia espanhola e neerlandesa, identificamos que a região foi ocupada primeiro por espanhóis (Tratado de Tordesilhas de 1494) e depois pelos representantes mercantilistas burgueses dos Países Baixos, ou neerlandeses, ou holandeses.⁶ Todos receberam autorização do rei espanhol Carlos V a partir de 1519. Como proprietário da região, o rei da Espanha elaborava normatizações e ações régias, com orientação dominadora e variadas estratégias, como um conjunto de medidas tomadas para o plano de conquista e povoamento na América e no Caribe com foco econômico.

⁶ Anteriormente, explicamos que, em 1581, durante um intervalo de paz da Guerra dos Oitenta Anos, a República Neerlandesa foi instalada com a unificação das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos protestantes, que eram espanhóis. Lembramos que as Dezesete Províncias Unidas dos Países Baixos foram anexadas ao reino espanhol por Carlos V (1517). Ao fim das Guerras Napoleônicas e durante o Congresso de Viena (1814-1815), foram assinados vários Tratados de Paz, e nesse contexto as Províncias Unidas da República Neerlandesa conquistaram independência. Assim, a Holanda, como uma das Províncias Unidas neerlandesas, foi reconhecida como nação.

A normatização régia sofreu vários desdobramentos durante o encontro do espanhol com o índio na América e no Caribe. Os dois distintos grupos socioculturais envolveram-se em violentas lutas, mas tiveram também diálogos para o estabelecimento de acordos e paz. Surgiram momentos de cooperação entre o espanhol e o índio, que souberam conduzir os diferentes serviços que se fizeram necessários para o europeu adaptar-se ao novo modo de viver na América e no Caribe espanhol. A culinária e o conhecimento geopolítico indígena foram significativos nesse processo de ocupação espanhola no Novo Mundo. Os documentos assinados pelo rei da Espanha, com indicações de normas e ações repressoras aos nativos da América e Caribe, abordavam também orientações para possíveis detalhamentos sobre as relações socioculturais e comerciais dos povos Karíb e Arawak, habitantes das ilhas no mar do Caribe e nas terras da Amazônia.

As diferentes informações interpretadas por meio das narrativas orais dos povos indígenas eram usadas na produção dos relatórios e da cartografia regional, que eram enviados para o reino da Espanha. Nesse contexto conquistador, o rei Carlos V esperava desenvolver uma ocupação e exploração comercial na região amazônica caribenha. O plano era estruturar o processo de exploração econômica semelhante ao que estava sendo empregado na região dos Andes. Lugar amazônico privilegiado que estava sendo ocupado e

explorado pelos militares e comandantes/governadores, que atuavam em nome do rei espanhol na condução da mineração (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014; OLIVEIRA, 2008a, 2011).

Conforme a historiografia espanhola, por volta de 1521, a expedição autorizada por Carlos V e comandada por Dom Hernán Cortés declarou guerra e derrotou o império do povo Asteca. Essa ação espanhola deu possibilidade ao reino da Espanha iniciar o processo de ocupação e colonização na região mesoamericana. Os espanhóis começaram a ocupar as nascentes dos rios amazônicos nos Andes, com declarações de guerra e derrota do império dos povos Inca. Foi nesse período que os exploradores da Espanha tiveram contato com a cidade Inca de Machu Picchu (Peru) e a rica montanha de Potosí (Bolívia), que produziu ouro e prata para o reino da Espanha.

Nesse primeiro momento do encontro europeu com os povos Inca, Karíb e Arawak, os eventos interculturais eram liderados por espanhóis e pelos burgueses dos Países Baixos, que seguiam as ordens do rei espanhol Carlos V, para negociarem com os povos indígenas e darem início ao processo mercantil nas ilhas do mar Caribe e no litoral da denominada ilha da Guiana. Empreender esse conjunto de práticas espanholas só foi possível com alianças e acordos de paz, parcerias comerciais, incorporação dos indígenas às tropas e expedições europeias. Nessa perspectiva, o processo de ocupação espanhola nos Andes e dos

Países Baixos no litoral da Guiana foi ganhando sucesso. Os europeus tinham na utilização do trabalho indígena, nas estratégias militares e parceiras ações para liderar os povos indígenas e consolidar o povoamento europeu na Amazônia por meio do processo de conquista e dominação dessas populações nativas.

Durante o processo de povoamento e formação centralizadora do poder militar e político da Espanha na Amazônia, o diálogo e as parcerias interculturais trouxeram grupos de índios para o trabalho europeu, que se expandia na imensa região do Atlântico Norte. Eram grupos nativos que dominavam importantes saberes da região americana e caribenha. Povos indígenas que estavam facilitando a entrada europeia pelos diferentes caminhos fluviais do litoral para o interior amazônico. Processo que foi desencadeando outras configurações geopolíticas e socioeconômicas na região.

Para essa ação conquistadora espanhola, existiam índios Karíb e Arawak que se tornaram informantes, intérpretes, cozinheiros, carregadores, guias e remadores em proveito do explorador europeu. Variadas famílias indígenas foram estabelecendo uma nova ordem e apoio na realização das viagens dos espanhóis, que se distribuía em distintas expedições, partindo do litoral para o vale e para os Andes amazônicos. Eram longas, demoradas e tensas, pois em vários momentos das trajetórias amazônicas, os europeus e indígenas tiveram conflitos tensos, decorrentes da ordenação de tarefas.

Como exemplo, em alguns intervalos da viagem, os carregadores indígenas abandonavam a expedição, sentindo-se insatisfeitos com o pesado serviço e as longas horas de trabalho escravo. No contato com outras malocas selvagens, tendo o auxílio dos índios intérpretes, os europeus tiveram a possibilidade de negociação com novos indígenas carregadores. No entanto, nesses percursos amazônicos, os europeus tiveram instantes para breves estudos geológicos, tendo foco nas rochas minerais, com levantamento de dados para mapear os diferentes caminhos fluviais em conexão com os caminhos terrestres, além de catalogar os diversificados produtos comerciais: Drogas do Sertão.

Contudo, no decorrer do século XVI, toda a região era dominada pelos povos indígenas apesar dos esforços do rei espanhol em fundar fortalezas e assentamentos na América e no Caribe. Foi uma época contestada pelo rei Francisco I da França,⁷ que discordava da validade e do monopólio ibérico no Novo Mundo. O rei francês enviou expedições para o Atlântico Norte e entrou na disputa pelas rotas comerciais e terras na América e no Caribe. Por volta de 1522, os navegadores e militares da França capturaram navios espanhóis, que transportavam os tesouros Astecas e Incas para a Espanha, estimulando ações de outros navios piratas no mar do Caribe.

⁷O rei francês Francisco I tinha rivalidade com Carlos V desde a morte do imperador Maximiliano I em 1519, quando entrou em disputa pela Coroa Imperial com Carlos I, rei da Espanha. O rei espanhol ganhou a Coroa Imperial e foi nomeado como Carlos V.

Com atenção na região do México e dos Andes, os espanhóis não tinham contingente militar suficiente para proteger as ilhas do mar do Caribe e litoral amazônico caribenho. Dever assumido pelos homens dos Países Baixos espanhóis, que entraram em luta armada contra os franceses e ingleses na disputa tanto das rotas comerciais atlânticas como das terras habitadas pelos povos Karíb e Arawak na América e no Caribe. Já se comentou que, desde a ascensão de Carlos V ao trono da Espanha, os burgueses dos Países Baixos monopolizavam a rede comercial e defesa ibérica na América e no Caribe como parte do reino da Espanha (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014; OLIVEIRA, 2006, 2008a).

Foi nesse contexto de disputas e mudanças na América e no Caribe, no transcurso do século XVI, que o rei Carlos V ordenou aos ricos burgueses dos Países Baixos e aos espanhóis ocuparem e defenderem o imenso território no Atlântico Norte em nome da Espanha. Esses súditos e conquistadores da Espanha foram transformando e dando visibilidade à nova configuração da paisagem ambiental, sociocultural, econômica e linguística amazônica caribenha. Em todos esses eventos, havia a participação da população indígena, seduzida pelos distintos grupos de europeus, trabalhando em vantagem aos interesses dos monarcas da Europa.

Nesse sentido, introduziram o sistema mercantilista na América ao incorporarem os povos habitan-

tes das ilhas do mar do Caribe, da Amazônia Caribenha e dos Andes. O território da América e do Caribe indígena tornou-se uma moderna rede de prática do comércio com a Europa, fortalecendo as rotas do Atlântico Norte. Portanto, o rei Carlos V e seus conquistadores espanhóis e comerciantes dos Países Baixos reprimiram, fizeram alianças e tornaram súditos reais os diferentes povos indígenas que habitam e vivem na América e no Caribe espanhol.

A partir dessas ações monárquicas, de caráter dominador e mercantilistas do reino da Espanha, as viagens e expedições intensificaram-se pelos rios Orinoco, Pomeroon, Essequibo, Berbice, Corentyne, Suriname, Caiena, Oiapoque, margem esquerda do rio Amazonas e Negro. Em poucas décadas, diferentes áreas territoriais foram demarcadas, negociadas, e muitas se transformaram em colônias, que se espalharam nas ilhas do Caribe e na América Espanhola. Com o processo de fortificação e povoamento europeu, grande contingente populacional indígena da Amazônia Caribenha foi dominado e incorporado à “civilização eurocêntrica”. No entanto, outra parte do contingente indígena, envolvido em guerras ou doenças, foi desaparecendo.

Esse contexto intercultural do encontro europeu com os povos indígenas no Caribe e na América Espanhola, envolvendo os processos de conquista e depois de povoamento, com uso do índio como escravo ou trabalhador livre, deu origem a variados conflitos so-

cioculturais. Havia revoltas das populações indígenas contra os espanhóis, que aplicavam violentos castigos e trabalho escravo aos ameríndios. Aqui, abrimos um parêntese para comentar esse processo espanhol colonizador com uso da violência. Acontecimentos desencadeadores de uma série de denúncias aos reis católicos romanos espanhóis, provocadas pelos frades católicos dominicanos; missionários católicos, a serviço da Espanha, atuantes no processo de evangelização e organização dos primeiros assentamentos colonizadores e aldeamentos.

Era de conhecimento que a Bula *Inter Cætera* do papa Alexandre VI, assinada no ano de 1493, dava direito aos reis espanhóis de conquistar e evangelizar os infiéis nas “Índias Ocidentais” (BRAGATO, 2016). No entanto, o missionário espanhol dominicano frei Bartolomeu de Las Casas foi um dos padres da Ordem de São Domingos que desenvolveram campanhas em favor dos povos indígenas, habitantes no Novo Mundo. Movimento que abriu possibilidade para que os selvagens fossem reconhecidos como povos do novo continente, estruturados em sociedades e culturas distintas da Europa renascentista.

Em 1493, frei Bartolomeu de Las Casas acompanhou Cristóvão Colombo em sua segunda viagem ao Novo Mundo. Ele chegou à América Espanhola com o mesmo comportamento e visão cultural eurocêntrica dos viajantes da Espanha, que era explorar os serviços dos indígenas e buscar riquezas. No fim do século

XV e início do XVI, o frei Bartolomeu de Las Casas, com militares, participou de lutas contra os povos indígenas. Ele era atuante no processo de escravizar e organizar a colonização, com a catequização dos indígenas e o ensino da língua espanhola.

No entanto, Bartolomeu de Las Casas retornou para a Europa, onde foi continuar os estudos em Roma, concluindo em 1507. Depois, seguiu para a Espanha e recebeu autorização da rainha católica, Isabel I de Castela, para retornar ao Novo Mundo e desenvolver a conversão dos povos indígenas ao cristianismo. Formou-se um significativo processo político-religioso para consolidar o território desconhecido para o reino da Espanha, governado por Fernando II e Isabel I. Ao chegar novamente à América Espanhola, o frei Bartolomeu de Las Casas retomou seu trabalho pastoral entre os indígenas e colonos. Porém, no decorrer das atividades religiosas, o missionário, que auxiliou na desestruturação da cultura e língua indígena, expandindo o território espanhol, percebeu o desaparecimento de muitos povos indígenas no violento processo de lutas, de escravidão, de doenças provocadas no encontro com os espanhóis.

Por volta de 1511, o frei Bartolomeu de Las Casas ouviu a pregação do missionário dominicano frei António de Montesinos. Esse missionário católico dominicano elaborava discursos eloquentes, em que reprovava os abusos dos colonizadores espanhóis contra a população indígena. Esse frei passou a questio-

nar a autoridade geopolítica da Espanha americana e caribenha e o poder do rei espanhol sobre os povos indígenas. Para o frei António de Montesinos, eram povos nativos com direito à liberdade e posse da terra, pois eram considerados os primeiros proprietários e habitantes do Novo Mundo (LAS CASAS, 2011).

A partir do encontro com o missionário católico Montesinos, o frei Bartolomeu de Las Casas uniu sua solidariedade em apoio aos povos indígenas da América e do Caribe. Propagou campanha em prol do índio, escreveu ao rei da Espanha denunciando as ações de brutalidade e de violência cometidas pelos espanhóis aos indígenas. Iniciou um trabalho pastoral pacífico envolvendo os indígenas e os colonizadores espanhóis. A mudança de opinião e comportamento de Las Casas, em defesa de direitos e relações humanas para os povos indígenas, principiou um conjunto de ações sociais tensas e de conflitos no Caribe e na América Espanhola. O frei Bartolomeu de Las Casas provocou divergências com outras ordens missionárias católicas, que defendiam o poder do reino da Espanha sobre as terras e os povos nativos.

Assim, durante o século XVI, o frei Bartolomeu de Las Casas viajou várias vezes à Espanha e fez denúncias em defesa dos povos indígenas da América e do Caribe. Estimulou uma heroica campanha à causa dos indígenas em defesa da vida, da liberdade e direitos políticos como povos livres. No entanto, sua campanha em favor dos nativos era contestada na Amé-

rica e na Espanha. Corajosamente, defendia um basta nas circunstâncias violentas desses povos tribais e denunciava o rei espanhol Carlos V, dizendo que o rei não era proprietário dos povos indígenas nem de suas terras, que o rei era apenas o governador da América (LAS CASAS, 2011).

Capítulo III

Povos indígenas e europeus: as primeiras expedições amazônicas: breve comentário

As fontes históricas descreveram as expedições comandadas por espanhóis, que navegaram pela região amazônica em busca do El Dorado, como primeiras viagens exploratórias do século XVI. Eram navegantes e militares que empreenderam esforços na descoberta de riquezas metálicas na região a exemplo de ouro e prata. Os viajantes tinham apoio nas narrativas orais dos povos indígenas, que noticiaram a existência de pedras preciosas e ouro na região da Costa Selvagem ou Guiana, com entrada pelo rio Orinoco.

Contudo, as notícias divulgadas pelos relatos do conquistador espanhol Francisco Pizarro, que, por volta de 1532, achou ouro nas terras andinas dos Incas (no Peru), ampliaram a divulgação da lenda aurífera. Os homens de Pizarro ouviram as narrativas sobre o El Dorado, um príncipe indígena do povo Inca, que fugiu com seus súditos para o “Vale Selvagem”. De acordo com as informações interpretadas pelos espanhóis, o El Dorado habitava um lago chamado Manoa no interior da floresta selvagem: Amazônia ou Guiana (OLIVEIRA, 2003; 2008a).

O militar e explorador espanhol Diego de Ordaz fez parte da expedição de Hernán Cortés, o con-

quistador do Império Asteca (México). Solicitou autorização do rei Carlos V para explorar parte dos Andes em direção ao Vale Selvagem, o possível território amazônico dos povos Omágua. Ordaz pretendia confirmar as narrativas sobre o El Dorado, que, segundo as interpretações orais indígenas e cartográficas espanholas, estaria naquele distante vale da região andina, entre os emaranhados rios do referido Vale Selvagem dos povos Omágua. Por volta de 1531, Diego de Ordaz iniciou sua viagem, comandando a expedição exploratória pelo Atlântico Norte em direção à região “Selvagem”.

A historiografia mostrou-se confusa sobre o trajeto da viagem de Ordaz na Amazônia. Para alguns historiadores, a viagem de Ordaz percorreu as nascentes do rio Amazonas (nos Andes) em direção ao rio Negro, cruzando o emaranhado de rios e chegou ao rio Orinoco, dirigindo-se para a ilha de Trinidad. Tornou-se o primeiro espanhol que navegou pelo rio Orinoco, do interior até sua foz no mar. Para outros historiadores, a viagem de Ordaz passou pela ilha de Trinidad e entrou no rio Orinoco em direção ao interior. Nesse percurso fluvial, algumas de suas embarcações naufragaram, perdeu homens por naufrágio ou em luta com indígenas Karíb. No entanto, todos concordam com o fracasso da viagem exploratória de Ordaz, mas há controvérsias sobre a morte do comandante e militar espanhol. Há registros históricos de que, por volta de 1532, Diego de Ordaz faleceu na re-

gião do rio Orinoco. Porém, existem outros registros que noticiaram a morte de Ordaz durante uma travessia no Atlântico Norte para a Espanha, envenenado pela própria tripulação (GARCÍA, 1952).

Decorria o ano de 1530 quando a expedição comandada por Dom Pedro Maraver da Silva entrou pelo rio Orinoco e explorou a região em nome da Espanha. Já se mencionou que o rio Orinoco foi o mais conhecido e navegado na Amazônia Caribenha no século XVI. Era o suposto caminho fluvial para o El Dorado. Dom Pedro Maraver era o comandante de 160 bravos guerreiros que, em nome do rei espanhol Carlos V, entrou em luta com os povos Karíb no interior do rio Orinoco. Os povos Karíb derrotaram os homens de Dom Pedro. De acordo com os dados históricos neerlandeses, o único sobrevivente da referida expedição foi Juan Martinez.

Juan Martinez foi preso pelos povos Karíb, sendo conduzido com os olhos vendados para o lago Manoa, onde teve contato com o príncipe El Dorado. Ao negociar sua liberdade com os povos Karíb, Martinez foi absolvido e deixado no rio Orinoco, e seguiu para as ilhas de Trinidad e Margarita. Lá, o único sobrevivente da expedição de Dom Pedro Maraver narrou sua aventura entre os povos Karíb no rio Orinoco, estimulando o imaginário do europeu. Essas fantásticas narrativas foram divulgadas entre os viajantes que iniciaram incursões pelo litoral e interior da Costa Selvagem (GOSLINGA,1971; OLIVEIRA, 2008a; 2011).

As narrativas lendárias do El Dorado ganharam novas informações pela expedição espanhola comandada por Francisco de Orellana entre 1539-1542. Orellana integrou a Expedição de Gonzalo Pizarro, o irmão de Francisco Pizarro, conquistador espanhol que derrotou os povos Incas no Peru. Com o plano de encontrar o El Dorado e a Terra da Canela, uma particular especiaria comercializada da Ásia para a Europa, Gonzalo Pizarro recebeu autorização para realizar a viagem dos Andes até o Vale Selvagem, para o suposto território dos Omágua em busca do El Dorado.

A expedição de Gonzalo Pizarro trilhou uma difícil viagem por caminhos íngremes até os rios navegáveis, atravessando, ora a pé, ora em canoa, a imensa floresta fechada entre montanhas e emaranhados aquáticos. No trajeto em direção ao Vale, os homens de Gonzalo enfrentaram lutas armadas com povos indígenas. Gonzalo e seus guerreiros exauridos, famintos e alguns doentes, chegaram a uma desconhecida região do rio Napo. As provisões tinham acabado, os homens em farrapos acomodaram o pouco carregamento e amarraram alguns burros sobreviventes. A expedição espanhola resolveu acampar na região, refazendo seus planos de viagem.

O comandante Gonzalo Pizarro resolveu dividir os homens em dois grupos, passando o comando de um dos grupos para Francisco de Orellana. Construíram um bergantim (antiga embarcação de velas e remos), deu ordem para que Orellana seguisse

viagem no bergantim em busca de alimentos para as tropas que permaneceriam no acampamento à margem do rio Napo. Para descrever a viagem e elaborar o relatório, designou-se o frei Gaspar de Carvajal da Ordem de São Domingos. O comandante Orellana e o cronista Carvajal seguiram com o pequeno grupo, de aproximadamente 60 guerreiros, pelo rio Napo. Navegaram entre emaranhados de rios sem encontrar um lugar com alimentos; chegaram ao rio Grande ou rio da Canela, que depois recebeu o nome de Amazonas. Orellana ficou maravilhado com a descoberta do imenso rio e não cumpriu as ordens de seu comandante Gonzalo.

A missão de Orellana era conseguir auxílio e alimentos para o acampamento na região do rio Napo, onde o comandante Gonzalo Pizarro aguardava. Assim, a expedição, sob o comando de Orellana, desceu o desconhecido rio Grande em busca do El Dorado e da Terra da Canela. Orellana percorreu o emaranhado de rios, conectados com o rio Grande, chegando ao rio Negro. Ao navegar pelo misterioso e inexplorado rio Negro, Orellana decidiu retornar para o rio Grande. O frei dominicano Gaspar de Carvajal anotava tudo, comentando as imensas populações de selvagens que habitavam a região.

Para o cronista frei Gaspar de Carvajal, algumas cidades selvagens possuíam organização sociocultural, mas encontraram outras cidades onde os povos tinham comportamento estranho e exóticas culturas.

Entre as populações organizadas, frei Carvajal registrou a generosa recepção dos povos denominados filhos do sol. Alimentados por esse povo, permaneceram na localidade e restauraram o bergantim e construíram canoas. Frei Carvajal registrou que esperaram pela chegada do comandante Gonzalo Pizarro, mas sem sucesso em ver o referido comandante, seguiram rio abaixo (CARVAJAL, 1934).

Com as torrenciais chuvas, as correntezas do rio Grande tornavam-se cada vez mais fortes. Essa ação volumosa das correntezas fluviais foi tornando impossível o retorno de Orellana para a região dos Andes na precária embarcação (bergantim). O comandante Pizarro e seu pequeno grupo de guerreiros esfarrapados, deixados para trás, tiveram de retornar para Quito por terra, sem cavalos e carregadores; enfrentaram a fome e os íngremes caminhos selvagens pelas montanhas andinas amazônicas. Gonzalo Pizarro fez denúncias da traição de Orellana, que demonstrava desejo de explorar os rios em nome do rei da Espanha, planejando ter o privilégio da descoberta do caminho para o El Dorado.

No contexto fluvial com emaranhados rios, lagos, igarapés e igapós, o frei Carvajal registrou o encontro com as mulheres guerreiras (Amazonas), habilidosas no uso de arco e flecha, e a borduna. No encontro com os homens de Orellana, as Amazonas entraram em luta armada, expulsando-os de seu território. Ao navegarem rio abaixo, Orellana e sua pe-

quena tripulação (havia perdido alguns homens nas lutas) chegou ao imenso delta do rio Grande. Orellana e seus homens não encontraram o imaginário El Dorado ou a Terra da Canela, mas acreditavam nas narrativas indígenas que descreviam o tal lago, habitado pelo príncipe inca El Dorado, localizado no interior da floresta. Depois de ter chegado ao Atlântico Norte, a pequena expedição de Orellana navegou pela Costa Selvagem (Guiana) e chegou à ilha Trinidad (CARVALHO, 1934; HEMMING, 2007; OLIVEIRA, 2003; 2011).

Na segunda metade do século XVI, o trono da Espanha era ocupado por Filipe II, filho do imperador do Sacro Império Romano-Germânico e rei da Espanha Carlos V e de Dona Isabel de Portugal. Após a morte de Carlos V em 1558, as tensões entre o rei Filipe II e os Países Baixos tornaram-se mais violentas. Navios dos ricos comerciantes dos Países Baixos eram atacados pelos navios dos espanhóis, resultando em variadas lutas armadas no Caribe e no litoral da Guiana. Era visível o sucesso comercial dos homens dos Países Baixos, com dezenas de navios abastecendo de produtos europeus o mercado amazônico caribenho e europeu com produtos indígenas.

Nessa época, governava a ilha de Trinidad Dom Antonio de Berrio, que possuía cópia das narrativas de Juan Martínez, o único sobrevivente da Expedição de Dom Pedro Maraver da Silva, comentado anteriormente. Nessa perspectiva das narrativas lendárias do lago Manoa e seu habitante El Dorado, o governador

espanhol de Trinidad conseguiu autorização do rei Filipe II para explorar a região da Guiana. Antonio de Berrio recebeu informações dos indígenas Karíb e Arawak de que, na região, tinha ouro e pedras preciosas. Com alguns soldados, Antonio de Berrio organizou e comandou três expedições pelo rio Orinoco para confirmar as informações trazidas por Juan Martínez, como também pelos indígenas que mantinham contato de paz.

Assim, entre 1584, 1585 e 1591, o governador de Trinidad navegou pela região e apontou o rio Caroni, afluente do rio Orinoco, como o provável caminho fluvial para o lago Manoa ou lago Parima, como foi divulgado por outros viajantes. Segundo o governador Antonio de Berrio, em suas narrativas e interpretações – por meio dos diálogos com os povos indígenas e das cópias dos documentos do testemunho de Juan Martínez –, o território do referido lago estaria localizado próximo ao conjunto de Montes (hoje, Serra de Pacaraima) em terras mais longínquas da margem direita do rio Orinoco (GOSLINGA, 1971; OLIVEIRA, 2011).

Eram regiões de serras e vales no interior da Guiana, onde rios levariam ao famoso lago. Nesse sentido, tornou-se visível, em vários mapas dos séculos XVI, XVII e XVIII, o lago do príncipe El Dorado, localizado no centro da ilha Guiana, próximo à Linha do Equador. O rio Uraricoera, com nascente na Serra Pacaraima, que nos dias atuais limita os territórios

de fronteiras entre Brasil, Guyana e Venezuela, foi registrado nos mapas neerlandeses com o nome de rio Parima, com conexão com o rio Negro e mostrando o rio Takutu como afluente do Parima. Nesse sentido, o conjunto de caminho fluvial, em possível conexão com o rio Rupununi, seria considerado caminho para o lendário lago Manoa ou Parima localizado no interior da Guiana.

Contudo, o governador espanhol Antonio de Berrio não obteve sucesso nas suas expedições, gastou uma boa quantidade de dinheiro no empreendimento fracassado. Porém, por volta de 1589, construiu o Forte de São Tomé de Guayana, na foz do rio Orinoco. Foi um empreendimento para fortalecer a presença do governo espanhol e inibir a passagem pelo referido rio de outras expedições estrangeiras. Além disso, a região era habitada por índios Karíb, que haviam destruído e derrotado grupos de soldados espanhóis, e anteriormente haviam tentado ocupar e povoar o lugar no delta do mencionado rio. Conforme a literatura neerlandesa, o povo Warau, guerreiro, habilidoso navegador e fabricante de canoas, era um dos povos Karíb habitantes no delta do Orinoco e litoral da Guiana.

Nesse conjunto de acontecimentos dos viajantes espanhóis, a historiografia narrou a viagem do explorador Walter Raleigh, que estava seguindo as ordens da rainha Elizabeth I da Inglaterra e navegou pelo Atlântico Norte, comercializando escravos e especia-

rias. Nas viagens de empreendimentos britânicos no Novo Mundo, Raleigh era acompanhado de seu meio-irmão Sir Humphrey Gilbert; juntos, fundaram uma colônia inglesa na América do Norte (hoje, região da Carolina do Norte). Nessa colônia foram produzidos tabaco e batatas para o comércio, porém a colônia não teve sucesso no empreendimento (OLIVEIRA, 2003, 2008a, 2011).

Por volta de 1594, Raleigh soube das narrativas da lenda do El Dorado, que poderia ser encontrado navegando pelos rios do litoral da Guiana, em especial, o rio Orinoco. Nessa época, o rei espanhol Filipe II estava envolvido na Guerra Anglo-Espanhola (1585-1604), além da Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648) entre espanhóis e neerlandeses. O rei Filipe II tinha pouco contingente militar disponível para guarnecer ou dar proteção ao imenso território no Caribe e na América Espanhola. Foi no decorrer desses acontecimentos armados que a expedição britânica, sob o comando de Raleigh, chegou à ilha de Trinidad.

A estratégia militar, com o uso do fator surpresa, favoreceu os soldados de Raleigh, que tomaram Trinidad dos espanhóis e fizeram prisioneiro o governador Antonio de Berrio. Em seguida, o grupo de militares britânicos libertou índios Arawak presos pelo governador espanhol, tornando-os aliados ingleses. O comandante britânico apoderou-se da cópia dos documentos sobre o El Dorado e partiu para o rio Orinoco, auxiliado pelos povos Arawak. Na busca do cami-

nho para o El Dorado, Raleigh dividiu os soldados em dois grupos e ordenou ao capitão Jacob Whiddon que comandasse o segundo grupo explorando a região e levantando dados cartográficos e sobre os povos indígenas.

As expedições de Raleigh navegaram e caminharam pelas distintas trilhas da Guiana e não encontraram o El Dorado. Deram notícias dos neerlandeses, que tinham sucesso comercial com índios Karíb na costa da Guiana em uma região do rio Pomeroon. As informações de Raleigh tornaram-se as primeiras publicações sobre o comércio de troca dos neerlandeses com os povos indígenas na ilha Guiana (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014; OLIVEIRA, 2008a; SAN MARTIN, 2002).

Outra expedição britânica na região foi comandada pelo flamengo Lawrence Keymis, companheiro do navegador Sir Walter Raleigh. Os relatos de Keymis foram publicados com o título: *A relation of the second voyage to Guyana de 1596*. O comandante Keymis tinha sido enviado por Raleigh para explorar toda a costa da Guiana entre o delta do rio Orinoco e o rio Amazonas. Para o sucesso da expedição, Keymis contou com o apoio de um indígena que foi levado por Raleigh de Trinidad para a Inglaterra. Esse indígena possibilitou a interpretação das informações ao acompanhar o comandante Keymis na viagem pela extensa Costa Selvagem. A missão de Keymis era levantar os dados cartográficos com o caminho para El Dorado e

os produtos para o mercado europeu. Nesse sentido, a expedição de Keymis tinha contato com povos Karíb e também Arawak para a coleta de informações.

Nesse sentido, para o comandante Keymis, o caminho para El Dorado tinha como entrada o rio Corentyne ou rio Essequibo em direção à nascente, localizada nas montanhas no interior da Guiana. No interior da ilha, encontraria um rio que tinha comunicação com um dos dois rios citados (hoje rio Rupununi). A partir daí, o navegante percorreria o rio até o lago do El Dorado (hoje, lago Amaku, entre os rios Pirara e Rupununi). Como o litoral era controlado pelos homens da República Neerlandesa, os homens de Keymis não conseguiram navegar pelos referidos rios do litoral para o interior. Foi outro empreendimento britânico que não logrou sucesso na busca do El Dorado. No entanto, a historiografia faz uso de termos que foram grafados por Keymis, como Cayenne, Oya-pock, Marowijne, Suriname, Berbice (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014; OLIVEIRA, 2008a; VAN'S GRAVESANDE, 1967).

Entre as fontes neerlandesas, alguns documentos deram notícia de que a cidade de Vlissingen, Zelândia, que se tornou um dos mais importantes portos neerlandeses, era lugar de encontro de marinheiros neerlandeses, holandeses e britânicos. Nesses encontros, as informações das viagens marítimas eram trocadas entre os marinheiros, que eram contratados e participavam das variadas expedições exploratórias.

Desse modo, documentos analisados pelos historiadores forneceram dados sobre o relatório do marinheiro de nome Abraham Cabeliau, que registrou informações históricas sobre a Costa Selvagem durante exploração na ilha da Guiana por volta de 1599. Cabeliau viajou no cargueiro Zeeridder, quando revelou sobre o forte e próspero comércio da República Neerlandesa no mar do Caribe e Guiana. Durante a exploração na Guiana, Cabeliau fez uso das informações de Keymis e contratou índios para auxiliá-lo na viagem. Os neerlandeses estavam em guerra com a Espanha (Guerra dos Oitenta Anos), mas os ricos homens estabelecidos em Amsterdam, Antuérpia e Rotterdam comandavam as rotas comerciais e abasteciam o mercado amazônico caribenho e europeu.

Na época, divulgaram-se também os registros do historiador neerlandês Johannes Laet, que levantou dados sobre a região e elaborou uma obra com o título: *Nieuwe werel ofte Beschrijvinghe van West-Indian*, publicada em Leiden/Holanda no ano de 1625. Foi no relatório de Cabeliau, porém, que se propagaram notícias da rede comercial com os povos indígenas Karíb, Arawak, Shebayo e Yao. Os dois últimos povos indígenas não são conhecidos e divulgados de modo claro na literatura histórica. No entanto, Cabeliau descreveu o crescimento comercial e urbano de Trinidad como importante centro do comércio regional caribenho em decorrência das frotas e rotas dos cargueiros neerlandeses entre Trinidad e Amsterdam

ou Rotterdam ou Antuérpia (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014; OLIVEIRA, 2008a; VAN'S GRAVE-SANDE, 1967).

Nesse contexto de disputas por informações sobre o El Dorado, temos referências sobre a expedição do irlandês Bernardo O'Brien del Carpio, que trabalhou para os neerlandeses na Guiana. Foi um colaborador da República Neerlandesa e empreendeu algumas incursões na região acompanhando o neerlandês. A literatura histórica não deu notícias sobre o descontentamento do irlandês com os neerlandeses colonizadores. No entanto, por volta de 1637, o irlandês deixou a região da Guiana e viajou para Madri. Ao chegar lá, Bernardo O'Brien escreveu uma carta ao rei espanhol Filipe IV e descreveu as atividades comerciais dos neerlandeses na Guiana. Denunciou que era um comércio muito lucrativo tendo os povos indígenas como aliados na rede de trocas dos produtos europeus com os produtos da floresta (chamados Drogas do Sertão).

No mesmo ano, ainda envolvido na Guerra dos Oitenta Anos e Guerra dos Trinta Anos, Filipe IV criou no delta esquerdo do rio Amazonas (hoje Amapá), a Capitania do Cabo Norte. A ideia era bloquear a passagem pelo rio Amazonas dos neerlandeses, ingleses e franceses, envolvidos nas citadas guerras europeias contra a Espanha. Para governar e garantir a segurança geopolítica do rio Amazonas, o rei espanhol ordenou ao governador português de São Luís, Bento

Maciel Parente, o gerenciamento e defesa da nova Capitania do Cabo Norte. A margem direita do delta do rio Amazonas já estava sendo controlada e governada pelos portugueses, que receberam autorização da Espanha para governar o Estado do Maranhão, com decreto de criação por Filipe III em 1621 (HULSMAN, 2005; OLIVEIRA, 2008a).

No século XVI e início do XVII, o agitado encontro intercultural dos europeus com os povos indígenas na Amazônia Caribenha era incentivado pela dinâmica da inter-relação de circunstâncias das viagens exploratórias e mercantilistas. O Atlântico Norte e o litoral da Guiana eram os lugares privilegiados dos navios de mercadores dos Países Baixos na realização do comércio com índios Karíb e Arawak; uma rede mercantilista europeia e indígena que fazia circular diferentes produtos do litoral até o interior amazônico. As intensas incursões europeias pelos rios da região ampliavam as informações cartográficas, socio-culturais e comerciais, que funcionavam no mar do Caribe e na ilha da Guiana em direção ao Vale e aos Andes.

Nessa perspectiva teórico-metodológica, as fontes históricas analisadas com os registros da contabilidade comercial, dos primeiros séculos da ação mercantilista neerlandesa na Amazônia Caribenha, revelaram que os representantes burgueses dos Países Baixos tiveram muitos lucros com os negócios e a aliança com os povos Karíb e Arawak. Tal empre-

endimento só foi possível pela unificação espanhola decretada pelo rei Carlos V em 1517. Em nome da Espanha, os homens do capital pertencentes aos Países Baixos comercializavam por todo o litoral da Guiana, incluindo na rede mercantil, as ilhas do mar do Caribe, como Trinidad e Margarita, ilhas consideradas sedes do governo espanhol no Atlântico Norte.

Excelentes navegadores e conhecedores de um conjunto de práticas comerciais do mundo moderno, os burgueses dos Países Baixos espanhóis souberam tirar proveito no contato com os povos indígenas, desenvolvendo relações diplomáticas, aumentando a rede mercantilista e os parceiros indígenas mais distantes do litoral da Guiana. Por meio das alianças na rede de trocas comerciais, conseguiram alcançar os povos Paraviana, habitantes no rio Branco, que comercializavam os produtos europeus com os índios Manao e os Tarumã no rio Negro, fazendo chegar ao território dos povos Omágua. Hoje são áreas de fronteira entre o Brasil, Colômbia e Peru.

Assim, por meio da rede mercantilista, os produtos europeus eram transportados do mar do Caribe aos mais distantes territórios no interior da floresta amazônica. No percurso inverso, os povos indígenas abasteciam os navios ancorados no litoral, com os produtos extrativistas da floresta (Drogas do Sertão). Transportavam também produtos alimentares como peixes, carne de caça, farinha, batatas, variadas frutas, mel e ovos de tartaruga (HULSMAN, 2007; OLIVEIRA, 2003; 2008; THOMPSON, 1987).

Nessa conjuntura comercial, a cidade de Rotterdam, Holanda, era um dos principais centros de comércio da burguesia dos Países Baixos, que nos acordos comerciais integravam os ricos comerciantes flamengos (Países Baixos católicos de Flandres), motivando tanto o comércio como as viagens exploratórias na Guiana. Como exemplo, o navio *Zeeridder*, já citado, era acompanhado dos navios menores, circulando entre o mar do Caribe e a Holanda. O *Zeeridder* era uma das mais notáveis embarcações de grande porte dos Países Baixos na rota do Atlântico Norte e da Europa. Desse modo, no contexto das rotas atlânticas, o *Zeeridder* era um dos mais prestigiados fornecedores de mercadorias da Europa, para os postos de comércio instalados no litoral da Guiana e nas ilhas de Trinidad e Margarita.

Ancorado no porto de Trinidad, o *Zeeridder* aguardava pela mercadoria da floresta (Drogas do Sertão), comercializadas por embarcações menores entre os rios Orinoco, Pomeroon, Essequibo, Corentyne, Suriname, Oiapoque, com os povos Karíb e Arawak. Conforme já citado, os povos indígenas estenderam a rede mercantilista para o interior da floresta em direção aos rios Rupununi, Branco, Negro e Amazonas (HULSMAN, 2007; OLIVEIRA, 2008a; THOMPSON, 1987). As fontes históricas registraram essa rede comercial com circulação dos produtos europeus como facões, tecidos, enxó (ferramenta antiga em forma de machado), contas de vidro e o sal; recebendo dos po-

vos indígenas, redes, tintas corantes, como o urucum, madeira e outros produtos extrativistas.

Na rede comercial amazônica caribenha, o mais importante produto de que o homem europeu soube fazer uso foi a mão de obra indígena. Nessa perspectiva, foi o trabalho dos povos indígenas, representado em diferentes serviços de apoio, alianças e troca de conhecimentos, que privilegiou o domínio europeu regional. Nessa combinação do domínio eurocêntrico cristão, os povos indígenas foram exímios informantes, assegurando ao europeu outras leituras ou visões da região “Selvagem”, cuidadosamente registradas na cartografia europeia. Nesse contexto de troca intercultural e mercantilista, há notas históricas do embarque de índios que eram levados para Amsterdam, entrando em contato com o deslumbrante mundo renascentista da Europa. No contexto urbano da capital dos Países Baixos, os visitantes indígenas aprendiam a língua e a cultura europeia, tornando-se tradutores e líderes nas viagens exploratórias amazônicas, negociando em nome da burguesia mercantil dos Países Baixos espanhóis.

No ano de 1581, contudo, quando o reino espanhol estava ampliado com a incorporação da Coroa Portuguesa e seus territórios, as Sete Províncias Unidas dos Países Baixos espanhóis, que eram protestantes, fundaram a República Neerlandesa e intensificaram as lutas armadas contra a Espanha na denominada Guerra dos Oitenta Anos (HULSMAN, 2007;

OLIVEIRA, 2006, 2008a). Envolvido no conflito armado, o rei espanhol Filipe II convocou os portugueses aliados para ocuparem e defenderem a extensa região da América Espanhola. Nesse cenário de guerras espanholas os portugueses unificados aos espanhóis foram ocupando o delta do rio Amazonas e o interior sul-amazônico, com os homens das expedições empreendidas pelas Entradas e Bandeiras, que haviam desbravado o Centro-Oeste brasileiro.

Entre o fim do século XVI e início do XVII, nessa perspectiva de poder geopolítico do Império Espanhol com apoio português, por meio da União Ibérica, a Guerra dos Oitenta Anos (Espanhol-Neerlandês) misturou-se com a Guerra dos Trinta Anos, ampliando os conflitos armados na Europa e nas rotas do Atlântico.

Já comentamos que o Sacro Império Romano-Germânico era composto por variados territórios da Europa Central e Norte, com sociedade multiétnica, distribuída em diversos reinados, principados, ducados, bispados, condados, cidades imperiais livres e outros domínios. A Guerra dos Trinta Anos envolveu esses diferentes territórios europeus, que eram cristãos católicos e cristãos protestantes. Foi um período histórico revelador de distintos processos de conflitos armados na Europa, com disputa de poder mercantil nas rotas do Atlântico Norte, geopolíticos, socioculturais e posse dos índios e seu território amazônico caribenho. No referido período, quase toda a região do Novo Mundo era governada por autoridades que

representavam o rei da Espanha. Assim, o delta do rio Amazonas era palco de sangrentas lutas armadas entre os europeus, pelo controle do referido rio que tinha comunicação com os Andes, o lugar de mineração espanhola de prata e ouro.

Com o fortalecimento das possessões espanholas na América, houve necessidade de oficializar os vice-reinados, como forma de garantir a posse e proteção do imenso território espanhol. Tal planejamento régio foi implementado por Carlos V, e Filipe II deu continuidade. Inicialmente, os Vice-Reinos foram os seguintes: Nova Espanha (hoje, México), Nova Granada (hoje, Colômbia e Equador), Peru (Hoje, Peru e Bolívia) e Rio da Prata (Hoje, Argentina, Paraguai e Uruguai). Mais tarde, foram instaladas capitânias-gerais de Cuba, Guatemala, Chile e Venezuela. Eram vice-reinos com sociedade em formação, constavam de uma minoria branca espanhola, mas eram homens de coragem, bravura e dominadores, que mandavam e exploravam a grande população indígena.

No início, havia uma pequena população de escravos negros, usada como mão de obra principalmente nas ilhas caribenhas. No decorrer da colonização, chegou grande contingente africano para o trabalho escravo em substituição ao trabalho escravo indígena, que continuou em menor proporção.

Nessa conjuntura histórica, as leituras e os debates do grupo de estudos do Nupepa/UFRR foram fortalecendo os estudos da temática Amazônia Cari-

benha, conectada com o tema da História das Guianas. Um processo singular da História Regional Amazônica e da História do atual estado de Roraima e do Amapá (Guiana Portuguesa), que, no decorrer da União Ibérica (1580-1640), com o rei espanhol Filipe II, ampliou a complexidade das mudanças geopolíticas e transitórias na formação histórica da América e do Caribe espanhol.

Essa temática foi construída e composta por diferentes episódios da História Ibérica, interligada com a História dos povos indígenas da Amazônia, que envolveu distintos processos históricos e socio-culturais da América, Caribe, Europa, África e Ásia. Foram significativos eventos históricos, e quase nada foi contemplado na História da América Portuguesa ou Luso-Brasileira. Para interpretação histórica dessa complexa temática amazônica caribenha e seus desdobramentos, os estudos do referido grupo de pesquisadores da UFRR tiveram também apoio teórico nos documentos históricos e cartográficos neerlandeses consultados nos Arquivos de Amsterdam e Haia na Holanda.

Conforme Oliveira (2008a, 2014), a linha de pensamento decolonial em diálogo com estudos etno-históricos e cartográficos, sendo abordada e elaborada pelo grupo do Nupepa/UFRR, abriu discussões para outros argumentos que explicaram os distintos movimentos socioculturais indígenas em diálogo com os movimentos da natureza ou das águas como exem-

plo. São movimentos socioculturais indígenas, que ocupam as narrativas e memórias, vinculados aos territórios em conexão com os rios que estão ao norte e ao sul da linha do Equador.

Esses movimentos cosmogônicos, em conexão homem-natureza, forneceram concepções geopolíticas e socioculturais, evidenciando distintas conexões míticas e lendárias com a organização sociocultural dos povos indígenas. Memória e narrativas orais com interpretações e explicações acerca da ocupação e construção de aldeias dos povos indígenas do tronco linguístico Karíb e Arawak. São populações nativas que se fazem presentes no litoral, nos caminhos fluviais e terrestres que compõem a malha de deslocamentos na Amazônia Caribenha. Nesse percurso dos deslocamentos, em conexão homem-natureza, registraram-se em memórias e confirmaram-se pelas narrativas orais as múltiplas trajetórias históricas e socioculturais dos povos Karíb e Arawak desde os tempos ancestrais.

Territórios com novas interpretações mediante os deslocamentos indígenas e europeus, entre o litoral e o interior, foram ganhando visibilidade por intermédio dos cronistas e viajantes nos séculos XVI e XVII. Eram distintos grupos socioculturais, vivenciando os opostos períodos de chuvas torrenciais, estimulando as proezas e vencendo as dificuldades provocadas pela navegação. São povos com habilidade na construção de canoas e em navegação por diferentes

caminhos aquáticos, ou pelas longas caminhadas terrestres, na antiga ilha da Guiana, no período de forte calor sem chuvas. A cartografia europeia fortaleceu o redesenho dos distintos caminhos fluviais e terrestres, entre o litoral e o interior amazônico, com base nas interpretações da oralidade indígena.

Os europeus eram favorecidos pelo conhecimento dos guias indígenas, que revelavam as conexões entre os caminhos fluviais e as trilhas terrestres, facilitando a ocupação no interior da Guiana. Em razão das inúmeras cachoeiras, a expedição era orientada pelos indígenas a alternar a viagem entre caminhadas e navegação pelos rios, ou igarapés, e as extensas savanas cortadas por montanhas ou serras. No entanto, sempre havia uma morada indígena no caminho para o descanso e apoio ao viajante.

Foi nesse sentido que, na elaboração dessa reflexão teórica, o referido grupo de estudos organizou encontros e fóruns nas instituições universitárias parceiras entre os países que compõem a Amazônia Caribenha (Boa Vista, Caracas, Georgetown, Paramaribo, Trinidad, Macapá). Foram momentos de troca de saberes entre os distintos pesquisadores, que ampliaram o campo historiográfico regional e redefiniram novas interpretações da historiografia eurocêntrica amazônica caribenha. Uma historiografia do colonizador que interpretou os primeiros momentos da divisão geopolítica amazônica, reprimiu e incorporou os distintos grupos indígenas Karíb e Arawak nas sociedades nacionais.

Assim, o grupo de estudos do Nupepa/UFRR tornou disponíveis outras abordagens sobre os povos ancestrais amazônicos caribenhos, que reverenciavam o ponto mais significativo regional, marcado pelo Monte Roraima. Marco geopolítico indígena que traz a relação geo-histórica e sociocultural dos povos indígenas, com diálogo cosmogônico e territorial Circum-Roraima. Região geologicamente parte do Escudo das Guianas, onde as serras Pacaraima ostentam o ponto mais alto: o Monte Roraima; revelando um complexo conjunto de princípios míticos, ritualísticos e narrativas orais dos povos Karíb, que evidenciaram a figura do herói cultural Makunaima.

Com a chegada dos primeiros europeus à região, foram redesenhando os limites da fronteira entre os cinco países de cultura europeia, que, na atualidade, são considerados nações amazônicas caribenhas: Brasil, Venezuela, Guyana, Suriname e França. São países de distintas culturas e línguas, mas foram povoando, consolidando territórios e incorporando os povos indígenas ao processo de colonização das denominadas colônias europeias ou Guianas (OLIVEIRA, 2006, 2011, 2014).

Nesse contexto territorial e sociocultural, conforme a figura 3, o Monte Roraima é o mais expressivo ponto geopolítico da Amazônia Caribenha. Monte que marca a tríplice fronteira entre o Brasil, Guyana e Venezuela. Monte do lendário Makunaima, que na tradição oral indígena deu origem ao nascimento da terra e todos os seres.

Figura 3 – Monte Roraima.



Fonte: Foto de Daniel José Santos dos Anjos, cedida ao autor.

Capítulo IV

Amazônia Caribenha: o século XVII e as transformações geopolíticas, socioculturais e econômicas

Ao observar atentamente a historiografia neerlandesa e comparar com as reflexões historiográficas luso-brasileiras, verificou-se que os portugueses foram autorizados pelo rei espanhol Filipe II a ocupar e povoar o delta e o interior do rio Amazonas. Foi o período denominado de Brasil filipino⁸ (União Ibérica, 1580-1640), em que portugueses eram beneficiados como súditos espanhóis, rompendo com as normas políticas e jurídicas dos limites definidos pelo Tratado de Tordesilhas (1494) entre os dois reinos ibéricos.

Desse modo, no Brasil filipino, havia tratamento diferenciado pelo rei espanhol aos portugueses habitantes do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão. Os primeiros eram considerados rebeldes em decorrência da fidelidade ao antigo reino de Portugal, e o segundo grupo de portugueses foi escolhido para ocupar o Estado do Maranhão. No século XVI, o Maranhão era um imenso território espanhol na Amazô-

⁸ A dinastia filipina ou dinastia de Habsburgo foi a dinastia que reinou a Espanha durante a União Ibérica (1580-1640) e tomou posse de todo o território de Portugal e suas colônias. Filipe II, Filipe III e Filipe IV foram os reis do extenso território espanhol. O Brasil Colônia, durante esse período da unificação dos reinos ibéricos, foi denominado por alguns historiadores de Brasil filipino (BOXER, 1961).

nia espanhola, com fronteiras litorâneas do lado leste junto do Ceará e fronteiras oeste no rio Amazonas em direção aos Andes. O Estado Independente do Maranhão foi criado em 1621 por normas político-jurídicas do rei espanhol Filipe III.

Participando na administração e no controle geopolítico do reino espanhol, os portugueses do Estado do Brasil demonstravam insatisfação pela perda de privilégios sob o comando do rei da Espanha de Habsburgo. No decorrer da ocupação portuguesa na Amazônia, contingentes portugueses foram estimulados a imigrar das colônias de Portugal nas ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde para o Estado do Maranhão.

Nesse contexto da Corte Espanhola filipina, os imigrantes portugueses do Estado do Maranhão tinham privilégios, que eram contestados pelos portugueses estabelecidos no Estado do Brasil filipino. Os portugueses do Brasil filipino demonstravam descontentamento e incitavam movimentos de conflito e tensão, gerando desconforto ao rei espanhol, o proprietário das terras na América e no Caribe (OLIVEIRA, 2003; 2006, 2008a).

Nessa perspectiva histórica, por volta de 1615, a política expansionista filipina, com apoio de 300 portugueses liderados por Jerônimo de Albuquerque e indígenas Tabajara de Pernambuco, tomou a área de São Luís do Maranhão, que estava ocupada pelos franceses. Segundo o relato de Heriarte (1874), no re-

ferido ano de luta armada entre portugueses e franceses, a ilha de São Luís era habitada por diferentes povos indígenas: Tupinambá, Tapuia, Tabajara e Iguarana. O território havia sido conquistado e ocupado pelos franceses no comando de Daniel de La Touche, que construiu o Forte de São Luís, homenageando o rei da França.

O rei Filipe III estava temeroso de que os franceses descobrissem conexões fluviais para chegarem à região andina da Bolívia ou do Peru, onde havia a mineração espanhola. Nesse período do século XVII, conforme já citado, o rei da Espanha estava envolvido em duas grandes guerras europeias: Guerra dos Oitenta Anos e Guerra dos Trinta Anos.

Nesse conjunto das guerras, a Espanha tinha dificuldades para ocupar e proteger o imenso território na América. Território indígena ocupado por espanhóis, neerlandeses e portugueses, mas também disputado por ingleses e franceses. Todos desejavam ter o controle político e mercantilista entre o rio Amazonas, os Andes e as rotas do Atlântico (HERIARTE, 1874; OLIVEIRA, 2008a).

Dessa forma, seguindo a mesma linha política expansionista, com apoio português de Pernambuco e de São Luís do Maranhão, o rei espanhol Filipe III autorizou a construção do Forte do Presépio de Belém em 1616. Os portugueses, unificados e colaboradores do reino espanhol, iniciaram o processo de conquista e ocupação no delta do rio Amazonas, e também

em direção ao interior. Nesse processo colonizador, foram consolidando o território da Amazônia filipina, travando batalhas com povos indígenas e europeus (neerlandeses, ingleses e franceses), que eram inimigos da Espanha e de Portugal unificados, com ocupação e estabelecimento de povoados em variados territórios na Amazônia.

A documentação histórica revelou também que os acordos entre os súditos portugueses e o rei espanhol nem sempre foram harmoniosos. Assim, os povos ibéricos unificados tiveram alguns conflitos na primeira metade do século XVII, e tiveram seu momento de luta armada iniciado com a Guerra da Restauração (1640-1668) quando Portugal conquistou sua independência da Espanha.

Antes do evento da Guerra da Restauração, no entanto, os neerlandeses foram desenvolvendo um lento processo de ocupação europeia na Amazônia desde 1580. Inicialmente, estabeleceram postos comerciais e pequena guarnição militar no delta do rio Pomeroon, localizado entre o delta dos rios Orinoco e Essequibo.

Em seguida, os burgueses mercadores da República Neerlandesa foram ampliando a rede comercial pela costa da Guiana em direção ao delta esquerdo do rio Amazonas.⁹ Apesar do sucesso comercial nas

⁹ Já explicamos que a República surgiu da unificação das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos espanhóis, que eram protestantes. Assim, em 1581, a República foi criada durante um intervalo da Guerra dos Oitenta Anos, sendo reconhecida em 1648, com assinatura do Tratado de Münster, que celebrou o fim da referida Guerra Neerlandesa e Hispânica.

rotas do Atlântico, a República estava envolvida em duas grandes guerras na Europa: Guerra dos Oitenta Anos e Guerra dos Trinta Anos, fragilizando, tanto em terra quanto no mar, o processo de povoamento e a segurança militar de suas embarcações comerciais atlânticas.

Apesar dos esforços neerlandeses, todavia, a denominada Costa Selvagem continuava na maioria ocupada e controlada pelos povos Karíb e Arawak. Os colonos europeus tinham dificuldades para o desenvolvimento estável de assentamentos em decorrência dos diversos conflitos com os povos indígenas ou entre os próprios europeus estabelecidos na região. Com acordos de paz entre europeus e indígenas, no entanto, os assentamentos agrícolas foram estabelecendo-se tanto no litoral da Guiana como nas ilhas do mar do Caribe.

Entre os anos de 1620 e 1650, diversas colônias europeias ganharam consolidação com a introdução do escravo africano, especialmente, comercializado pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (em holandês Dutch West-Indische Compagnie - DWIC). O tabaco foi o primeiro produto empreendedor neerlandês no Caribe e na Amazônia, desencadeando a implantação da moderna economia europeia na rede de trocas dos povos indígenas (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014; GOSLINGA, 1971; HULSMAN, 2009).

Nesse meio tempo, houve queda no preço do tabaco; os comerciantes neerlandeses buscaram al-

ternativas introduzindo o cultivo da cana-de-açúcar nas ilhas e no litoral da Guiana. Por volta de 1650, esse processo colonizador neerlandês foi dinamizado pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (DWIC), com o aumento dos africanos escravizados para o trabalho nas fazendas agrícolas, com novas autorizações de patentes, permitindo que os ricos colonos europeus explorassem a região amazônica caribenha. Em todas essas ações, a contribuição dos povos indígenas foi importante.

Por meio dos acordos de paz, os indígenas auxiliavam os colonos na limpeza da terra e no plantio, bem como na construção de residências, repartições públicas e igrejas, contando também com o trabalho escravo africano. Parte da população indígena era negociada como escravos, outra desenvolvia trabalho livre. Os neerlandeses, porém, ofereciam certos benefícios aos indígenas escravizados que não eram compartilhados com os escravos africanos.

Por volta de 1604, durante a fase das guerras na Europa (dos Oitenta Anos e dos Trinta Anos), possuindo um frágil contingente militar para guarnecer os postos comerciais neerlandeses, os franceses, comandados pelo capitão Daniel de La Touche,¹⁰ invadiram e tomaram dos neerlandeses o litoral do rio Caiena. Com o sucesso na tomada territorial costeira na Ama-

¹⁰ Daniel de La Touche, sob o título de Senhor de La Ravardière, foi o mesmo que liderou a expedição da França na invasão e conquista do Maranhão. Ao se instalar na região, os franceses fundaram o Forte de São Luís em 1612.

zônia Caribenha, o rei francês Luís XIII deu ordens para que fossem instalados os primeiros colonos, que eram originários da Normandia. Ao consolidar esse evento, os franceses ajustaram aliança de paz com os povos Arawak (Lokono ou Palikur), que antes eram aliados dos neerlandeses. Havia também algumas famílias Karíb, como os Kaliña, que foram incorporados às alianças europeias que se instalaram na costa da Guiana (HULSMAN, 2014; JAGDEW; EGGER, 2014; OLIVEIRA, 2008a; OOSTINDIE; ROITMAN, 2014).

Alcançando sucesso na ocupação de Caiena, os franceses ampliaram o poder geopolítico na Amazônia Caribenha. Em 1625, expulsaram os holandeses da região litorânea e delta do rio Suriname. Com um contingente de 100 franceses (militares e colonos), instalaram-se no delta do referido rio. Em 1626, ao desenvolverem uma pequena colônia com forte no Suriname, os franceses foram ocupando o território em direção ao rio Corentyne (ou Corantijn) na região de Saramacca - um dos dez distritos do Suriname. Para esse empreendimento desenvolvimentista, a migração francesa era incentivada, e os acordos de paz com os povos indígenas Karíb e Arawak fortaleciam as fazendas de açúcar para produção comercial. Os serviços eram desenvolvidos por alguns escravos africanos e grande parte de trabalhadores escravos indígenas.

Entre os anos de 1640-1650, os britânicos, que haviam ocupado a ilha caribenha de Barbados, entraram em guerra contra os franceses para tomarem

a colônia do Suriname. Nessa luta que ora favorecia os britânicos, ora os franceses, os britânicos os derrotaram e ocuparam o Suriname. Ali, reestruturaram o forte e a colônia com fazendas de açúcar e tabaco. Firmaram acordos de paz com índios Karíb (Warau e Kaliña), que lutaram contra os Arawak, aliados dos franceses. Passaram a monopolizar o comércio de madeira do Suriname para Barbados.

Com a extensão das guerras europeias na Amazônia Caribenha, envolvendo as populações indígenas, acentuou-se o campo de disputa política entre os povos indígenas que lutavam entre si pelos benefícios de trocas mercantis com os europeus. Nos embates tribais, os indígenas derrotados eram feitos escravos e vendidos aos europeus.

Em 1651, o governador britânico de Barbados, Lord Willoughby, fortalecia a colônia do Suriname com o envio de colonos e militares britânicos. O sucesso dos britânicos no Suriname, porém, não foi longo, pois os neerlandeses se organizaram e entraram em guerra contra os britânicos instalados no Suriname. Ambos contavam com aliados guerreiros indígenas e, por volta de 1667, três navios de guerra com aproximadamente 390 soldados neerlandeses, liderados pelo comandante zelandês Abraham Crijnsen, derrotaram os britânicos expulsando-os do Suriname.

Os colonos britânicos derrotados, que não desejavam abandonar suas fazendas no Suriname, tiveram normas limitadas pelo comércio neerlandês, adminis-

trado pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (HULSMAN, 2014; JAGDEW; EGGER, 2014; OLIVEIRA, 2008a; OOSTINDIE; ROITMAN, 2014).

Em 1667, o Tratado de Paz de Breda, assinado pelo reino britânico e a República Neerlandesa, finalizando a Guerra Anglo-Neerlandesa, concordou em manter os territórios conquistados no Novo Mundo. Assim, a colônia do Suriname tornou-se propriedade efetiva neerlandesa e contou com a aliança de várias famílias indígenas Arawak, sem esquecer de estender os acordos de paz para as famílias indígenas Karíb. No entanto, sempre havia conflitos entre Karíb, Arawak e neerlandês, apaziguados pelo governo neerlandês instalado em Paramaribo, onde construíram o Forte Zeelandia.

A figura 4 mostra ruínas do Forte Zeelandia, na capital Paramaribo, construído em 1667. O forte neerlandês foi estabelecido sobre a margem esquerda do rio Suriname.

Figura 4 – Ruínas do Forte Zeelandia, em Paramaribo, Suriname.



Fonte: foto do autor, registro realizado durante viagens em Paramaribo/ Suriname.

Decorria o ano de 1682 quando a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais transferiu a colônia do Suriname para uma sociedade privada de Amsterdam – Sociëteit van Suriname. Os burgueses comerciantes da referida sociedade indicaram o governo de Paramaribo e diretores para administrarem as fazendas em nome da Sociedade do Suriname (HULSMAN, 2014).

Embora essa região fosse reivindicada pelo reino da Espanha, com base nos princípios do Tratado de Tordesilhas, enviando pequenas patrulhas pela costa da Guiana, não foi possível ao rei espanhol defender o imenso território ocupado pelos neerlande-

ses, franceses e ingleses. Apesar de ser uma potência imperial, a Espanha Filipina lutava contra os inimigos envolvidos nas guerras europeias dos Oitenta Anos e dos Trinta Anos, além de apaziguar as tensões com os portugueses unificados.

Havia outros confrontos armados entre espanhóis e neerlandeses na região do rio Orinoco, com saques e incêndios ao Forte Santo Thomé de la Guayana pelos neerlandeses. O forte espanhol localizava-se no rio Orinoco próximo ao delta do rio Caroni, com desenvolvimento de missões católicas e processo colonizador entre povos Karíb e Arawak. Já mencionamos que o forte fora construído entre os anos de 1592-1593, durante o governo espanhol de Antonio de Berrio, com sede em Trinidad (OLIVEIRA, 2008a).

Nesse sentido, no início do século XVI, a região próxima ao delta do rio Orinoco era povoada por alguns colonos espanhóis e uma missão católica comandada por um frade franciscano, que desenvolvia evangelização entre os povos Karíb e Arawak em nome da Espanha. O frade enviou cartas ao Conselho das Índias denunciando o violento tratamento do colonizador espanhol na relação com os povos indígenas. O referido frade comentou e reconheceu a diferenciação das estratégias de “sedução” dos povos indígenas como aliados ou súditos europeus, que eram desenvolvidas pelos colonos espanhóis e pelos neerlandeses.

Para o neerlandês, o apresamento do índio por meio da “sedução” era um benefício europeu ao inte-

grar o índio à família neerlandesa ou à rede mercantilista. Para o espanhol, o apresamento do índio, por meio do Aldeamento ou Encomienda,¹¹ era um modo de exploração do trabalho indígena. Caso o índio fugisse do Aldeamento, era caçado e tornado escravo, como mais um produto para o comércio (BOXER, 1961; OLIVEIRA, 2003).

No transcorrer do ano de 1616, a República Neerlandesa iniciou a fortificação militar e a colonização nos domínios mais afastados do litoral da Guiana. A República caracterizou-se pelo poder político e econômico privado, com divisão do mundo em dois hemisférios, onde mantinha sua rota comercial: o Oriente e o Ocidente. Em 1602, iniciou o controle comercial no Oriente (Ásia) por meio da Companhia Holandesa das Índias Orientais - em holandês, Vereenigde Oostindische Compagnie (VOC). Corria o ano de 1621, e durante uma trégua da Guerra dos Oitenta Anos, a República Neerlandesa fundou a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, que passou a gerenciar os negócios desenvolvidos no Ocidente (Europa, Caribe e América).

As Companhias das Índias eram empresas independentes, financiadas por capital privado de seus

¹¹Um regime de poder político e econômico usado pelo rei da Espanha, que transferia para os colonos habitantes na América, no especial caso, na região do rio Orinoco, a cobrança de tributos que os súditos da Coroa, os índios, deviam pagar. Essa cobrança poderia ser paga em prestação de serviços, abrindo mecanismo de poder econômico para escravização do índio. "O 'encomendeiro' ficava obrigado a proteger, cristianizar ou 'civilizar' o índio." (OLIVEIRA, 2003, p. 53).

acionistas neerlandeses, que estavam estabelecidos em Amsterdam e na província de Zelândia. Durante o século XVII, a província de Zelândia e a província da Holanda mantinham o poder econômico e político da República. Nesse contexto dos negócios neerlandeses no Atlântico, a Zelândia ficou responsável pelos fortes e postos comerciais no delta do rio Essequibo e no delta esquerdo do rio Amazonas. Assim, os primeiros mercadores e administradores da República Neerlandesa no litoral da Amazônia Caribenha foram os zeelandeses (HULSMAN, 2016; OLIVEIRA, 2008a; OLIVEIRA; HULSMAN, 2017).

Ao fortalecer o poder político e comercial neerlandês na Amazônia, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais autorizou a construção de um forte no interior do rio Essequibo. Era o momento de garantir maior segurança na rede comercial com os povos Karíb e Arawak, que estava sendo conectada com territórios indígenas mais longínquos (rios Rupununi e Branco). O rio Essequibo começou a chamar a atenção dos espanhóis, ingleses e franceses como possível caminho fluvial para o lago do El Dorado, situado no interior da Guiana.

Nesse sentido, o Forte Kijkoveral foi construído, dando maior apoio militar e à política de expansão neerlandesa, com aliança e trabalho firmado com os povos indígenas Karíb e Arawak. O forte estava estrategicamente localizado em uma pequena ilha com boa elevação, possibilitando uma ampla visão da

área que tem conexão com o rio Cuyuni (direção do rio Orinoco), rio Mazaruni (direção dos povos Karíb nas serras Pacaraima) e rio Essequibo, com saída para o Atlântico (OLIVEIRA, 2008a; VAN'S GRAVESANDE, 1967).

Para liderar, organizar e consolidar a guarnição militar do forte e colonos para o povoamento, indicou-se Jacob Canijin como administrador. Inicialmente, o administrador neerlandês contou com o auxílio de um secretário na organização burocrática e no planejamento militar. Conforme os dados históricos neerlandeses, o forte contou com 20 soldados e outros funcionários para auxiliar nas diferentes tarefas administrativas e de defesa militar. Para garantir o sucesso da ação de Jacob Canijin, incorporaram ao grupo de funcionários e militares alguns indígenas Karíb e Arawak, com desempenho em diversos serviços no Kijkoveral especialmente no provimento de alimentos, transporte fluvial e guias.

Na figura 5, identificamos ruínas no Forte Kijkoveral, edificado em 1616. Atualmente, sua localização está próxima da cidade de Bartica, no interior do rio Essequibo.

Figura 5 – Portal do Forte Kijkoveral



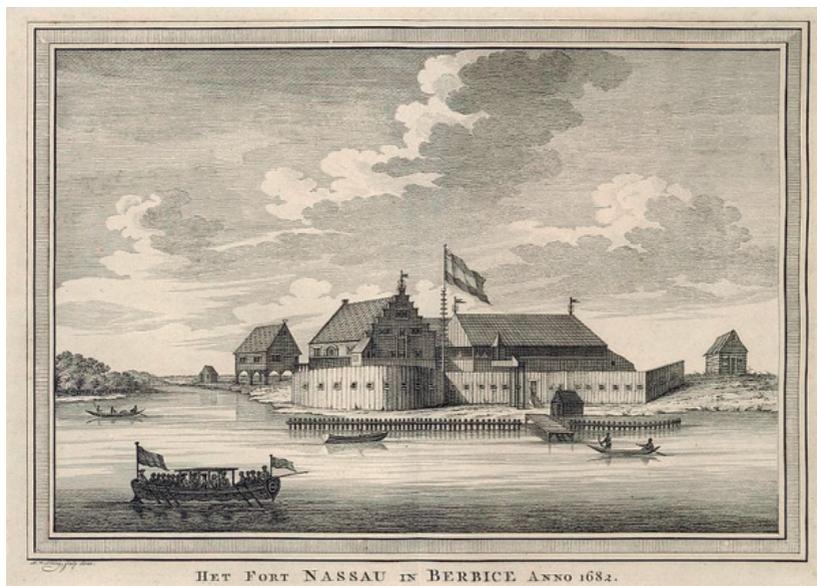
Fonte: Foto do autor, registro realizado durante viagens de barco pelos rios Essequibo, Mazaruni e Cuyuni.

Tendo o apoio militar do Kijkoveral, patrulhas neerlandesas, com apoio ora de povos Karíb, ora dos Arawak, foram expandindo o poder geopolítico em direção ao rio Orinoco. Organizavam ataques contra as missões espanholas e o Forte Santo Thomé, onde o rei da Espanha contava com aliados indígenas Karíb ou Arawak. Os missionários católicos do rio Orinoco enviavam cartas ao rei da Espanha denunciando os atos armados dos neerlandeses na ocupação da região. Os missionários mostravam-se indignados com o comportamento dos neerlandeses que tinham as in-

dígenas como esposas, fazendo uso do mesmo “status das esposas europeias”. Para aplacar os confrontos armados de seus representantes na região amazônica caribenha, o rei da Espanha e o Governo Geral da República Neerlandesa estavam sempre ajustando acordos de entendimentos políticos e de paz.

No ano de 1627, após a consolidação do Forte Kijkoveral com o início do processo de colonização no rio Essequibo, sob a responsabilidade da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, os homens da República Neerlandesa estabeleceram um segundo forte. O local do forte foi também no interior da Guiana, no rio Berbice, recebendo o nome de Forte Nassau. Para esse empreendimento privado, foi dada a patente e autorização para fundar a colônia ao mercador Abraham van Pere de Vlinssigen, um dos diretores da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Assim, o início da colonização em Berbice, como propriedade particular, teve o governo da família Van Pere, que passou a incorporar no processo colonizador povos do tronco linguístico Karíb ou Arawak que eram seduzidos por alianças de paz e pela rede comercial (OLIVEIRA, 2008a; OLIVEIRA; HULSMAN, 2017).

Figura 6 – Forte Nassau, nas margens do rio Berbice.



Fonte: Imagem do Atlas do Patrimônio Mútuo e de Koninklijke Bibliotheek, a Biblioteca Nacional da Holanda.

Em 1657, sob a direção da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, designou-se o primeiro comandante para o Forte Kijkoveral, que começou a consolidar o povoamento em parceria com os indígenas nos rios Essequibo, Mazaruni e Cuyuni. Assim, o comandante neerlandês de nome Gromweagle ampliou os contatos socioculturais e firmou outras parcerias de trabalho e comerciais com os povos indígenas em nome da República. A literatura histórica, no entanto, quase nada revelou sobre o novo comandante e sua política militar e administrativa; porém, nos fragmentos históricos, identificamos dados sobre

Gromweagle como desertor dos estabelecimentos espanhóis no rio Orinoco. Ele chegou ao rio Essequibo e juntou-se aos compatriotas neerlandeses. Gromweagle trouxe sua esposa, Kaliña, da etnia Karíb, e seu filho. Depois de alguns anos, o filho de Gromweagle foi administrador de um Posto de Comércio na Colônia do rio Demerara (OLIVEIRA, 2008a; VAN'S GRAVESANDE, 1967).

Nesse contexto intercultural, o neerlandês iniciou um novo modelo de relações com o nativo amazônico. Reinventou as relações políticas, jurídicas e econômicas ao integrar o índio ao trabalho europeu realizado no forte, com extensão para as expedições de conhecimento e exploração, em direção ao interior da floresta, ampliando os contatos nativos nas áreas de savanas.

Foram distintas ações que transcodingaram processos socioculturais, econômicos e políticos, aproximando os povos indígenas dos projetos neerlandeses. Eram ações que misturavam os desejos semelhantes, mas também os diferentes, transformando o espaço do Kijkoveral em um lugar de cultura híbrida, que consolidou o povoamento na fortaleza e mais tarde se transformou em colônia neerlandesa do Essequibo.

A historiografia revelou que nem sempre a implantação do projeto amazônico neerlandês era de paz e de fácil contato entre os nativos Karíb ou Arawak. Havia momentos tensos e de conflitos armados. Desse modo, registrou-se a existência de indígenas que

se rebelavam e fugiam para sua aldeia no interior da floresta, abandonando o povoado neerlandês. Contudo, o neerlandês soube explorar os momentos de boas relações e paz, alargou a rede mercantilista para o interior em direção aos rios Rupununi e Branco. Assim, alargou-se o poder político e econômico fortalecendo o campo de ação neerlandesa no interior da savana amazônica.

Processo que deu significado econômico ao tabaco, ao algodão e aos paus-de-tinta, introduzidos na rede comercial, sendo trocados pelos manufaturados neerlandeses que seduziram os indígenas para o consumo dos produtos europeus. Podemos dizer que, ao fazer uso de estratégias de cooptação do índio, o neerlandês fortaleceu a política mercantilista europeia chegando aos rios Rupununi, Branco, Negro e Amazonas. Os distintos produtos navegaram por diferentes rios e caminharam por variadas trilhas terrestres, entre florestas, savanas e serras, expandindo tanto a rota comercial como o aumento dos lucros em favor do neerlandês (BOXER, 1961; OLIVEIRA, 2003, 2006, 2008a).

Esse cenário interativo, intercultural e mercantilista deu ao povo da República Neerlandesa o poder de comandar o mercado de trocas e o papel dominador da colonização amazônica caribenha. Os líderes e tuxauas dos povos Karíb e Arawak se articulavam nessa nova rede de poder controlada pelo homem branco. Foram redesenhando a organização sociocultural

com a realização de casamento entre o neerlandês e as indígenas, reafirmando outros laços de parentesco amazônico caribenho. Um processo de parentesco articulado com a geopolítica, que foi enfraquecendo as relações intertribais.

Acentuaram-se as disputas entre os povos indígenas aliados aos europeus, que se envolviam em guerras ligadas à posse da terra e do índio, que não era considerado parente. O índio rebelde e derrotado nos confrontos armados era feito prisioneiro e comercializado como escravo. Os escravos indígenas eram comercializados para o trabalho nas fazendas do litoral e também das ilhas do mar do Caribe, onde os neerlandeses tinham propriedade agrícola.

Nesse processo do trabalho escravo, introduziram a mão de obra africana, que aumentou os lucros comerciais e suas rotas entre África, Europa, América e Caribe. O monopólio do comércio de escravos da África para Guiana e Caribe intensificou-se no século XVIII, com a vantagem do aumento da oferta de produtos agrícolas tanto nas fazendas das Guianas como nas fazendas no Caribe (IFILL, 2011; OLIVEIRA, 2008a, 2011; OLIVEIRA; HULSMAN, 2017).

Um cenário amazônico caribenho que se transformou em lugar de disputas europeias pelas rotas comerciais e dominação geopolítica sobre as populações indígenas e seus territórios; além de ser o lugar do lendário El Dorado, com possibilidade de mineração e enriquecimento fácil. As diferentes representa-

ções europeias e seus distintos projetos de exploração amazônica tornaram possível o surgimento de uma nova ordem nas relações internacionais, incorporando os povos Karíb e Arawak à região. Intensificaram-se os múltiplos contatos e acordos de paz entre os distintos europeus e os variados líderes e tuxauas dos povos indígenas. No entanto, todo europeu se instalou com um empreendimento colonizador e da fé cristã, que fortaleceu o jogo de poder geopolítico da Europa na América amazônica.

Nesse processo do encontro europeu com o índio na Amazônia Caribenha, ora incorporado à organização familiar europeia, ora caçado como selvagem, podemos dizer que no imaginário europeu havia uma dualidade de olhar cultural sobre o povo indígena: o índio visto como colaborador e “bom selvagem”, o índio rebelde identificado como “mau selvagem”, todos considerados sem religião, sem organização social e sem governo.¹² Havia, contudo, um terceiro grupo de índios que era reconhecido na imagem do “selvagem canibal”, identificado como violento, sem história, carente de cristianismo e civilidade.

O pensamento político e cultural do europeu dos séculos XVI e XVII não aceitava o outro que fosse diferente da cultura ocidental. Era uma sociedade europeia herdeira do Ancien Régime que transformava a natureza e o nativo da América em patrimônio de

¹² Referência à célebre fórmula cronista quinhentista de Pero de Magalhães Gandavo (1826/2008, p. 65): “[...] não têm Fé, nem Lei, nem Rei;”

riqueza, a base do Estado colonizador na Amazônia. Complexo lugar de múltiplas identidades socioculturais, divulgado pelos viajantes e vivenciado pelos colonos europeus, dominadores do “universo selvagem” amazônico caribenho, que ganhou outros contornos simbólicos e socioculturais, influenciados pelo comportamento neerlandês mercantil e o ibérico cristão (OLIVEIRA, 2003, 2011).

Decorria o ano de 1637 quando o rei espanhol Filipe IV, com apoio dos portugueses do Estado do Maranhão, autorizou uma expedição pelo rio Amazonas com trajeto inicial no delta, finalizando nos Andes no Vice-Reinado do Peru. Para o rei espanhol, era o momento de conhecer o real caminho pelo rio Amazonas aos Andes, onde seus súditos espanhóis tinham mineração. Para comandar a expedição, ordenou-se o português Pedro Teixeira, que tinha demonstrado bravura em combates na região contra nações inimigas do reino espanhol, pois os portugueses estavam sob o domínio da Espanha e eram considerados súditos e fiéis aliados; uma relação conflituosa luso-espanhola em um período às vésperas da Guerra de Restauração Portuguesa. A guerra estava sendo planejada secretamente e liderada por D. João (Duque de Bragança), que depois seria aclamado como D. João IV, rei de Portugal.

Assim, nesse incerto contexto de aliança luso-espanhola, a missão da expedição de Pedro Teixeira era mapear o rio Amazonas e seus afluentes, desde

o delta até o Vice-Reinado do Peru, levantar dados das mulheres guerreiras e outras sociedades nativas, identificar o comércio dos inimigos neerlandeses com povos indígenas, reorganizar informações sobre os produtos da floresta para o comércio europeu.

A viagem partiu do povoado Cametá, no mês de outubro de 1637, com um total de 47 canoas grandes, 70 soldados portugueses, além de 1.200 indígenas guerreiros. Pedro Teixeira subiu o rio Amazonas e chegou ao rio Negro, onde deixou alguns soldados. Conforme os relatos da viagem, Pedro Teixeira tomava posse das terras e dos nativos em nome do rei de Portugal, apesar de não existir o reino de Portugal, pois eram governados pelo rei da Espanha, Filipe IV.

Na viagem exploratória, o urucum chamou a atenção do navegante português. O produto era conhecido e comercializado pelos neerlandeses por meio da rede indígena. A viagem de Pedro Teixeira não foi muito fácil, por não ter um guia indígena que fosse fiel conhecedor do trajeto para os Andes entre o emaranhado de rios. No percurso da viagem, alguns indígenas começaram a desertar por não suportarem o pesado trabalho como remadores e carregadores. Contudo, após um ano de viagem, a comitiva de Pedro Teixeira chegou a Quito e foi recebida pelo vice-rei do Peru, o espanhol conde de Chinchón (CARVAJAL; ROJAS; ACUÑA, 1941; MATTOS, 2010; OLIVEIRA, 2003, 2008a, 2011).

No contexto de perplexidade da aventura do português em tomar conhecimento do caminho pelo

rio Amazonas até os Andes (Peru), o vice-rei espanhol de Quito não aprovava o comportamento de Pedro Teixeira, que expressava entusiasmo em nome de Portugal. Para o governador espanhol, não existia o reino de Portugal. Entretanto, por carta régia, confirmou-se que a expedição estava a serviço de sua Majestade Filipe IV, rei da Espanha dos Habsburgo. Para o retorno da viagem pelo rio Amazonas, o vice-rei convocou o padre jesuíta Cristóbal de Acuña, fiel missionário devoto ao reino espanhol, para tomar nota e registrar a viagem de Pedro Teixeira, que tomaria o mesmo caminho fluvial pelo rio Amazonas até o Atlântico.

No longo trajeto de volta, ao navegarem pelas terras dos Omágua, Acuña descreveu esse povo com boa organização sociocultural e comercial. Povo bem diferente dos Tapajós e seus temidos guerreiros, que entraram em luta com os portugueses. Navegando rio abaixo, Acuña foi registrando a existência da população nativa como prováveis aliados ou possíveis inimigos. Nesse relato, deu notícias de povos indígenas aliados aos inimigos neerlandeses, que se faziam presentes no interior amazônico por meio do comércio. Catalogou os produtos extrativistas para o comércio espanhol, fez notas sobre a diversidade de madeiras, o cacau, o algodão e o tabaco, utilizados pelos povos indígenas em diferentes atividades cotidianas.

Para Acuña, às margens do Grande Rio das Amazonas, havia muitas aldeias indígenas, algumas muito extensas, com densa população. Outros povoados indígenas eram mais afastados do rio, no interior

da floresta. Na construção das habitações, faziam uso de madeira e cobertura de palha; não encontrou construção em pedra com cobertura de telha. Ao continuar a navegação rio abaixo, Acuña comentou as inúmeras ilhas ao longo do Grande Rio das Amazonas. Fez anotações sobre as raízes comestíveis utilizadas pelos indígenas, a exemplo de variadas batatas, a mandioca e outras, que eram assadas e servidas aos homens da expedição. Além disso, havia uma abundância de peixes, tartarugas e frutas que, de tanta substância, deixava os homens satisfeitos e com mais força para seguir viagem.

Com duração aproximada de dez meses, a expedição de Pedro Teixeira chegou a Cameté em dezembro de 1639. O jesuíta Acuña seguiu viagem para a ilha de Trinidad e, de lá, para Madri, onde publicou seu relatório Novo descobrimento do Grande Rio das Amazonas em 1641 (ACUÑA, 1994). Os portugueses já estavam em guerra com a Espanha (Guerra da Restauração, 1640-1668) e não tiveram acesso ao documento de Acuña, mas o português Pedro Teixeira fez um relato da viagem e entregou aos portugueses. Com base nesse relato e viagem do português, a Coroa, restaurada pela dinastia de Bragança, reivindicou a posse do território amazônico, abrindo novos conflitos territoriais luso-espanhóis na América (ACUÑA, 1994; CARVAJAL; ROJAS; ACUÑA, 1941; OLIVEIRA, 2003, 2008a, 2011).

No entanto, após esse episódio do navegante Pedro Teixeira, os povos ibéricos foram ocupando o

interior dos rios Amazonas e Negro, firmando aliança com os povos indígenas, que também se rebelavam e ampliavam os conflitos armados entre europeus e indígenas. Nesse mesmo contexto geopolítico do encontro europeu e indígena, intensificando os conflitos socioculturais e armados, os neerlandeses mantinham a rede mercantilista com apoio dos povos indígenas Karíb ou Arawak, tanto no litoral como no interior da Guiana.

Os neerlandeses empreendiam viagens exploratórias, ampliando a rede mercantil e os acordos diplomáticos que consolidavam a paz com os povos nativos da região. Assim, tiveram sucesso nas viagens pelo litoral da Guiana, com entrada pelos rios Suriname, Corentyne, Berbice e Essequibo. Foram expandindo o trajeto das expedições e o povoamento integrado aos povos indígenas em direção ao interior, para os rios Rupununi e Branco. Ao se instalarem na região de savana, foram incorporando os novos aliados Karíb e Arawak, com ampliação da rede mercantil neerlandesa em direção aos Andes (OLIVEIRA, 2003, 2006, 2008a).

Nessa lógica, outras contribuições de fontes históricas foram analisadas e divulgadas por Carrico (2011). Para o citado autor, as expedições com assentamento temporário, depois com o povoamento europeu, tornaram-se possíveis com o apoio dos povos Karíb e Arawak. Assim, as distintas alianças com os líderes indígenas dos referidos troncos linguísticos, o

apoio e controle do trabalho escravo indígena, a distribuição dos serviços pelos indígenas livres, possibilitaram uma organização hierárquica em que todos tinham participação e privilégios na rede mercantil neerlandesa.

A hierarquia das tarefas era composta por diferentes serviços, incluindo o grupo indígena que produzia os alimentos, remadores, guias, intérpretes e na condução do comandante da expedição, garantindo a consolidação europeia na Amazônia Caribenha e ilhas do Caribe.

Nesse entendimento, os alimentos produzidos pela população indígena foram considerados como um dos negócios mais importantes no comércio de trocas entre europeus e indígenas na Amazônia Caribenha e nas ilhas. Podemos dizer que o negócio envolvendo a culinária indígena amazônica possibilitou ao europeu uma efetiva permanência regional, como também facilitou o processo de consolidação da posse europeia e do desenvolvimento de suas expedições de exploração regional. Os neerlandeses souberam aproveitar essas estratégias e foram contemplados com outras narrativas dos saberes indígenas, aumentando a produção de conhecimento amazônico caribenho.

Aos poucos, a Guiana de denominação Arawak, controlada pelos povos indígenas, tornou-se europeizada com a introdução dos colonos, missionários e militares, que foram transformando a paisagem, a cultura e língua dos nativos da América Espanhola

em “Amazônia Europeia”; terras dos povos indígenas que foram divididas e ocupadas pelas distintas sociedades colonizadoras europeias: espanhola, neerlandesa, francesa, portuguesa e inglesa.

No ritual alimentar dos povos Karíb e Arawak, os neerlandeses que exploravam a Guiana perceberam a utilização do urucum em diferentes momentos da vida cotidiana indígena. A produção do urucum sofreu alteração na posse neerlandesa, com a incorporação de suas sementes na rede mercantilista, como outro produto de lucros garantidos. Nessa lógica, o urucum tornou-se importante produto da floresta entre os outros distintos produtos comercializados como Drogas do Sertão. Diante disso, o urucum circulou na rota do Atlântico até Amsterdam, onde passou por distintos estágios de beneficiamento, desde a fabricação de tinta para tecido, aos produtos alimentares: como especiaria na culinária, ou para coloração de queijo e manteiga.

A literatura neerlandesa não deixou muito clara a quantidade de toneladas de urucum embarcadas nos navios neerlandeses, que seguiam a rota no Atlântico Norte, entre a ilha da Guiana e Amsterdam ou Rotterdam (OLIVEIRA, 2014). Porém, deixou transparecer que os comerciantes burgueses da República Neerlandesa, por meio da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, criada em 1621, adquiriram volumosos lucros e enriqueceram seus bancos em Amsterdam com a produção e o comércio do urucum. O

tomate indígena foi outro produto de sucesso levado para a Europa, mas quase não encontramos registros de análise histórica sobre o comércio do tomate.

Outro fator sociocultural, já citado, que favoreceu o neerlandês no povoamento da região, foi a celebração dos acordos de paz com os povos indígenas. Nesse conjunto de ações políticas, jurídicas, culturais e econômicas, um dos instrumentos mais utilizados foi por meio da realização de casamento entre os holandeses e as indígenas, tornando-se parte da família, estabelecendo uma formação sociocultural europeia com dupla comunicação linguística: indígena e holandesa na posse do território.

É pertinente lembrar que essa prática dos casamentos era contestada pelos missionários católicos espanhóis habitantes no rio Orinoco. Os missionários não concordavam com a estratégia de miscigenação holandesa ao incorporar na sociedade branca as mulheres dos povos indígenas. Foi nesse contexto e na manifestação de descontentamento que os missionários espanhóis escreveram cartas ao rei da Espanha denunciando as manobras de ocupação do território da Guiana pelos “hereges” neerlandeses, tornando esposa, a mulher selvagem. Assim, os homens da República Neerlandesa, com autorização da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, estabeleciam funções diplomáticas nas negociações que eram efetuadas com os povos indígenas. Ação que era alargada entre outros europeus, como os comerciantes espa-

nhóis estabelecidos no rio Orinoco e missionários carmelitas no rio Negro, Aldeamento Aracary (OLIVEIRA, 2003, 2014).

Ressaltamos que, no agitado e conflituoso período sociocultural e mercantilista, durante a primeira metade do século XVII, o rei da Espanha e a República Neerlandesa estavam envolvidos na Guerra dos Oitenta Anos e na Guerra dos Trinta Anos. Porém, os embates provocados pela guerra não eram obstáculos para os comerciantes neerlandeses, habilidosos na diplomacia mercantil, envolvendo diferentes grupos socioculturais e interesses. Assim, os burgueses neerlandeses planejaram estratégias mercantilistas para o sucesso da rede de trocas na Amazônia Caribenha, com o apoio dos povos indígenas Karíb ou Arawak. Como exemplo, os mercadores espanhóis do rio Orinoco forneciam cavalos, por meio dos indígenas, ao Forte Kijkoveral e a alguns colonos do rio Essequibo. Parte dos cavalos era usada nas moendas de cana-de-açúcar neerlandesas.

Com autorização da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, os neerlandeses foram ampliando as negociações comerciais, políticas e jurídicas, reafirmando diferentes normas de trégua entre os conflitos gerados, ou nos pactos de paz entre os próprios povos indígenas (Karíb ou Arawak), ou entre os povos indígenas e os colonos, e os militares europeus. Eram distintas ações políticas, diplomáticas, jurídicas e econômicas, propondo conciliação e favorecimento

ao neerlandês, que incorporava o conhecimento e o poder geopolítico aos territórios do litoral que se interligaram ao interior da Guiana. Sem esquecer as estratégias para encontrar o El Dorado e seus preciosos tesouros no lago Manoa ou Parima.

Nessa perspectiva, reafirmamos que, em 1648, quando houve o fim da Guerra dos Trinta Anos e da Guerra dos Oitenta anos, a República Neerlandesa teve sua independência reconhecida pela Espanha, sendo celebrada com o Tratado de Münster. Desse modo, ressaltamos que o referido Tratado abriu uma ruptura na supremacia do Tratado de Tordesilhas (1494) e deu aos neerlandeses a posse da ilha da Guiana, território do seu extenso comércio com os povos indígenas e europeus no Novo Mundo. Essa ação diplomática e geopolítica estabeleceu a reorganização de novas fronteiras na América Ibérica. Evento do século XVII que ampliou o interesse e a disputa na partilha da Amazônia Caribenha por outras nações europeias.

Durante esse período, os neerlandeses possuíam a colônia do Essequibo, governada pela Câmara da Zelândia; tinham a colônia de Berbice, que foi governada por seu patrono hereditário, Abraham van Pere, o qual também era um dos diretores da Câmara da Zelândia. As duas colônias neerlandesas na Amazônia Caribenha apresentavam aspectos semelhantes: existia uma população limitada de algumas dezenas de europeus, cuja principal preocupação era o comér-

cio com a população indígena e a produção agrícola nas primeiras fazendas implementadas com mão de obra escrava (indígena e africana). Havia também uma única colônia da França, que era estável na costa; localizava-se no delta do rio Suriname com ligação com Caiena. Essa colônia francesa também compartilhava muitas das características das colônias neerlandesas (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014).

Em meio à Guerra da Restauração (1640-1668), a América Ibérica vivenciava conflitos armados entre indígenas, espanhóis e portugueses na ocupação da região. Com a ruptura da aliança luso-espanhola, os portugueses não desejavam devolver todo o território ocupado durante a fase da “União Ibérica”. Nesse sentido, as duas nações ibéricas contaram com apoio e alianças indígenas, que eram seduzidos e incorporados em causa própria dos reinos ibéricos na conquista e ocupação da terra. Porém, a estratégia de sedução indígena também foi usada pelas outras nações da Europa, como os neerlandeses e franceses estabelecidos na Guiana. Nessa perspectiva, no fim do século XVII, a grande América indígena espanhola era compartilhada com outras nações inimigas da Espanha, que também faziam uso da imensa mão de obra indígena Karíb ou Arawak.

Após o Tratado de Münster (1648), reorganizou-se a geopolítica da região pelo rei espanhol Filipe IV. Apresentou-se uma normatização régia espanhola com nova configuração territorial amazônica. Nesse

caso, a fronteira portuguesa do Estado Independente do Maranhão definiu-se pela margem direita dos rios Amazonas e Negro. Diante disso, estabeleceu-se que a margem esquerda dos citados rios era da República Neerlandesa, considerados limites da ilha da Guiana no interior amazônico. Nessa geopolítica amazônica do século XVII, o rei espanhol Filipe IV autorizou os neerlandeses a expulsarem os portugueses habitantes do Cabo Norte (hoje Amapá), limitando-os ao estado do Maranhão,¹³ que estava sendo disputado pelos espanhóis e portugueses (OLIVEIRA, 2008a, 2014).

Conforme informações do processo histórico ibérico na América, a Capitania do Cabo Norte foi criada por Filipe IV da Espanha em 1637. Foi um momento tenso e conflituoso em consequência da Guerra dos Oitenta Anos contra os neerlandeses, que ocupavam a região amazônica caribenha e nela comercializavam. Foi também o ano da autorização espanhola para a expedição comandada por Pedro Teixeira explorar o rio Amazonas desde o delta aos Andes. Evidenciando que, nesse ano, o irlandês Bernardo O'Brien del Carpio escreveu um relatório para o rei espanhol Fi-

¹³ Já se mencionou que o Estado do Maranhão foi criado durante a União Ibérica pelo rei espanhol Filipe III em 1621. Porém, em 1654, durante a Guerra da Restauração, os portugueses que habitavam a região renomearam para Estado do Maranhão e Grão-Pará. Com a política do Marquês de Pombal no século XVIII, foi novamente renomeado para Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1751. Entre 1772-1774, o território do referido estado português foi dividido em dois estados independentes: Maranhão e Piauí (capital em São Luís); Grão-Pará e Rio Negro (capital em Belém).

lipe IV denunciando os grandes lucros do comércio neerlandês na rede de trocas indígenas na Amazônia Caribenha.

O ano de 1637, portanto, foi bastante agitado na Corte Espanhola, pois, contra os ibéricos, havia também a disputa dos neerlandeses, franceses e ingleses pelo controle do delta esquerdo do rio Amazonas. Um caminho fluvial quase desconhecido pelos portugueses habitantes no Forte do Presépio, localizado à margem direita do delta amazônico.

É evidente que o referido território amazônico era um campo de guerras e disputas pelo poder geopolítico no Atlântico Norte, igualmente pelo controle do delta do rio das Amazonas. Diante de tais circunstâncias, com disputas de poder econômico e geopolítico, não restou ao rei espanhol senão ordenar a defesa e administração da nova Capitania, localizada no delta esquerdo do rio Amazonas, ao governador em São Luís, capital do Maranhão, Bento Maciel Parente. O referido governador e militar português havia demonstrado bravura em nome da Espanha ao conquistar e defender o território do Maranhão, com a expulsão francesa em 1615, durante o reinado de Filipe III.

Nessa linha de pensamento, quando o europeu chegou ao Novo Mundo, considerado uma região desconhecida e ocupada por “selvagens”, acreditava que tinha o direito de tornar sua propriedade a nova terra vista pela primeira vez. Nessa ação de posse, o índio era visto como parte da terra “selvagem” e era

um bem a mais a ser explorado pelo europeu. Nessa interpretação, os reinos ibéricos tomavam posse da mágica e dadivosa terra amazônica caribenha, sem o reconhecimento de que era habitada por diferentes povos, Karíb, Arawak ou Inca, com manifestações culturais e de línguas distintas do europeu. Após ocupar a região, o europeu cobrava tributos dos povos indígenas e roubava suas mulheres, pois chegaram ao Novo Mundo sem esposa. Nesses embates, os contatos violentos contra as mulheres indígenas, provocados pelos espanhóis com ataques aos povos Arawak (Taínos) e Karíb, resultaram no surgimento das primeiras gerações de grupos socioculturais híbridos no Novo Mundo: europeus e indígenas Arawak, Karíb e Inca (OLIVEIRA, 2003, 2006, 2008a).

Nesse aspecto, toda a área territorial na denominada Costa Selvagem, entre o delta dos rios Orinoco e Amazonas, deu possibilidade ao encontro e diálogos firmados entre o amor e o ódio, vivenciado e compartilhado entre europeus e povos indígenas. O evento colonizador, todavia, revelou outros aspectos desse processo do encontro; como exemplo, a não compreensão sociocultural pelo europeu sobre os povos originários do Novo Mundo.

Contudo, fazendo uso das estratégias de liderança, o europeu foi incorporando o “selvagem” ao seu domínio territorial, com ordenação aos missionários católicos para “civilizá-lo” por meio da evangelização. Um processo de purificação cristã e socio-

cultural, transformando o “selvagem” em súdito real e possibilitando renascer como trabalhador em prol dos reinos da Europa. Ideias de mudança religiosa e filosófica no campo das humanidades, de visão pós-renascença, provocadas por uma sociedade europeia emergente da crise do período medieval. Tal sociedade deu início às novas estratégias de poder geopolítico e econômico do mundo moderno, incorporadas nas rotas do Oceano Atlântico, interligando Europa, África, Ásia, América e Caribe.

Foi com esse espírito renascentista da Europa Moderna que, no século XVII, as rotas do Atlântico Norte em direção ao rio Orinoco, caminho fluvial mais cobiçado para o navegante que se dirigia ao interior da Amazônia Caribenha, eram palco de constantes embates entre os europeus, que envolviam os indígenas Arawak ou Karíb por meio de alianças.

Ressaltamos, novamente, que foi nesse contexto amazônico caribenho que, após a assinatura do Tratado de Münster (1648), a margem direita do rio Orinoco era da República Neerlandesa. Assim, os espanhóis, instalados no Forte Santo Thomé de la Guayana, tentavam bloquear a entrada neerlandesa e de outros europeus no rio Orinoco. Esse procedimento político-militar espanhol motivou variados confrontos armados pelos neerlandeses contra os militares, colonos e missionários católicos espanhóis, habitantes da região. Situação semelhante ocorria na margem esquerda do delta do rio Amazonas, onde os neerlandeses

estavam ocupando e controlando a margem esquerda do referido delta. À vista disso, vivenciavam constantes lutas armadas contra franceses, ou portugueses, ou ingleses, que desejavam entrar no rio Amazonas pela margem esquerda do seu delta.

Entre os anos de 1620 e 1650, o território amazônico caribenho e as ilhas do mar do Caribe receberam mais assentamentos colonizadores da Europa. Processo de povoamento e evangelização cristã que foi incorporando nos diferentes serviços os povos indígenas Arawak e Karíb. A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais comercializava os produtos da região e da Europa; oferecia também a mão de obra escrava trazida da África (homens, mulheres, jovens e crianças). Tal situação transformou a região em importante mercado e favoreceu o surgimento de outra economia amazônica caribenha.

Foi nesse empreendimento, causado pelo novo contingente imigratório europeu, que a região foi estimulada economicamente, e o mercantilismo fortaleceu a produção de antigas e novas agriculturas, como o algodão, tabaco, açúcar, café, renovando o povoamento e a colonização europeia do território conquistado (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014).

Consequentemente, os neerlandeses, envolvidos nos embates contra outros europeus que procuravam ocupar as terras da Amazônia Caribenha, foram perdendo força e enfraquecendo o domínio geopolítico na região em questão. Eventos provocados pelos

européus que sempre tinham disponível o apoio dos povos indígenas Arawak e Karíb, seja como guerreiros nos embates, seja como trabalhadores agrícolas no povoamento. Assim sendo, ressaltamos, ainda, que o método de sedução dos povos indígenas, mediante o uso de aliança de paz, casamento ou comércio, deu certo. Porém, como tudo ocorria rapidamente e de modo efêmero, foi nesse panorama regional de disputas europeias que o Forte Kijkoveral foi capturado pelos britânicos que colonizavam a ilha caribenha de Barbados.

Transcorria o ano de 1666 quando os navios com militares britânicos, habitantes de Barbados, em aliança com os indígenas, navegaram pelo rio Essequibo em direção ao interior. Usando o fator surpresa, os britânicos chegaram ao Forte Kijkoveral e entraram em luta armada contra os militares e colonos na fortaleza da República Neerlandesa. No entanto, os soldados neerlandeses que sobreviveram ao combate britânico fugiram para o Forte Nassau no rio Berbice e narraram o ocorrido. O comandante neerlandês do Forte Nassau, com apoio dos índios Arawak e soldados neerlandeses, organizou um grande contingente militar. Em seguida, ao fazer também uso do fator surpresa, atacou os britânicos que comemoravam a vitória sobre os neerlandeses do Essequibo. Nessa ação armada, os neerlandeses venceram os britânicos retomando o Kijkoveral e estabelecendo a paz na região em favor da República (HULSMAN, 2016; OLIVEIRA, 2008a, 2011).

Nesse sentido, o neerlandês originário da província de Zelândia, responsável pelo referido forte no Essequibo, reorganizou sua estrutura administrativa e de segurança. Por volta de 1670, a colônia era governada pelo comandante Hendrix Roll, que ampliou a aliança com os povos Karíb e Arawak, atraindo novos colonos para a região do Essequibo. Nessa ação expansionista e desenvolvimentista, o comandante do forte, por meio da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, autorizava o povoamento neerlandês, com aumento de colonos migrantes e patentes aos mercadores das fazendas de plantações: cana-de-açúcar, tabaco, algodão, café.

Nessa circunstância, o processo colonizador com a cultura do café ganhou visibilidade na Guiana e nas ilhas do mar do Caribe. A plantação do café foi introduzida pelos neerlandeses na segunda metade do século XVII, quando trouxeram mudas do café de sua colônia na Ásia para a América e o Caribe. Nesse plano de desenvolvimento do sistema agrícola, as fazendas de café foram espalhando-se nas terras da Amazônia Caribenha e nas ilhas do mar do Caribe, onde os neerlandeses tinham domínio político e econômico. Assim, os bancos e as ilhas do rio Essequibo foram ocupados pela iniciativa dos mercadores privados e suas fazendas, que fortaleciam a presença neerlandesa em direção ao interior e também ao delta do rio Essequibo, com novos colonos e escravos indígenas e africanos, diversificando os negócios e o sistema de plantações (HULSMAN, 2016; OLIVEIRA, 2008a; 2011).

Por toda a segunda metade do século XVII, porém, a Inglaterra e a República Neerlandesa continuaram envolvidas em guerras pelo poder do comércio no Atlântico e terras na Guiana. A rivalidade entre as Companhias de Comércio britânica e neerlandesa era violenta, contribuindo para o enfraquecimento financeiro dos neerlandeses, que monopolizavam a geopolítica mercantilista entre América, Caribe e Europa. Em alguns momentos, britânicos e neerlandeses assinavam acordos de paz, possibilitando uma folga no roteiro das mercadorias e desenvolvimento da produção nas fazendas amazônicas caribenhas. No entanto, os acordos não eram cumpridos e entravam em guerra novamente.

Nesse contexto das disputas de poder, os britânicos começaram a aperfeiçoar sua frota naval, com introdução na frota mercantil de navios de guerra. Com o conjunto unificado da frota marítima, os britânicos aumentaram seus lucros no contexto dos negócios internacionais.

A historiografia neerlandesa deu notícias de que no conjunto das relações internacionais e socio-culturais na Amazônia Caribenha e nas ilhas do mar do Caribe, a presença do mercador judeu, depois a de sua família, deu significativas contribuições na formação histórica regional caribenha. É um tema que necessita de mais análises históricas, porém o mercador judeu contribuiu na execução do poder econômico e geopolítico em favor da República Neerlandesa

na região. Os diferentes modos de fazer negócio judaico possibilitaram o êxito na ampliação comercial neerlandesa regional. Esses mercadores judeus estavam na vanguarda dos colonos europeus do século XVII, realizando diversificadas negociações e estabelecendo outras ordens socioeconômicas e culturais na Amazônia Caribenha.

Por volta de 1652, os franceses na ilha de Caiena tinham dificuldade em estabilizar sua colonização. Havia intrigas entre os próprios colonos franceses, que divergiam sobre os interesses econômicos e a ocupação das terras em nome do rei da França, Luís XIV (o Rei Sol), e seu principal ministro, o cardeal Jules Mazarin. Havia alianças de paz com os povos Karíb, como os Galibi, mas havia também conflitos violentos dos franceses com esses povos indígenas. Os diferentes interesses políticos e econômicos entre os franceses desenvolveram uma guerra contra os índios Galibi. Diante desses eventos, os franceses foram expulsos, e o território da ilha e do rio Caiena passou a ser disputado por outros europeus.

Após entrar em guerra com os portugueses e indígenas na conquista brasileira pernambucana, a República Neerlandesa perdeu o embate armado e foi expulsa do litoral nordestino brasileiro em 1654. Esse marco histórico revelou que a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais deveria renovar seu interesse em estabelecer colônias na Amazônia Caribenha. A guerra neerlandesa-portuguesa em Pernambuco

levou a Companhia à beira da falência. Isso forçou as câmaras neerlandesas a recorrer aos investidores privados, para promover seus planos econômicos na América e no Caribe.

Nesse caso, Jan Claes Langendijck, comerciante de Amsterdam, foi autorizado pela Companhia a se estabelecer, em 1656, na ilha e foz do rio Caiena, perto das ruínas do Forte Cépérou, que havia sido construído por uma expedição francesa em 1643. O forte era de madeira, localizado em uma colina com visão privilegiada para a foz do rio Caiena. O referido comerciante conseguiu estabelecer relações amistosas com os povos indígenas Karíb, que auxiliaram o neerlandês na reconstrução das casas para ele e seus colonos, também na limpeza das terras para plantação. Por conseguinte, Langendijck recebeu uma subvenção para sua colônia sob a forma de um patrono dos Estados Gerais (em neerlandês, Staten-Generaal), mediada pela câmara da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais de Amsterdam. Esse empreendimento na Amazônia Caribenha foi pensado em 1634 quando a Companhia havia concedido permissão a David de Vries para uma plantação na referida região de Caiena. Porém, com os constantes ataques armados entre neerlandeses, franceses e ingleses, esse território de Caiena estava sempre sendo recolonizado (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014).

Ao analisar esses eventos históricos do século XVII, percebeu-se que o português habitante do Esta-

do Independente do Maranhão e Grão-Pará, de modo paulatino, foi desenvolvendo a ocupação amazônica, tornando-se Senhor do Grande rio e seu vale entre florestas. Para isso, precisou esperar o fim da Guerra da Restauração com assinatura do Tratado de Lisboa em 1668, pelo rei espanhol Carlos II e pelo rei português Afonso VI, reconhecendo a independência portuguesa.

Assim, favorecido pela navegação fluvial, o reino de Portugal foi sozinho navegando desde o delta do rio Amazonas em direção aos Andes pelos rios Negro e Solimões. O sonho português era tomar posse da mineração espanhola andina e da rede comercial neerlandesa amazônica caribenha. O mito do El Dorado (mineração) e do reino da canela (comercialização de especiarias) permeou o imaginário ibérico e de outros europeus nessa fase inicial dos séculos XVI ao XIX (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014; HULSMAN, 2014, 2016; OLIVEIRA, 2003, 2006, 2011).

No entanto, ainda no século XVII, após o fim da Guerra da Restauração (1668), o português tinha sua administração e poder político exercido temporariamente em São Luís ou em Belém. Não foi tarefa fácil para o administrador português proteger militarmente o delta do rio Amazonas, por conta do conjunto de ilhas espalhadas em uma extensa superfície fluvial, entre suas margens. São imensas distâncias entre o delta direito e o delta esquerdo do referido rio, sem contar com a distância entre a região amazô-

nica e a metrópole Lisboa, aumentando a complexidade administrativa portuguesa no território Norte da América do Sul. Tal complexidade era fruto do pouco conhecimento da dimensão territorial e sociocultural, como também pelo fator distância do poder monárquico central.

Nesse cenário, era árduo o trabalho dos súditos portugueses, com a incumbência de administrar, em nome do rei de Portugal, dois imensos territórios na América, os quais tinham governo separado. A herança da União Ibérica revelava difíceis ligações políticas e econômicas entre o Estado do Maranhão e Grão-Pará e o Estado do Brasil.

Nessa situação, o português habitante de São Luís ou Belém não tinha ideia do extenso território amazônico, que não era um espaço vazio, mas habitado por diferentes famílias indígenas e europeus inimigos de Portugal. Esse grupo amazônico de súditos portugueses não possuía um grande contingente militar e frota de navegação fácil, necessários para defender e povoar a quase desconhecida região do Maranhão e Grão-Pará no decorrer do século XVII. Era um súdito do rei de Portugal que mantinha uma frágil administração em razão do pouco conhecimento geopolítico regional, como também da não clareza das fronteiras situadas nos confins de seus domínios com os outros europeus ribeirinhos amazônicos.

Para tentar solucionar essa situação de resistência e luta, em prol do rei português, havia sempre

uma migração portuguesa dos Açores e da Madeira para a referida região, mas o povoamento branco era sempre considerado baixo, com negócios frustrantes para a Amazônia portuguesa.

Quando o padre Antônio Vieira visitou o citado estado português amazônico, fez denúncias dessa situação de penúria regional. Ficou impressionado com o esforço e a complicada realização do trabalho português, que contava com o apoio de indígenas colaboradores. Deu notícias dos índios de “línguas travadas” (Karíb ou Arawak) distintos do Tupi ou Guarani já conhecidos no Estado do Brasil. Para o padre Vieira, esses desconhecidos indígenas tinham boas relações com as nações inimigas de Portugal (neerlandeses e franceses). Assim, por volta de 1654, ao escrever relatórios para o rei de Portugal, D. João IV, ele narrou, por meio de carta, os conflitos armados vividos pelos portugueses amazônicos, que enfrentavam guerras contra os europeus e os povos indígenas inimigos de Portugal. Informou também um alerta ao rei quando citou que o Estado do Maranhão e Grão-Pará não era apenas uma “conquista por conquistar”, mas “uma terra onde V. M. é nomeado, mas não obedecido” (VIEIRA, 1997, t. I, p. 406 apud RODRIGUES, 2015, p. 5).

No jogo de poder colonial da Coroa Portuguesa, o Maranhão e Grão-Pará era um Estado de provimento econômico distinto do Estado do Brasil, que enviou para Lisboa os lucros da mineração executada em Minas Gerais e Goiás. O Estado do Maranhão

e Grão-Pará vivenciava dificuldades financeiras, de pessoal qualificado para o serviço burocrático e militar, de mão de obra africana escrava para ampliar a agricultura. Belém, como o mais importante núcleo urbano na entrada da Amazônia portuguesa, mostrava-se empobrecida, enfraquecida política e economicamente diante dos adversários espanhóis, neerlandeses, ingleses e franceses que passaram a povoar a região amazônica e nela comercializar (OLIVEIRA, 2003, 2006; RODRIGUES, 2015).

Nesses confrontos ibéricos de ocupação e incorporação do índio no projeto de povoamento amazônico, temos notícias de outras denúncias ao rei espanhol enviadas pelo missionário da República Tcheca, o jesuíta Samuel Fritz, a serviço da Espanha na região dos rios Napo, Solimões e Negro. Era um importante catequizador dos povos indígenas, organizando aldeamentos e o ensino educacional cristão. Eram estratégias de sedução do índio no projeto de ampliação do poder régio e do reconhecimento espanhol na região do vale amazônico em direção ao delta no Atlântico.

Durante o trabalho missionário entre os povos Omágua, o religioso Fritz foi um dos grandes críticos contra a expansão portuguesa na região do rio Amazonas, especialmente ocupando terras em direção aos rios Negro e Solimões. Para o jesuíta Fritz, toda a região era espanhola conforme o Tratado de Tordesilhas. Era uma região que, em momentos difíceis, o rei espanhol ordenara a administração e defesa pelos

portugueses em nome da Espanha durante a União Ibérica. As denúncias do missionário espanhol eram discutidas pelos missionários jesuítas a serviço dos portugueses em Belém. Por volta de 1689, Samuel Fritz adoeceu e foi levado de barco rio abaixo para a cidade de Belém, habitada pelos inimigos portugueses.

Na cidade de Belém, o missionário a serviço da Espanha recebeu tratamento médico. A historiografia não deixou claro esse episódio da visita do jesuíta Fritz à cidade portuguesa inimiga, pois não deu dados sobre o tratamento médico, e os motivos da visita pareceram incertos. Ao ficar doente e subir o rio, era mais próximo o tratamento do padre entre os espanhóis, mas preferiu o trajeto mais longo descendo o rio e chegando ao povoado inimigo.

Conforme os administradores portugueses, o missionário Fritz realizou a viagem a fim de coletar dados e mapear a região para o reino da Espanha. No entanto, sem dados mais precisos sobre a visita do referido missionário a Belém, a historiografia deu notícia da prisão do padre no Colégio dos Jesuítas, e somente foi libertado em 1691, quando foi autorizado a retornar para suas missões no interior amazônico. Ao chegar ao Vice-Reino do Peru, entregou um relatório descrevendo as ações de invasão dos portugueses na Amazônia e um mapa ampliando o conhecimento sobre o Grande Rio das Amazonas até o Atlântico. Informou sobre o pequeno grupo de portugueses ricos

que exerciam o poder político na cidade de Belém, monopolizando as decisões régias. Eram brancos que controlavam a grande parte da sociedade composta por colonos pobres, negros e indígenas, sendo considerados senhores do rio Amazonas com privilégios sociais e econômicos (GARCIA, 2006).

Capítulo V

Amazônia Caribenha: o século XVIII e outros desdobramentos históricos, geopolíticos e culturais

O século XVIII chegou e revelou a expansão da navegação transportando novos contingentes populacionais da Europa, África, Ásia, que desembarcaram nos portos da Amazônia Caribenha e das ilhas no Caribe. A historiografia neerlandesa revelou que a região foi transformando-se profundamente, e sua configuração sociocultural, econômica e ambiental, misturada com os distintos aspectos socioculturais indígenas, tomou outras direções civilizatórias e cristãs. América e Caribe viram sua base econômica de cultura indígena ser novamente modificada pelas novas tecnologias e conhecimentos científicos no novo século XVIII.

Um período histórico de desenvolvimento do pensamento filosófico e intelectual, que já estava sendo propagado na segunda metade do século XVII na Europa, em especial, na França. Considerado o século do iluminismo e da burguesia, quebrando aspectos socioculturais do Antigo Regime. Podemos dizer que foi o momento de aperfeiçoar estratégias e beneficiamento dos produtos da floresta do Novo Mundo em favor da Europa moderna. Expansão agrícola e criação de gado necessária para o consumo do aumento

sociocultural na região amazônica e caribenha, e na Europa. Lucros econômicos para os conquistadores e manipuladores do misticismo e cultura dos povos Karíb e Arawak em privilégio eurocêntrico do novo tempo do século XVIII (CRUZ, HULSMAN, OLIVEIRA, 2014; GAZTAMBIDE-GÉIGEL, 2014; OLIVEIRA, 2011, 2014; PONS, 2007; TIERRA FIRME, 2003, v. 21).

Assim sendo, com o advento do ano de 1700, a República Neerlandesa vivia em transformações políticas e econômicas. A Província da Holanda, com sede em Amsterdam, ganhou mais poder político por ter maior participação na administração econômica da República. Talvez por esse fato, na literatura brasileira, a Holanda¹⁴ seja citada como se fosse a República Neerlandesa.

No território da Amazônia Caribenha, a administração neerlandesa era privada por meio da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, que também vivenciava conflitos políticos e econômicos, entre seus acionistas, residentes em Amsterdam, Rotterdam, Flandres, Zelândia. As antigas colônias no interior dos rios Essequibo e Berbice estavam sendo transferidas para o litoral. Em 1750, a colônia do rio Demerara, administrada pela Companhia das Índias,

¹⁴ Vale dizer que a República Neerlandesa era constituída por uma federação de Sete Províncias dos Países Baixos protestantes, assinada pela União de Utrecht em 1580. A Província da Holanda era uma das Províncias Unificadas e conquistou independência com o fim das Guerras Napoleônicas, com assinatura de Tratados de Paz no Congresso de Viena (1814-1815).

estava em pleno desenvolvimento e atraindo novos colonos autorizados pela Companhia para implantação de fazendas (plantations).

A expansão do mercado e o fortalecimento da economia na Guiana e Caribe foram bem aproveitados pelos neerlandeses, que contavam com pouco contingente militar para proteção de suas colônias na virada do século XVII para o XVIII. As relações socioculturais e econômicas entre as colônias neerlandesas nas Guianas e nas ilhas do Caribe foram consolidando-se no século XVIII, com maior número de escravos africanos nas colônias agrícolas e de gado. Como mencionamos, foi o momento de crescimento populacional entre as diferentes colônias europeias na região, com considerável aumento da migração branca e do tráfico de escravos da África para as fazendas agrícolas e de gado (GOSLINGA, 1971; OLIVEIRA, 2011, 2014; THOMPSON, 1987; VAN GRAVESANDE, 1967).

Apesar do esforço neerlandês na expansão agrícola e na criação de gado, entre as colônias agrícolas, as que mais se destacaram foram as inglesas que povoavam a ilha de Jamaica e a francesa, que explorava Saint-Domingue, atual Haiti. Podemos dizer que havia 45.000 africanos escravos na Jamaica no ano de 1700, e em 1800, os escravos africanos tinham aumentado para mais de 300.000. A colônia francesa em Saint-Domingue, por volta de 1700, tinha 9.000 escravos africanos, e por volta de 1788, essa população escrava era de 405.464.

Nesse cenário, as Pequenas Antilhas eram também disputadas pelos europeus e, desde o fim do sé-

culo XVII, apresentavam crescimento populacional (branco e africano) e novos estabelecimentos de assentamentos agrícolas (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014).

A literatura neerlandesa deu outra contribuição quando nos revelou que, entre 1770 e as primeiras décadas do ano de 1800, as colônias neerlandesas do Essequibo e Demerara, que tinham administração gerenciada pela Companhia das Índias, tiveram o desenvolvimento fortalecido por meio dos acordos firmados entre o governo local e os líderes dos povos Arawak e Karíb. Era uma relação com momentos de tensão por rebeldia de famílias indígenas, que eram contra os pesados trabalhos executados para os colonos e militares neerlandeses. O governo local e os líderes indígenas (Tuxauas) sabiam disso. Assim, os eventos de paz eram sempre discutidos e renegociados nos Conselhos estabelecidos nas referidas colônias.

Provavelmente, em virtude dessa ação de alianças, a relação sociocultural e econômica entre os indígenas e neerlandeses tenha-se prolongado de modo aparentemente harmonioso. Convém lembrar que, nesse cenário, havia apoio e aliança dos povos indígenas com os neerlandeses contra os ataques dos espanhóis do rio Orinoco, que também mantinham aliança com famílias indígenas Arawak ou Karíb.

No poder geopolítico entre Guiana e ilhas do Caribe, os neerlandeses privilegiaram a ilha Curaçao como importante porto de comércio na região. Entre

os anos de 1675 e 1775, mais de 100.000 escravos da África foram comercializados em Curaçao para as fazendas agrícolas estabelecidas nas ilhas do Caribe e na Amazônia Caribenha (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014; GOSLINGA, 1971). No entanto, esse desenvolvimento do mercado entre o mar do Caribe, a América do Sul, Europa, África e Ásia passou a ser disputado pelos britânicos e franceses, que entravam em guerra contra os neerlandeses. Em razão disso, o século XVIII foi um período de violência entre as potências europeias na disputa pelo poder geopolítico e monopólio mercantilista da região amazônica caribenha interligada às rotas do Atlântico.

Nesses confrontos armados, os ingleses tomaram um assentamento espanhol no mar do Caribe e estabeleceram o comércio de escravos africanos na região. Com o concorrente britânico, os comerciantes neerlandeses de Curaçao foram prejudicados, enfraquecendo os negócios realizados com os escravos africanos trazidos pelos navios da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Os diretores das câmeras de apoio aos negócios da companhia decidiram transferir o porto comercial de Curaçao para a Guiana.

Desse modo, por volta de 1700, a colônia do Suriname, com sede administrativa em Paramaribo, foi escolhida para ser o principal porto comercial neerlandês amazônico caribenho. No fim do século XVII e início do século XVIII, a colônia do Suriname, que era administrada por sociedade privada, Sociëteit van Suriname, revelou grande desenvolvimento econômico

e demográfico (branco, indígena, africano e mestiços). Isso é perceptível nos dados históricos neerlandeses, segundo os quais, em 1700, o Suriname tinha cerca de 900 europeus e um pouco mais de 5.000 africanos escravos sem contar com o contingente de escravos indígenas (homens, mulheres, jovens e crianças).

Em 1744, a colônia do Suriname apresentava um contingente europeu de 2.129 habitantes e um contingente de 25.135 escravos africanos. Nessa contabilidade não tivemos clareza quanto ao número de escravos indígenas. Esse movimento populacional em crescimento percebia-se também nas outras colônias neerlandesas na Guiana e nas colônias das ilhas do mar do Caribe. Com o comércio de escravos trazidos da África, com a chegada de novos europeus em busca do enriquecimento fácil, com o trabalho escravo e livre dos povos indígenas, diversificaram-se os interesses da sociedade que se formava entre o Caribe e a América do Sul. Houve formação de um contingente sociocultural híbrido, com a mistura de africanos e índios Arawak ou Karíb, amalgamando-se, também, com o europeu, aumentando a diversidade intercultural. Todavia, o poder político, econômico e sociocultural era gerenciado pela minoria europeia, em comparação com o número de povos africanos e indígenas na região (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014).

Foi nesse contexto regional da Guiana e do Caribe que a colônia do rio Suriname, administrada pela Sociedade Privada, ganhou relevância política e econômica, ultrapassando as Colônias do Essequibo

e Berbice. Nesse sentido, a capital Paramaribo tornou-se importante centro de comercialização neerlandesa, com negócios envolvendo o tráfico de escravos africanos e indígenas, além dos produtos agrícolas e da criação de gado que seguiam na rede mercantilista, aumentando os lucros financeiros. Tudo era comercializado com os mercadores nas ilhas do Caribe, na Amazônia Caribenha e em Amsterdam.

A Sociedade do Suriname, por meio da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, incentivava a chegada de novos imigrantes mercadores e fornecia patentes, dando autorização para a colonização na região. Essa ação política e econômica dinamizou a colônia e favoreceu o governador-geral do Suriname a autorizar expedições para o interior da Guiana em direção aos desconhecidos rios Rupununi, Branco e Negro.

Conseqüentemente, estabelecidos e ampliando a convivência colonial entre neerlandeses, indígenas e africanos, as quatro Colônias da República fortaleciam a presença do neerlandês na Amazônia Caribenha. No entanto, por conta do conflito envolvendo diferentes monarquias europeias na Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714),¹⁵ alguns eventos ocorreram na colônia do Berbice, propriedade da família Van Pere.

¹⁵ Diversas monarquias disputavam o direito ao trono da Espanha após a morte do rei Carlos II, que não havia deixado herdeiros. Um ramo familiar dos Habsburgo, Áustria, e outro ramo familiar dos Bourbon na França, brigavam pelo trono. A Inglaterra, que desejava monopolizar as rotas comerciais e atlânticas, olhava com preocupação a união dessas poderosas dinastias com a Espanha. Tal situação desencadeou uma guerra envolvendo todos os interessados europeus.

Corsários franceses atacaram a colônia de Berbice, e a família Van Pere foi derrotada. Os franceses ocuparam a colônia e ameaçaram os Van Pere com o pagamento de uma Carta de Crédito para os corsários. Segundo os corsários da França, com o pagamento, os Van Pere teriam de volta a referida colônia. Sem dinheiro, a família Van Pere perdeu a Colônia, que foi vendida pelos referidos corsários aos ricos comerciantes de Amsterdam em 1713.

Em Amsterdam, os mercadores proprietários de Berbice resolveram fundar uma sociedade privada tornando-se acionistas. Com o nome Sociëteit van Berbice, tinha um modelo político e econômico semelhante ao que já estava sendo praticado pela Sociedade no Suriname. Nesse caso, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais gerenciava as colônias do Essequibo e Demerara, e as Sociedades Privadas administravam as colônias do Suriname e Berbice.

Com a fundação oficializada em 1720, a Sociedade de Berbice nomeou o governador para comandar a colônia e diretores para administrarem as fazendas compradas na região. Os diretores iniciaram um inventário sobre os bens da Sociedade em Berbice, que contabilizou fazendas de açúcar, cacau, café, algodão e anil. Além disso, contabilizaram a existência de duas fortalezas: Forte Nassau e um forte de menor porte, todos com armamento. Nesse inventário, registraram também a posse de barris contendo urucum, considerado um dos mais valorizados produtos indígenas

em Amsterdam, como também as redes indígenas que eram muito procuradas no comércio neerlandês (HULSMAN, 2016; OLIVEIRA; HULSMAN, 2017).

Foi nessa dinâmica colonizadora que, na segunda metade do século XVIII, o português chegou ao rio Branco, no interior da ilha da Guiana ou Amazônia Caribenha. No movimento das mudanças geopolíticas amazônicas, provocando situações turbulentas no reino português, o rei D. José I chegou ao trono de Portugal. Para garantir o sucesso da reorganização política e socioeconômica do império português, o rei D. José I convocou para seu ministério principal o Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo. O Marquês de Pombal contou com o apoio de seu meio-irmão como governador do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Desse modo, o rei português consolidava suas terras na denominada Amazônia portuguesa. Após o fim dos conflitos luso-espanhóis que disputavam os territórios amazônicos na América, o rei de Portugal começou a ter sucesso na ocupação da região, principalmente, após a assinatura do Tratado de Madri (1750).

Esse tratado deu possibilidade para o reino português definir de modo aproximado as fronteiras geográficas na América com os vice-reinos da Espanha. Foi o tratado que anulou o Tratado de Tordesilhas, e os reinos ibéricos buscaram recursos jurídicos e políticos para derrubar o Tratado de Münster (1648), que deu posse à República Neerlandesa sobre a ilha da Guiana.

Com uso do dispositivo *uti possidetis*, um princípio do direito internacional que reconhecia de fato o direito para o ocupante da terra, os reinos ibéricos foram povoando quase toda a região, expulsando ingleses, franceses e neerlandeses. As disputas e o jogo de poder geopolítico na Amazônia deram complexidade nas relações socioculturais europeias, tendo os povos indígenas envolvidos nos interesses europeus sem compreensão clara da negociação, em que faziam parte como um dos produtos do comércio unificado ao território disputado.

Ao contrário do frágil comércio português na Amazônia, os comerciantes neerlandeses do Suriname ampliavam e dinamizavam as rotas comerciais do Atlântico Norte com produtos das fazendas de cana-de-açúcar, cacau e café vendidos no mercado exportador. Diferentemente das primeiras fazendas agrícolas do século XVII, com proprietários e sua família morando na fazenda, os novos aglomerados de fazendas agrícolas neerlandesas do século XVIII eram administrados por diretores indicados pelos proprietários residentes com sua família na Europa. Os proprietários neerlandeses conheciam suas posses na Amazônia Caribenha por meio da contabilidade e inventários elaborados pelos diretos das fazendas.

Por conseguinte, as fazendas agrícolas e de criação de gado no Suriname seguiam essa dinâmica em que os acionistas da Sociedade residiam em Amsterdam. Para auxiliar o trabalho dos diretores

das fazendas, havia um conjunto de funcionários indicados também pelos acionistas da Sociedade em Amsterdam. Eram diferentes funcionários qualificados para o desempenho nas tarefas de contabilidade, fiscalização, feitor de escravos, relações diplomáticas e comerciais, entre outras funções, que tornavam severo o ambiente colonial neerlandês hierárquico e de normatização.

Em decorrência do litoral da Guiana ser abaixo do nível do mar, com território pantanoso, os neerlandeses iniciaram os assentamentos agrícolas mais ao interior do delta do rio Suriname. Nesse processo de povoamento no delta para a costa da Guiana, os neerlandeses foram recuperando o território pantanoso fazendo uso de diques e canais. Técnica trazida da República Neerlandesa na Europa, que auxiliou na transformação do pântano em terra fértil e produtiva.

Desde a segunda metade do século XVII, os povos indígenas escravizados estabeleciam aliança com africanos escravos que trabalhavam juntos nas fazendas agrícolas ou de gado. Essa ação provocou várias rebeliões dos povos escravizados contra os representantes das fazendas no Suriname. Foi nesse contexto que surgiram os primeiros grupos de quilombolas com os povos denominados de Marrom (Maroon).

No século XVIII, os quilombos dos povos Marrom ganharam notoriedade porque começaram a desenvolver uma cultura mercantilista Marrom no interior do Suriname, com apoio dos povos indígenas.

O povo Marrom desenvolvia estratégias para incorporar ao quilombo novos africanos escravos fugitivos das fazendas. O crescente número de quilombos no Suriname ameaçou a segurança das fazendas, com ataques e saques dos Marrom que buscavam suprimentos e armas para sobrevivência no interior da floresta surinamesa. Os fazendeiros reclamavam ao governo local, em Paramaribo, que instaurava diligência para captura dos africanos fugitivos que estavam no quilombo. No entanto, as buscas eram infrutíferas (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014).

O século XVIII revelou os espanhóis estabelecidos na colônia do rio Orinoco. Embora consolidados nos Andes, os espanhóis foram ocupando as florestas e rios do grande Vale Amazônico em direção ao litoral. Eles foram estendendo seus domínios e povoados missionários e colonizadores aos rios Solimões, Negro, Orinoco, Uraricoera e Branco. Desenvolviam comércio por meio de fazendas agrícolas e de gado, tendo importante posto de comércio de cavalos no Orinoco.

Para dinamizar esse processo, os espanhóis contavam com o auxílio dos missionários católicos, que eram os responsáveis pela “civilidade” dos povos Karíb e Arawak presentes na região. Um dos objetivos era transformar os povos indígenas em súditos da Espanha, integrando-os à sociedade amazônica espanhola. Os embates entre Espanha, República Neerlandesa, França, Portugal e Inglaterra continuavam

de forma violenta, com envolvimento dos guerreiros indígenas que se aliavam às distintas nações da Europa na conquista do território amazônico caribenho.

Outra característica sociocultural na colônia do Suriname era a presença de um grande contingente de judeus. Na capital Paramaribo, residiam judeus portugueses e judeus alemães. Havia também alguns que moravam nas fazendas. Com a chegada do ano de 1718, o comerciante judeu Gerrit Jacobsz, habitante em Paramaribo, recebeu autorização do governador-geral do Suriname, Lord Johan Coutier, para comandar uma expedição do Suriname ao interior da Guiana (rios Rupununi e Branco). Assim, por volta de dezembro de 1718, Gerrit Jacobsz iniciou sua viagem por canoas remadas por índios, levando cartas de autorização para comercializar com os líderes e tuxauas indígenas do interior, tanto os produtos da floresta quanto escravos para o trabalho nas fazendas localizadas no litoral.

No relato da viagem, Jacobsz deu notícias de metal precioso nas montanhas localizadas nas nascentes do rio Corantyne. Para Jacobsz, o rio Corantyne era um dos principais caminhos para as savanas, onde estariam os rios Rupununi e Branco e seus possíveis metais preciosos. Ao chegar ao rio Parima, que mais tarde foi denominado pelos portugueses de Branco, Jacobsz escreveu que o referido rio poderia ser o caminho fluvial para se chegar ao Vice-Reino do Peru habitado por espanhóis. Descreveu a fartura de

peixes, tartarugas e variedade de batatas e frutas.

Ao ampliar sua conversa com os índios no rio Branco (Parima), Jacobsz recebeu a informação de que, a uma pequena distância, o rio Branco tinha conexão com o grande rio, que ele supôs ser o Amazonas. No entanto, Jacobsz foi alertado pelos indígenas que não ultrapassasse o rio Negro em direção ao Amazonas, porque embarcações com militares ou missionários católicos portugueses navegavam naquelas águas e afirmavam que eram de sua propriedade. Segundo os indígenas, os missionários eram mais violentos que os militares e castigavam quem não aceitasse a evangelização cristã.

Para evitar conflitos com os portugueses, a expedição de Jacobsz regressou do rio Branco (Parima) para a colônia do Suriname. Depois de negociar com os indígenas, Jacobsz chegou a Paramaribo em fevereiro de 1720, narrando as aventuras entre a navegação e as caminhadas nas trilhas terrestres no interior das savanas; além dos acordos de paz firmados com os povos indígenas Karíb e Arawak que habitavam regiões dos rios Rupununi e Branco (HULSMAN, 2011).

Instalados em Caiena, os franceses estenderam a fronteira de sua colônia em direção ao Suriname até o rio Marowijne ou Maroni. O governo local do Suriname contestava essa fronteira francesa. Nesse período do século XVIII, a Colônia da Guiana Francesa era pequena se fosse comparada com a do Suriname. Como exemplo, em 1739, a Guiana Francesa tinha uma população branca de 566 habitantes, com grande

contingente de escravos africanos em torno de 4.653, além de 44 habitantes de cor escura, que ofereciam trabalho livre. Os produtos comerciais dos franceses eram a produção de açúcar e cacau, mas também dinamizavam o comércio de urucum, considerado especial produto indígena com diversificado beneficiamento comercial na Europa (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014; HULSMAN, 2016).

Transcorria o ano de 1738 quando o comandante Gelskerke era governador da colônia do Essequibo e o secretário era Laurens Storm van Gravesande, que organizava toda a administração e autorização para expedições exploratórias em nome da colônia neerlandesa. O secretário e sua equipe estavam finalizando o projeto para construção de um forte na sede da colônia, que seria transferida do Kijkoveral para o delta do rio Essequibo na denominada ilha da Bandeira.¹⁶ Foi nesse período que o secretário Van Gravesande autorizou a expedição do alemão a serviço da colônia neerlandesa, Nicholas Horstman, para explorar a região dos rios Rupununi e Branco. Lá deveria plantar uma colônia comercial na região, com apoio indígena, em nome da República Neerlandesa. Horstman partiu navegando pelo rio Essequibo, em direção ao Rupununi, com alguns escravos africanos e indígenas que iriam auxiliar na empreitada.

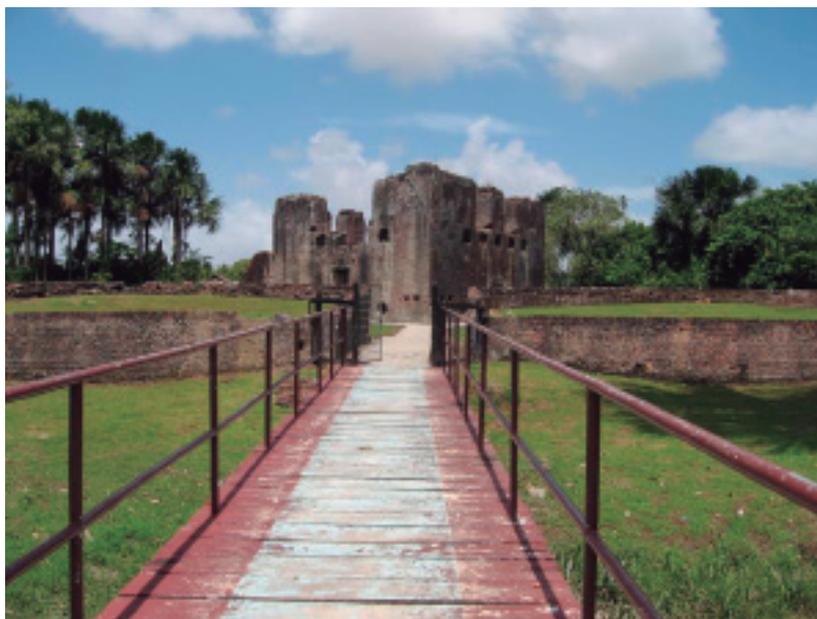
Por volta de 1739, o governador Gelskerke faleceu e o secretário Van Gravesande foi autorizado pela

¹⁶ O nome foi motivado pelo hasteamento de uma enorme bandeira neerlandesa na ilha, que balançava ao vento e orientava os barcos que trafegavam no rio entre o litoral e o interior.

Companhia Holandesa das Índias Ocidentais a assumir o comando e o governo da colônia do Essequibo. Assim, Van Gravesande reorganizou a administração da colônia, com ampliação da política agrícola e comercial, deu atenção ao processo educacional para os colonos, regularizando normas para melhorar a vida dos colonos mercadores na região. Instituiu um Conselho de Política e Justiça, convocou e nomeou colonos e líderes indígenas como membros do Conselho que ele presidiu. Solicitou da direção geral da Companhia das Índias investimento para montar uma indústria mineradora na colônia e investiu em pesquisas mineralógicas na região, inclusive nos rios Rupununi, Branco e Uraricoera por meio dos serviços de Horstman, que habitava na região interiorana (OLIVEIRA, 2003, 2006, 2011).

O governador e comandante do Forte Kijkoveral, Van Gravesande, transferiu a sede da colônia para a ilha da Bandeira, próxima ao delta do rio Essequibo. Ele iniciou a construção do Forte na nova sede, que recebeu uma ampla estruturação, dando possibilidade para a colônia do Essequibo ampliar o poder político e econômico na região, na condução da colonização para o interior da Guiana, onde estava Horstman trabalhando em nome dos neerlandeses. Por volta de 1744, o novo Forte foi inaugurado e recebeu o nome de Zeeland em homenagem aos diretores zelandeses da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, responsáveis pela região em nome da República.

Figura 7 – Ruínas do Forte Zeeland, localizado na ilha da Bandeira, no rio Essequibo, em Guyana.



Fonte: Foto do autor, registro realizado durante viagens de barco pelo rio Essequibo.

O governador Van Gravesande recebeu notícias do interior da Guiana por meio de cartas escritas por Horstman, narrando os estudos mineralógicos nos rios Rupununi e Branco. Comentou sobre a viagem até a nascente do rio Essequibo e o encontro com índios Arawak (Paraviana, Wapichana e Atorai) e Karíb (Makuxi, Patamona e Wai Wai). Informou a respeito do comércio com os indígenas e com os missionários carmelitas portugueses que estavam em um aldea-

mento denominado Aracary no rio Negro. Horstman foi ampliando o conhecimento e elaborando mapas da região, que seriam enviados à sede da colônia do Essequibo. O governador Van Gravesande tinha planos de fortalecer as relações socioculturais e econômicas, povoando a região com auxílio dos povos Arawak e Karíb, habitantes das savanas interioranas da Guiana.

No entanto, o projeto elaborado por Horstman e o governador Van Gravesande não teve sucesso. Por volta de 1741, noticiou-se que Horstman havia desaparecido de forma misteriosa. O governador Van Gravesande escreveu várias cartas sem resposta. No entanto, soube que Horstman tinha sido preso em Aracary pelos portugueses e levado para Belém, sede do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Outra notícia foi dada ao governador do Essequibo, informando que Horstman havia desertado e estava trabalhando em Belém para os portugueses, mas outras notícias chegavam a Essequibo informando que Horstman havia sido morto pelos escravos africanos, que venderam seus pertences e fugiram.

Depois desse evento no rio Branco, a literatura neerlandesa deu notícias da desistência neerlandesa na região vizinha ao rio Negro, e deixaram o rio Branco. Assim, por meio da estratégia expansionista regional, os portugueses se apossaram do referido rio e iniciaram um processo de aldeamento dos povos indígenas. Ali, os portugueses iniciaram sua colonização mediante esse sistema de aldeamento administrado pelos missionários carmelitas, que também

desenvolviam a evangelização e o ensino da língua portuguesa.

Fazendo uso dessa mesma política dos aldeamentos, os missionários carmelitas já dominavam os povos indígenas no rio Negro (FARAGE, 1991; OLIVEIRA, 2003, 2006, 2011). No decorrer desses acontecimentos no interior da Guiana, a região litorânea francesa também vivia conflitos. Por conta das divergências entre os próprios colonos franceses, a cidade de Caiena não atraía ricos investidores como na colônia do Suriname, porém, era um lugar amazônico caribenho preferido pelos corsários franceses.

Nesse contexto político e econômico, com desvio de verbas nas colônias, a literatura histórica brasileira registrou denúncias sobre os investimentos financeiros dos missionários da Ordem do Carmo no interior amazônico português. Havia missionários que, longe do olhar fiscalizador da Coroa Portuguesa, defendiam interesses econômicos em privilégio da própria Ordem Religiosa, e não para o rei de Portugal. Os missionários carmelitas dos rios Negro e Solimões, com extensão para o rio Branco, eram os únicos responsáveis pelo provimento de indígenas para o trabalho na sede administrativa e nas propriedades dos colonos portugueses.

Essa situação, que garantia ao missionário carmelita o monopólio sobre as populações indígenas, ampliou a crise civilizatória indígena entre os portugueses. Os missionários atuavam de forma ambígua

entre o evangelizar e o comercializar o índio, com chance de participar nas rotas do comércio interiorano, com alguns caminhos clandestinos nos negócios em conexão com a rota neerlandesa (OLIVEIRA, 2003; REIS, 1989). Outro evento de poder político e confrontos socioculturais na região do rio Negro, envolvendo os neerlandeses, portugueses e os índios Manao, foi narrado por volta de 1723. O evento denominado Guerra Justa¹⁷ foi um confronto armado dos portugueses contra o povo Manao, habitantes do rio Negro; tinha como líder o tuxaua Ajuricaba. O líder Manao era reverenciado pelo seu povo como valente guerreiro, filho de Huiuibéu, considerado um dos maiores tuxauas dos Manao, e neto de Caboquena, que devotava o mais decidido ódio aos portugueses que chegavam ao rio Negro.

Entre os diferentes interesses em jogo, na posse da vida indígena e da terra amazônica, o governador do Maranhão e Grão-Pará,¹⁸ com sede em Belém, João da Maia da Gama, recebeu notícias de que na região do rio Negro, próxima ao rio Branco, havia um território dos índios Manao, que impedia a evangelização cristã. Esse povo indígena era denunciado como ca-

¹⁷ Mecanismo empregado para justificar a guerra contra o índio inimigo da Coroa Portuguesa, que impedia o missionário de catequizar o nativo. Era considerado inimigo o índio que resistia ao trabalho compulsório, à aculturação e ocupação de suas terras. As tropas portuguesas contra os inimigos eram formadas por colonos e índios incorporados ao Exército.

¹⁸ Estado do Maranhão em 1621, Estado do Maranhão e Grão-Pará em 1654, Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1751.

nibais e com práticas de incesto. Foi informado que o chefe de nome Ajuricaba carregava na sua canoa uma bandeira da República Neerlandesa (Holanda).

Para o governo do Grão-Pará, esses índios enfrentavam os portugueses, lançando-se sobre as missões do rio Negro e tomando como prisioneiros os índios aldeados pelo português. De acordo com as notícias que chegavam a Belém, os violentos índios Manao, apresentando um comportamento “herege”, possuíam armamento e eram aliados dos neerlandeses, habitantes da região do Essequibo. Eram índios que atacavam os missionários católicos e mantinham um intenso comércio de escravos indígenas e produtos tropicais com os neerlandeses (OLIVEIRA, 2003; REIS, 1989).

Nas cartas neerlandesas para a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, escritas pelo comandante e governador da Colônia do Essequibo, Laurens Storm van Gravesande (1967), encontramos referência sobre esse evento dos Manao e portugueses. Em uma das cartas, Van Gravesande comentou desconhecer o evento envolvendo o tuxaua Ajuricaba e sua canoa com a bandeira neerlandesa, questionada pelos portugueses de Belém. Todavia, Van Gravesande narrou outro momento que envolveu os povos Manao no Essequibo, ocorrido em 1714. Van Gravesande relatou que os índios Manao chegaram à colônia do Essequibo, onde participaram das negociações que eram discutidas com povos Karíb e Arawak. Os

Manao narraram a saga da viagem do rio Negro ao rio Essequibo, mas não mencionaram a presença de Ajuricaba entre os jovens guerreiros da comitiva dos Manao.

Esse tema ainda é uma lacuna na historiografia regional, apesar de a literatura brasileira julgar a religiosidade, a violência, o canibalismo dos Manao, denunciado pelos portugueses no início do século XVIII (OLIVEIRA, 2003). Para resolver essa problemática no contexto interiorano amazônico caribenho, os religiosos católicos e o governador do Maranhão e Grão-Pará constituíram um conjunto jurídico-político favorável a um combate militar contra os Manao, considerados aliados dos inimigos neerlandeses. Encaminharam o pedido de Guerra Justa e dos recursos financeiros ao rei português.

O estado do Maranhão e Grão-Pará não tinha um grande contingente militar nem armamento suficiente para enfrentar uma guerra contra os índios Manao. O rei de Portugal, D. João V, foi favorável à guerra, mas alegou a falta de verbas e sugeriu que os moradores do referido Estado português assumissem as despesas da Guerra Justa. O rei argumentou que os colonos eram interessados nos lucros da floresta, que poderiam pagar para sua defesa e segurança (OLIVEIRA, 2003).

O governador do Maranhão e Grão-Pará dividiu a responsabilidade da Guerra Justa com a Junta das Missões, que eram autoridades civis e religiosas,

declarando a luta armada contra Ajuricaba e seu povo. Os portugueses derrotaram os guerreiros Manao. No confronto, o tuxaua Ajuricaba foi preso e levado de canoa para Belém. Porém, no decorrer da viagem, ele iniciou uma rebelião com apoio dos índios presos que viajavam na canoa. Contudo, o conflito foi logo controlado pelos militares portugueses. Ajuricaba teve os pés presos em pesados ferros; no ímpeto de resistência, ele pulou no rio e desapareceu. Com esse efeito heroico, os Manao criaram uma lenda sobre o retorno de Ajuricaba desaparecido no rio.

Assim, o evento da Guerra Justa contra os Manao foi de êxito favorável aos portugueses de Belém. Após essa guerra, os portugueses consolidaram presença no rio Negro, avançando a rota fluvial em direção ao rio Branco, que ficou livre. Com ordens do rei português, D. João V, o governo do estado do Maranhão e Grão-Pará, em Belém, iniciou o plano de instalação dos assentamentos e aldeamentos favoráveis ao projeto português de conquista e povoamento na região entre os rios Amazonas e Negro, seguindo em direção ao rio Branco, o antigo rio Parima de domínio da República Neerlandesa.

Nessa concepção, o projeto do rei D. João V foi consolidado pelo seu filho e sucessor ao trono D. José I, que governou Portugal de 1750 a 1777. O reinado de D. José I foi marcado pela política do Marquês de Pombal, que transformou o reino português em um império moderno. Para isso, o planejamento pomba-

lino, por meio dos aldeamentos estabelecidos no rio Branco, foi importante para marcar a presença do governo português no longínquo e quase desconhecido território interiorano da Guiana. Em outro momento posterior aos aldeamentos, construiu-se o Forte São Joaquim e também se estabeleceram as fazendas de criação de gado, fortalecendo a presença do rei D. José I na região vizinha aos espanhóis e neerlandeses (OLIVEIRA, 2003).

Na primeira metade do século XVIII, a colônia neerlandesa do Suriname e as demais colônias neerlandesas na Guiana apresentaram uma estrutura sociocultural bastante híbrida, com miscigenação entre indígenas, africanos e europeus. Apesar disso, a comunidade branca permaneceu pequena, mas monopolizadora do poder político e econômico. Nesse complexo hibridismo sociocultural, havia algumas pessoas de cor, e consideradas livres, que ofereciam seus serviços aos colonos. Os judeus portugueses e alemães, que haviam desempenhado um importante papel na fundação das colônias no século XVII, formavam uma parte significativa da sociedade branca neerlandesa amazônica caribenha.

Nesse período, chegavam outros imigrantes europeus pobres que se juntavam ao grupo dos judeus, de modo que o governo local das colônias neerlandesas começou a exigir garantias financeiras. Nesse quadro estrutural e econômico, a maioria da população africana escrava habitava as fazendas agrícolas

ou de gado, porém havia um expressivo número de africanos escravos trabalhando na capital, Paramaribo. Situação distinta no interior da Guiana, onde os portugueses do rio Branco faziam uso da mão de obra escrava indígena e, praticamente, nenhum escravo africano.

Foi nesse momento de crescimento sociocultural e econômico que, na segunda metade do século XVIII, a Amazônia Caribenha vivenciou uma das mais importantes revoltas de escravos africanos. Acontecimentos ocorridos com o crescente número de africanos que foram alvo de escravidão, além do pouco esforço dos proprietários das fazendas neerlandesas no planejamento para melhorar as condições de vida miserável dos referidos africanos. Todos esses eventos desfavoráveis ao escravo africano resultaram em enfrentamentos ou pequenas rebeliões em algumas fazendas neerlandesas.

Vivendo uma severa disciplina com penosas horas de trabalho, com punições brutais pelos capatazes das fazendas, pequenos grupos de escravos iniciaram uma manifestação de insubordinação. Eram africanos escravos nas fazendas que desafiavam e não acatavam as ordens do capataz. Enquanto isso, outros grupos de escravos africanos fugiam para os quilombos no interior do Suriname. Quando as diligências neerlandesas conseguiam recapturar os negros fugitivos, eles sofriam morte horrível como exemplo para outros não fugirem.

O cenário neerlandês amazônico caribenho passou a viver um campo de conflitos ou embates arma-

dos entre escravocratas europeus e escravos africanos. Por volta de 1762, ocorreu uma rebelião de 36 escravos masculinos e femininos na colônia neerlandesa de Berbice. O governador da colônia, Van Hoogenheim, com um vigoroso contingente militar do Forte Nassau, derrotou os negros rebeldes. Alguns dos escravos conseguiram fugir para os quilombos, outros foram executados. Os fazendeiros continuavam com técnicas repressivas, agitando a insatisfação dos escravos africanos, que se manifestavam contra os maus-tratos físicos e psicológicos. Nesse contexto de rebeldia e insatisfação, alguns escravos indígenas aproveitavam a oportunidade e fugiam para o interior da Guiana (THOMPSON, 1999).

Na literatura histórica neerlandesa e caribenha, a revolta dos escravos africanos em Berbice foi considerada como uma notável explosão de insatisfações dos africanos, mostrou-se diferente das outras rebeliões dos Marrom (escravos fugitivos e habitantes nos quilombos) na história da escravidão na Amazônia Caribenha e nas ilhas do Caribe. Nesse sentido, foi uma revolta que se iniciou nas fazendas do rio Canje, afluente do rio Berbice, onde os neerlandeses tinham também postos comerciais. Uma rebelião iniciada em uma pequena área territorial de Berbice, mas para a historiografia caribenha, foi considerada uma revolta de grande proporção e destruição, com muitas mortes; uma revolta de escravos significativa na Amazônia Caribenha, semelhante às que ocorreram nas ilhas caribenhas como St. John em 1733, Antígua em 1736, Jamaica em 1760 e 1831, Barbados em 1816 e Demera-

ra em 1823. Talvez tenha sido ultrapassada somente pela Revolta do Haiti em 1791.

Nesse entendimento dos desdobramentos históricos, os eventos de rebeldia iniciados pelos Marrom nas fazendas neerlandesas, que fundaram os primeiros quilombos no interior da colônia do Suriname, inspiraram escravos africanos e indígenas Karíb e Arawak, insatisfeitos com o poder escravocrata dominante. Houve múltiplas rebeliões que aceleraram o crescente movimento de revoltas dos escravos africanos na colônia de Berbice, tendo seu ponto culminante no dia 23 de fevereiro de 1763.¹⁹ Assim, escravos africanos, com apoio dos escravos indígenas, lideraram essa rebelião, que ficou conhecida como a Revolta dos Escravos de Berbice, 1763-1764. Não temos um número definido de homens, mulheres, jovens e crianças que morreram nesse levante em busca de liberdade do domínio europeu na Amazônia Caribenha.

Ressaltamos que tudo se iniciou em uma fazenda de propriedade de uma viúva, Madame Vernesobre, localizada no rio Canje. Lá, os escravos se uniram e mataram o gerente da fazenda e o carpinteiro; em seguida, tocaram fogo na casa da proprietária e seguiram em direção ao rio Corentyne para outras fazen-

¹⁹ Essa foi a data que o país Guyana escolheu para comemorar o dia da República, proclamada em 1970 pelo presidente Forbes Burnham; uma forma de homenagear o líder Koffi (ou Cuffy) e os africanos rebeldes participantes da Revolta de Berbice. Na Praça da Revolução em Georgetown, há um monumento em homenagem ao herói Koffi. Esse dia nacional de Guyana é celebrado com um festival denominado Mashramani, festa da cultura dos povos indígenas.

das neerlandesas. Eles estavam convocando os outros escravos das fazendas vizinhas para se juntarem a eles e atacarem os proprietários das fazendas.

Na organização da revolta, indicaram o líder africano de nome Koffi. Ele foi trazido para o trabalho escravo ainda criança para uma fazenda neerlandesa da colônia de Berbice na região do rio Canje. Koffi era um escravo doméstico, mas tinha certos privilégios e recebeu ensinamentos de seu proprietário de nome Barkey. Rapidamente, Koffi organizou os rebeldes escravos com estratégias para o combate armado.

Sendo assim, a literatura neerlandesa divulgou que a revolta começou nas fazendas particulares da região do rio Canje, mas logo se espalhou pelas fazendas pertencentes aos acionistas da Sociedade no rio Berbice. Nesse período, a colônia de Berbice tinha um total de 346 pessoas brancas (incluindo mulheres e crianças) e um contingente de 3.833 escravos africanos.

Nesse registro, contudo, não se contabilizou o número de escravos indígenas. Informaram que havia um grupo de mulatos livres, que formavam parte da população da colônia, e durante a revolta apoiaram a sociedade branca burguesa, pela qual eram beneficiados com a venda de seus serviços. À medida que os rebeldes, liderados por Koffi, atacavam as fazendas e incorporavam aos revoltosos novos grupos de africanos escravos ou indígenas, o movimento ganhava força, e marcharam em direção à capital de Berbice, o Forte Nassau. No embate com os proprietários das

fazendas, os revoltosos tomavam posse das armas e da pólvora dos senhores escravocratas (THOMPSON, 1999).

Durante o violento combate armado, a população branca, assustada, fugia para os cinco navios mercantes neerlandeses ancorados no porto do rio Berbice. Outros proprietários, com sua família, fugiam para o Forte Nassau ou para outro de menor porte denominado Forte St. Andries à margem do rio Berbice. Desorientados com o crescimento e a violência da revolta, muitos europeus seguiram para a floresta em direção às fazendas do rio Demerara.

A revolta dos escravos revelou uma sociedade burguesa neerlandesa com sentimento de insegurança e desesperança. O sentimento de medo e desilusão atingiu toda essa população colonizadora branca de Berbice. Para alguns historiadores caribenhos, esse sentimento tomou conta dos proprietários das fazendas pela completa desunião entre os escravocratas brancos, que se acovardaram e não se organizaram para a luta contra os rebeldes escravos.

No decorrer dos embates, o governador da colônia, Van Hoogenheim, recebeu uma correspondência denunciando que os escravos revoltosos haviam tomado quatro fazendas, mataram todos os proprietários brancos, saquearam e incendiaram as residências, escolhendo uma das fazendas como sede da rebelião.

Van Hoogenheim reuniu um grupo valente de militares do Forte Nassau e organizou estratégias de

combate aos rebeldes africanos. Em alguns embates, parte dos rebeldes era derrotada, mas em outros confrontos, os militares do forte eram dominados e mortos. Em consequência das duras punições impostas pelos gerentes ou capatazes das fazendas, os revoltosos africanos não tinham piedade. Depois de assassina-rem os proprietários de uma fazenda, Koffi tomou por esposa a filha mais velha da família branca morta pelos rebeldes.

Nessa situação de luta armada, o líder Koffi nomeou um africano de nome Akara como vice-líder e, juntos, planejaram a estratégia de lutas e organização dos rebeldes africanos. Vitoriosos, o grupo de rebeldes africanos liderados por Koffi e Akara seguiram para o Forte Nassau. O forte estava com excesso de pessoas brancas proprietárias das fazendas, que tinham fugido em busca de proteção, assim, não havia espaço habitacional suficiente, nem provisões e água potável. O contingente militar, as armas e munições estavam reduzidos. Sem muito apoio, o governador Van Hoogenheim escreveu uma carta ao governador da colônia do Suriname solicitando ajuda urgente para pôr um fim à referida revolta.

Enquanto aguardava socorro do Suriname, o governador Van Hoogenheim recebeu uma carta do líder dos rebeldes, Koffi. Na carta, Koffi aconselhava o governador a deixar o Forte Nassau e embarcar com todos os brancos nos navios mercantes ancorados no porto e deixar a colônia. Koffi não desejava mais con-

flitos armados entre os fazendeiros e os africanos. Caso o governador não acatasse a sugestão dos rebeldes, seriam atacados. Koffi e sua tropa estava em vantagem quanto ao número de armas e do contingente militar do forte.

Após uma assembleia presidida pelo governador com os membros do Tribunal de Justiça, todos os brancos deixaram o Forte Nassau e embarcaram nos navios. Os navios seguiram para outras fazendas neerlandesas, que ainda mostravam certa segurança, próximas ao Forte St. Andries, para que continuassem esperando a ajuda do Suriname. Depois da saída do grupo branco escravocrata e do governador do Forte Nassau, os rebeldes africanos incendiaram a principal fortaleza e a capital de Berbice (THOMPSON, 1999).

Nesse espaço de tempo, no decorrer dos embates armados em 1763, o líder Koffi se intitulava governador de Berbice, e seu companheiro, Akara, iniciou uma disputa pelo controle político e militar sobre os revoltosos africanos. Essa ação de rivalidade entre os líderes enfraquecia o movimento de liberdade com a divisão dos rebeldes em favor de Koffi e outros, de Akara. À certa altura, Akara não acatava as ordens de Koffi e atacou fazendas sem sua autorização. Nesse embate, as tropas lideradas por Akara entravam em conflito armado contra as tropas de Koffi, mas ambos lutavam contra os senhores escravocratas das fazendas de Berbice. O governador Van Hoogenheim recebeu ajuda militar do Suriname e também de colonos

ingleses e franceses, que se organizaram e derrotaram completamente os rebeldes escravos africanos, estabelecendo a paz na região.

A historiografia neerlandesa e caribenha, porém, não deixou clareza no desaparecimento de Koffi e Akara. Segundo alguns historiadores, durante o combate das tropas de Akara contra as tropas de Koffi, Akara venceu o embate, e Koffi cometeu suicídio; outros afirmam que Koffi foi morto durante a intervenção militar neerlandesa contra os rebeldes africanos (THOMPSON, 1999).

Nesse mesmo espaço temporal, no interior da Amazônia Caribenha, outros fatos ocorreram envolvendo os povos indígenas Karíb, Arawak, neerlandeses, espanhóis e portugueses. Já se comentou sobre a expedição neerlandesa da colônia do Essequibo, coordenada por Nicholas Horstman, que chegou aos rios Rupununi e Branco por volta de 1738. Ao chegar, confrontou-se com espanhóis que iniciavam um povoamento e a construção de um forte na região do rio Uraricoera, denominado de rio Parima pelos neerlandeses.²⁰ Horstman conseguiu expulsar os espanhóis com apoio indígena e iniciou o comércio e estudos sobre as possibilidades mercantis da região interiorana da ilha da Guiana. Entre os anos de 1740-1741,

²⁰ Para o povo neerlandês, o rio Uraricoera e Branco eram um único rio e denominaram de Parima. O rio Takutu era afluente do rio Parima. Depois, os portugueses mudaram a geopolítica do rio Parima denominando Uraricoera o percurso fluvial da nascente até o encontro com o rio Takutu; com esse encontro dos dois referidos rios, surgiu o denominado rio Branco em direção ao rio Negro.

misteriosamente, Horstman desapareceu com todos os seus pertences. O governador do Essequibo, Storm van Gravesande, sem o importante colaborador habitante entre os rios Rupununi e Branco, teve os planos de povoamento neerlandês na região fracassados (OLIVEIRA, 2003, 2008a, 2011).

Aqui ressaltamos, novamente, que, após os anos de 1750, com o falecimento do rei D. João V, Portugal passou a ser governado pelo rei D. José I, auxiliado pelo ministro Marquês de Pombal, que planejou um desenvolvimento para o Estado do Brasil e para o Estado do Maranhão e Grão-Pará, fazendo uso de estratégia política e econômica diferenciada. Aproveitamos para esclarecer que D. José I era o terceiro filho do rei D. João V e sua esposa, a rainha Maria Ana da Áustria. Desse modo, marcada pelas políticas pombalinas, transformadas pelas legislações régias do novo governo português, a região do rio Branco (antes rio Parima) foi povoada com a organização dos aldeamentos pelas missões evangelizadoras dos padres carmelitas.

Salientamos que os referidos missionários aplicavam estratégias para a sedução dos povos indígenas, que eram guiados para as aldeias missionárias, deixando sua moradia tradicional. Empregando esse sistema em favor do reino português, em um primeiro momento, no rio Negro, os missionários carmelitas tinham aldeados os índios Manao, que haviam sobrevivido à Guerra Justa. Os Manao aldeados recebe-

ram os ensinamentos cristãos e da língua portuguesa, transformando-se em súditos do reino português.

Nesse mesmo modelo evangelizador e civilizador eurocêntrico, os missionários carmelitas foram aldeando os povos Wapichana (Arawak), que se tornaram aliados dos portugueses contra os índios Paraviana (Arawak), colaboradores dos neerlandeses protestantes. Assim, os missionários católicos foram ocupando o rio Branco e chegaram aos rios Takutu e Uraricoera, tendo contato com povos Karíb: Makuxi, Patamona e Ingarikó. É uma região amazônica intercalada com savana, floresta, serras, rios, cachoeiras, lagos, que antes era comandada por Horstman em nome dos neerlandeses.

Em 1755, criou-se no interior do rio Negro a Capitania de São José do Rio Negro por ordem de uma Carta Régia do rei D. José I. A sede da nova capitania foi instalada no aldeamento indígena Muriuá, sendo elevada à categoria de vila com o nome Barcelos em 1758. A administração da capitania era subordinada ao governo do estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em Belém, ora em São Luís. Com a política do governador do Estado português na Amazônia, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, meio-irmão do Marquês de Pombal, a Capitania do Rio Negro tornou-se responsável pela imensa área entre os rios Amazonas/Solimões, Negro e Branco. Em 1757, o governador Mendonça Furtado nomeou seu sobrinho, o coronel de infantaria Joaquim de Melo e Póvoas,

como governador da Capitania de São José do Rio Negro (OLIVEIRA, 2003).

Na historiografia brasileira, encontramos fragmentos históricos que informaram sobre as impressões dos missionários carmelitas no encontro com os povos indígenas Arawak e Karíb em nome do rei de Portugal no interior da Guiana. Os citados missionários, ao registrarem o encontro com os povos Arawak e Karíb, no caso os Wapichana, comentaram que tinham maior representatividade na região do rio Branco. Segundo os missionários carmelitas, eram povos indígenas com maior poder de organização, consideravam os Wapichana superiores até aos Tupi-Guarani e os Karíb, pois esse povo indígena mantinha poder governamental sobre outros Arawak, como o povo Atorai.

Os missionários narraram com outros detalhes, ao dizer que os Wapichana eram excelentes guerreiros, fazendo uso de diversificadas estratégias de combate e extinção dos grupos inimigos como os Paraviana. Ao derrotar o grupo indígena inimigo, os Wapichana matavam todos os homens e incorporavam as mulheres e crianças ao seu grupo vencedor, transformando-os em Wapichana (OLIVEIRA, 2003).

No diálogo do processo histórico no rio Branco, todavia, havia missionários católicos que elogiavam os povos Karíb. Comentavam que eram povos indígenas arredios, mas experientes navegadores e guerreiros. Eram povos conhecedores da cartogra-

fia da Guiana, percorrendo com facilidade – ora caminhando, ora navegando –, as regiões entre os rios Negro, Orinoco, Uraricoera, Branco, Takutu, Rupununi, Essequibo. Era um povo habilidoso nas trocas comerciais, e foram atuantes nas redes mercantilistas neerlandesas. Os Makuxi, Patamona, Ingarikó, como exemplo, formavam aliança com outras famílias Karíb, habitantes no litoral amazônico caribenho, para derrubar o monopólio Arawak na região.

Nesse processo histórico indígena, podemos dizer que os conflitos ou as guerras entre os próprios povos indígenas Karíb e Arawak foram uma ferramenta política bem utilizada pelo europeu, que soube manipular as tensões e os embates armados intertribais em favor do projeto colonizador eurocêntrico.

Contudo, em meados do século XVIII, registraram-se denúncias contra o missionário carmelita frei Jerônimo, que, em parceria com o chefe das Tropas de Resgate dos índios, Francisco Ferreira, estava comercializando famílias indígenas como escravos do aldeamento carmelita de Aracary no rio Negro. Informaram que os dois, juntos, recrutavam os indígenas para o referido aldeamento, depois vendiam desrespeitando a norma portuguesa de descimento dos índios. A legislação indigenista reconhecia índio escravo apenas o que tinha sido aprisionado na Guerra Justa, ou recrutado pelas tropas como rebelde contra os portugueses.

Foi nesse cenário regional que o aldeamento Aracary tornou-se uma âncora de poder político e re-

ligioso, em que o interesse político e econômico em favor dos missionários carmelitas era mais importante do que a evangelização indígena em nome do rei português D. João V ou D. José I. Assim, surgiu mais um cenário de embates no interior da Guiana, pois o frei Jerônimo e seu parceiro Francisco Ferreira, longe do poder central e da fiscalização régia portuguesa, instituíram na missão de Aracary uma empresa de coleta de cacau, fabrico de canoas e redes, tecidos e manteiga de tartaruga. A rede comercial de frei Jerônimo tinha conexão estreita com o aldeamento Muriuá (Barcelos), onde o frei José de Magdalena gerenciava a comercialização, também, de índios escravizados. Assim, o poder político-religioso-econômico aumentou e entrou na conexão da rede mercantilista neerlandesa, fazendo seus produtos chegar à colônia do Essequibo pela rede do comércio neerlandês protestante, considerado inimigo dos portugueses (OLIVEIRA, 2003).

Tornamos a ressaltar que o comércio neerlandês com os missionários carmelitas do aldeamento Aracary era comandado por Nicholas Horstman. O comandante e governador da colônia do Essequibo tinha enviado Horstman em missão colonizadora neerlandesa para o interior da Guiana. Nesse sentido, como representante neerlandês, que chegou em 1738 e instalou-se nas savanas entre os rios Rupununi e Branco, fortaleceu o comércio regional.

Identificamos na literatura histórica neerlandesa e brasileira que os missionários carmelitas da aldeia

Aracary aguardavam por longa temporada o rio dos “holandeses” encher, para que eles pudessem chegar ao aldeamento missionário e trocar os produtos. O encontro do rio Branco com o rio Negro é marcado por períodos diferentes de enchentes. Quando os rios acima da linha do Equador estão cheios, os que estão localizados abaixo da referida linha, como os rios Negro e Amazonas, estão secos. Assim, o período de navegação entre o rio Branco e o rio Negro ocorre no momento da vazante do rio Negro e enchente do rio Branco; ou seja, entre os meses de abril e julho, considerado curto prazo para navegar entre os rios Amazonas e Negro até o rio Branco.

Diante desse conjunto de negócios no interior amazônico, a reforma indigenista para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, elaborada pelo Marquês de Pombal na segunda metade do século XVIII, revelou princípios régios norteadores para extinguir a cultura de privilégios próprios. Específicas ações de vantagens, válidas somente para o grupo social dominante, que eram executadas pelos antigos administradores das vilas, dos aldeamentos indígenas e das Tropas de Resgate.

Por conseguinte, o Marquês propôs normas régias para arrecadar recursos financeiros que deveriam ser enviados ao reino de Portugal. Recursos sobre taxas de serviços régios e comercialização dos produtos da floresta, que foram cobrados dos colonos. Desse modo, a normatização do Marquês de Pombal derrubava o monopólio e o poder político e econômico dos

antigos administradores locais em seu favor, e não em favor da Coroa de Portugal.

Esse programa político e econômico pombalino, implementado pelo meio-irmão e governador Mendonça Furtado, não foi bem-aceito pelos administradores locais das vilas, aldeias indígenas e Tropas de Resgate, envolvidos na cultura clandestina do tráfico de escravos indígenas e produtos denominados Drogas do Sertão. Esses senhores colonizadores, considerados representantes da Corte Portuguesa, tinham desenvolvido uma rede de contrabando dos produtos da floresta, privilegiando financeiramente os próprios interesses.

Agindo na contramão, apesar de ter influência do pensamento iluminista do século XVIII, o Marquês de Pombal gerenciava o projeto amazônico como um Estado Absolutista na economia, impondo limitações ao comércio local, visando aumentar os lucros para Portugal.

Naquele tempo histórico, em 1755, durante o reinado de D. José I, Lisboa, como sede do governo português, sofreu um devastador terremoto, com imenso poder de destruição na capital do reino. Foi nesse evento destruidor que a figura do Marquês de Pombal ganhou protagonismo histórico. O marquês reconstruiu a cidade com o financiamento gerado pelos lucros da mineração de ouro do Estado do Brasil, que era explorada na região de Minas Gerais. Assim, o projeto pombalino para a Amazônia portuguesa tinha como foco o aumento das finanças de Portugal por meio mercantilista.

Nesse ínterim, o Marquês de Pombal tornou inimiga de Portugal a Companhia de Jesus, considerada uma das mais importantes ordens religiosas no contexto da Reforma da Igreja Católica ainda no século XVI. No século XVIII, os missionários jesuítas estavam presentes em todo o território português. O crescimento religioso e econômico dos jesuítas, os muitos aldeamentos com rígida proteção indígena amazônica incomodaram o ministro de D. José I, que expulsou os jesuítas do reino português.

O referido marquês foi informado da trama de negociações clandestinas portuguesas desenvolvida nos rios Negro, Branco, Amazonas/Solimões. Eram súditos de Portugal que haviam implantado uma rede comercial fora da legalidade régia lusitana. Era uma rede de negócios diversos e clandestinos que alcançou também comerciantes de Belém e São Luís, dando complexidade ao comércio clandestino que circulava paralelo ao comércio oficial em favor do rei português.

Nesse emaranhado de interesses pessoais, misturados aos interesses do Estado do Grão-Pará e Maranhão, os coletores das Drogas do Sertão tinham suas viagens financiadas com o apoio dos comerciantes. O valor da viagem definiu o financiamento e a negociação dos produtos trazidos pelos coletores. Era permitido pelos administradores régios (corruptos) que as expedições dos coletores comercializassem a mão de obra indígena para os colonos amazônicos. Ações e jogo de interesses econômicos que tinham a conivên-

cia dos administradores corruptos, representantes da Coroa Portuguesa em Belém, São Luís e Capitania do Rio Negro com extensão para o rio Branco.

Sobre o tema indígena, o Marquês de Pombal criou mecanismos jurídicos e políticos com a Lei de 7 de junho de 1755 (Reforma Indigenista) regulamentando o poder sobre os povos indígenas aldeados. Ele implantou o Regimento do Diretório e convocou um Índio “livre”, considerado súdito do rei de Portugal, D. José I, para administrar o aldeamento em substituição ao poder do missionário católico. Esse índio administrador foi denominado de “Principal”. Assim, ao substituir o missionário religioso na administração da aldeia, tornou a função do padre apenas de capelão dos índios aldeados.

Dessa maneira, a Reforma Pombalina retirou do missionário o poder tutelar sobre o aldeamento, sendo subordinado ao “Principal”, que passou a exercer entre os indígenas distintas funções administrativas e políticas em favor do reino de Portugal. Por meio da referida Reforma, o índio “livre”, considerado “civilizado e súdito”, era protegido pelo Estado português.

No novo modelo político pombalino, os povos indígenas deixaram o controle dos missionários religiosos e não ganharam seu antigo estatuto de nativo amazônico. O novo modelo pombalino incorporou os povos indígenas ao projeto de interesse colonizador português, eliminando o diferente. Desse modo, o mencionado projeto reformador negou o reconhecimento da cultura e organização social desses refe-

ridos povos aldeados, que passaram a ser seduzidos pelo modo de vida do mundo cultural eurocêntrico (OLIVEIRA, 2003).

Enfatizamos que, durante o reinado de D. José I e o governo do Marquês de Pombal, os princípios políticos e jurídicos estavam repletos de aspirações de cunho econômico e sociocultural em vantagem para o reino português. Para tanto, o ministro Pombal governava com mão de ferro. Sendo assim, para o marquês, qualquer indivíduo que se posicionasse contrário às ordens régias, poderia ser preso com a justificativa de ser contra ou traidor do reino português. Foi nessa circunstância que surgiu o duelo entre Pombal e os missionários da Companhia de Jesus, culminando na expulsão de todos os jesuítas do reino de Portugal. Diante da nova legislação indígena do Marquês de Pombal, o missionário responsável pelas missões da Capitania do Rio Negro, frei José de Magdalena,²¹ enviou um relatório ao governador do Grão-Pará e Maranhão,²² com sede em Belém, denunciando o po-

²¹ O frei Carmelita José de Magdalena era parceiro no comércio clandestino do missionário carmelita do aldeamento Aracary, frei Jerônimo Coelho. Com a Reforma de Pombal, perderam o poder político e econômico sobre os indígenas aldeados.

²² Já comentamos que o Estado do Maranhão foi criado pelo rei espanhol Felipe III em 1621. Durante a Guerra da Restauração, disputando não somente a independência como o domínio do território administrado em nome da dinastia de Habsburgo ou Filipina, o governo português denominou o estado espanhol com o nome de Maranhão e Grão-Pará com sede ora em São Luís, ora em Belém no ano de 1654. Com o governo de D. José I, o referido estado português foi renomeado para Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1751.

der neerlandês no rio Branco, e solicitou atenção especial sobre o caso. O missionário religioso denunciou a constante presença neerlandesa na região do rio Branco em contato com o rio Negro, onde recebiam apoio indígena.

Para o frei José de Magdalena, os neerlandeses eram denunciados como homens de negócios diversos, entre eles o tráfico de escravos indígenas para colônias no litoral da Guiana. Nesse aspecto, era uma prática mercantilista que dava ao neerlandês poder político e econômico sobre os povos indígenas da região. Para isso, o frei solicitava medidas enérgicas do governador no combate e expulsão dos neerlandeses (holandeses) do rio Branco antes que eles se declarassem “senhores” daquelas terras que deviam pertencer ao reino de Portugal.

Ainda na segunda metade do século XVIII, entre os anos de 1774 e 1775, o ouvidor e intendente-geral Francisco Xavier Ribeiro Sampaio fez uma viagem ao interior amazônico em nome do rei D. José I. A viagem do referido ouvidor realizou-se em um momento de transformações geopolíticas e econômicas, implementadas pelo Marquês de Pombal, para a Amazônia portuguesa.

Com o objetivo de detalhar informações sobre o interior amazônico, o ouvidor Ribeiro Sampaio navegou até a Capitania de São José do Rio Negro. Era preciso levantar dados sobre a imensa região, pois era o momento de reconhecimento das fronteiras ibéricas e dos vizinhos europeus habitantes da Guiana.

Nesse caso, o viajante Ribeiro Sampaio levantou dados sobre o potencial econômico da região e das populações indígenas para o trabalho em favor do português. Buscou mapear e discutir em Belém a demarcação das fronteiras, uma das preocupações do governo português em assegurar o imenso território para o reino de Portugal.

Na Capitania do Rio Negro, o ouvidor Ribeiro Sampaio foi informado sobre as investidas neerlandesas no rio Branco, com apoio de povos indígenas. Com o objetivo de conhecer a região mais interiorana, ele navegou pelo rio Branco e levantou outras informações. No percurso interiorano da Guiana Portuguesa, o ouvidor Ribeiro Sampaio coletou dados e detalhou informações para comprovar a presença de Portugal na região do rio Branco, que tem ligação fluvial com o rio Rupununi por meio do rio Pirara.

O ouvidor Ribeiro Sampaio ficou impressionado com o grande contingente de povos indígenas Arawak e Karíb nas aldeias ao longo do rio Branco. Desse modo, fez notas sobre o grande contingente indígena e as vantagens na exploração dos recursos minerais, que poderiam ser comercializados em nome da Coroa de Portugal, com apoio das populações indígenas.

Em seu diário, porém, o ouvidor comentou que o reino de Portugal poderia usufruir os diferentes recursos econômicos produzidos pela natureza e também a mão de obra indígena, mas era preciso construir uma fortaleza nesse lugar distante da Capitania do Rio Negro.

Assim, o reino português oficializaria sua presença com representação militar e administrativa, favorecendo e apoiando a Capitania do Rio Negro e também, em menor medida, o Estado do Grão-Pará (OLIVEIRA, 2003).

Foi nesse contexto de denúncia e ameaçador acerca da presença neerlandesa chegando ao rio Negro que uma Carta Régia de 1775, assinada pelo rei D. José I, deu autorização ao governo do Grão-Pará e Rio Negro²³ para a construção de uma fortaleza no rio Branco, que recebeu o nome de Forte de São Joaquim do Rio Branco. O novo forte, como extensão administrativa militar da Capitania do rio Negro, ampliou o poder geopolítico, econômico e militar na região de savana amazônica, integrando o interior da Guiana ao reino de Portugal. A historiografia luso-brasileira não deu detalhes acerca da data de construção do citado forte. Porém, há suposições de que, entre os anos de 1776 e 1778, com uso da mão de obra indígena, realizou-se a construção do Forte de São Joaquim no encontro dos rios Takutu e Uraricoera.

Seguindo o planejamento da política do Marquês de Pombal, na fortificação da Amazônia portuguesa, o forte ficou localizado na margem esquerda do delta do rio Takutu no encontro com o rio Uraricoera, que dá origem ao denominado rio Branco. Por

²³ Ressaltamos que, em 1772, na Reforma do Marquês de Pombal, o Estado do Grão-Pará e Maranhão teve seu imenso território dividido em dois Estados Independentes: Maranhão e Piauí com sede em São Luís; Grão-Pará e Rio Negro com sede em Belém.

volta de 1778,²⁴ o referido forte estava concluído, e havia um aldeamento vizinho para apoio e manutenção do forte português no rio Branco. A responsabilidade pela construção do forte foi do alemão que estava a serviço do reino de Portugal, Felipe Sturn. Com patente de capitão, Sturn foi seu primeiro comandante e expulsou espanhóis que se haviam instalado nessa região interiorana da Guiana.

O aldeamento indígena, para o suporte ao comandante, recebeu o nome de São Felipe e estava localizado também na margem esquerda do delta do rio Takutu. Os indígenas Makuxi ou Wapichana desenvolviam diferentes tarefas no forte, desde os trabalhos domésticos, aos da roça, de remadores, guias, intérpretes, militares e outros trabalhos por obrigação régia; ou seja, eram usados como trabalhadores escravos apesar de a legislação indígena pombalina considerá-los “súditos livres” (OLIVEIRA, 2003).

²⁴Dona Maria I era rainha de Portugal desde 1777, após a morte de seu pai, o rei D. José I. Ela demitiu o Marquês de Pombal, e vários projetos da Reforma pombalina foram abandonados, como o da Companhia do Comércio do Maranhão e Grão-Pará criado em 1757. Alguns fortes tiveram sua conclusão com atraso.

Figura 8 – Forte de São Joaquim do Rio Branco. Gravura da Expedição da França, por Henry Coudreau no rio Branco, em 1886.



Fonte: Acervo do Projeto Interinstitucional Roraima Somos Assim, em Boa Vista-RR.

Em 1788, no processo da tomada de posse do rio Branco, ao assumir a Capitania de São José do Rio Negro, Manuel da Gama Lobo d'Almada iniciou uma série de transformações sociais, políticas e econômicas. Nessa expansão do poder político e militar na Amazônia portuguesa, destacamos que o militar e geógrafo português, no posto de sargento-mor, Lobo d'Almada foi comandante na Fortaleza de São José de Macapá por volta de 1769-1771. Ao ser promovido ao posto de Brigadeiro, assumiu o comando e governo da Capitania de São José e deu início a uma série de

mudanças na estrutura política e econômica da região do rio Negro, com extensão para o rio Branco. Transferiu, em 1791, a capital de Mariuá (Barcelos) para o Lugar da Barra (Manaus), com localização geográfica privilegiada na confluência dos rios Negro e Amazonas, o que acabava facilitando a defesa e o comércio da Capitania. Na nova sede, prédios públicos foram erguidos: no lugar da antiga Igreja de N. S. da Conceição, erguida em 1695, mandou construir um templo; construiu um Palácio dos Governadores, Quartel e Cadeia Pública.

Na literatura histórica luso-brasileira, encontramos mais informações sobre o militar e governador Lobo d'Almada, que elaborou um plano econômico, deu significativa importância à indústria e expandiu o setor primário na extensa região do rio Negro. No planejamento, foi o pioneiro no investimento de criação de gado e cavalos nas savanas (lavrados) ou no vale do rio Branco, hoje, estado de Roraima.

Registrou-se que Lobo d'Almada projetou e construiu uma fábrica de tecidos de algodão, uma fábrica de redes e uma de embarcações. Instalou um depósito de pólvora, olaria, engenho para moer cana-de-açúcar e fabricar cachaça. Em todos os serviços necessários para desenvolver o plano econômico, Lobo d'Almada fez uso também da mão de obra indígena.

Esses projetos eram inspirados no programa do Marquês de Pombal, já exonerado e exilado pela rainha Dona Maria I em 1777. Por ser devota fervorosa

do catolicismo, Dona Maria I tinha rejeição à figura do Marquês de Pombal. Ela não perdoava a perseguição aos jesuítas e o violento tratamento ao processo da família Távora. Com o reinado de Dona Maria I, a Amazônia portuguesa recebeu pouca atenção, privilegiando o Estado do Brasil com sede no Rio de Janeiro.²⁵

Em decorrência disso, Lobo d'Almada soube tirar proveito e empreendeu o desenvolvimento na região. A rainha de Portugal, Dona Maria I, promulgou em 1785 um Alvará tornando obrigatórias pesadas restrições ao processo industrial na América portuguesa. Melhor dizendo, a rainha portuguesa proibiu a fabricação de tecidos e outros produtos nas colônias. No entanto, abalada com o desenrolar da Revolução Francesa (1789-1799), Dona Maria I estava com a saúde mental fragilizada, com o impacto da referida revolução no continente europeu e o violento processo envolvendo as Monarquias Absolutistas.

Nesse cenário de intensa revolta política e social na França, a distante região dos rios Negro e Branco era conduzida por Lobo d'Almada com diplomacia. Assim, Lobo d'Almada, em nome do reino de Portugal, com legislação comercial flexível, implementou distintos negócios e criação de gado, que beneficiaram propostas para o desenvolvimento amazônico sem muita atenção da rainha Dona Maria I.

²⁵ Ainda no reinado de D. José I, desde 1763, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se capital do Brasil, tirando o posto que pertencia a Salvador, Bahia. Por conta da mineração nas regiões de Minas, Goiás e Mato Grosso, transferiu-se a burocracia e fiscalização para o Rio de Janeiro, com principal porto de exportação do ouro para Lisboa.

Em 1792, com o desfecho do evento revolucionário da Inconfidência Mineira no Brasil envolvendo a figura de Tiradentes – Joaquim José da Silva Xavier –, o governo de Portugal foi entregue ao príncipe regente D. João, filho de Dona Maria I. No conturbado momento revolucionário, a rainha portuguesa fora considerada mentalmente instável, influenciada pela instabilidade política, social e econômica na Europa, América e Caribe. O evento de insurreição provocado por Tiradentes, nascido em 1746 na Fazenda do Pomal, em Minas Gerais, pertencente ao reino português, abalou o estado de saúde de Dona Maria I, sua saúde mental agravou-se. Contudo, assinou a sentença de morte de Tiradentes; em seguida, sem condições de governar suas colônias além-mar, o reino passou a ser administrado por D. João.

Foram acontecimentos no Estado do Brasil que pouco influenciaram a vida dos portugueses no Grão-Pará e Rio Negro. Eram portugueses que governavam e colonizavam o Estado Independente do Grão-Pará e Rio Negro, com extensão para o Forte de São Joaquim do Rio Branco, sem muita fiscalização do rei português. Nas últimas décadas do século XVIII, vivendo um frágil contexto de tensões políticas e econômicas na Europa, os portugueses da Amazônia eram súditos considerados fiéis ao reino de Portugal. Eram súditos que tinham contato direto com a rainha Dona Maria I e depois com o príncipe regente D. João em Lisboa.

Nesse fugaz panorama histórico, entre as relações europeias e amazônicas, por volta dos anos 1787-1790, o governador da Capitania de São José do Rio Negro, Lobo d'Almada, continuou o desenvolvimento na região do rio Branco, incentivando as fazendas de criação de gado. Podemos ressaltar que foi um empreendimento comercial de significativo impacto na conquista e no povoamento português no vale do rio Branco. Um território no interior da Guiana, disputado também pelos inimigos de Portugal, os espanhóis habitando o rio Orinoco e os neerlandeses da colônia do rio Essequibo. Nesse empreendimento colonizador português, foi usada a mão de obra escrava de povos Karíb: Makuxi, Ingarikó, Patamona ou Arawak: Paraviana, Atorai, Wapichana (OLIVEIRA, 2003, 2011, 2014).

No projeto de desenvolvimento econômico regional, as fazendas de gado nos campos do rio Branco atendiam o propósito de colonização do governo do Grão-Pará e Rio Negro. Foi um projeto que valorizou a terra, garantiu o povoamento, a defesa militar e alimentos: as carnes secas que eram conduzidas para a sede da Capitania do Rio Negro, a coleta do cacau, o dízimo do gado, geraram lucros para o governo português no Grão-Pará. Eram ações que faziam uso da força do trabalho indígena, com tarefas divididas entre os serviços no Forte, ou com os missionários ou colonos. Isso fez surgir uma rede de poder político, administrativo, religioso, com diversificados trabalhos

desenvolvidos pelos povos indígenas Karíb e Arawak. Assim, a colonização portuguesa no vale do rio Branco iniciou-se com a introdução das fazendas de gado, dos colonos, dos militares, que foram firmando o aspecto sociocultural e econômico de visão europeia na região, incorporando os povos indígenas Arawak e Karíb (OLIVEIRA, 2003, 2008a, 2011).

Não foi um processo fácil para o português, pois o contato entre índios e não índios tornou-se tenso em consequência da violência usada contra os indígenas. Por meio do processo de escravismo e do tráfico de indígenas, foi possível ao português tirar vantagem e conseguir introduzir o índio na cultura agropecuária, assumindo distintas tarefas na cultura do gado; em especial, o serviço de vaqueiro assimilado pelos jovens indígenas com facilidade.

O estrategista português Lobo d'Almada implantou no rio Branco a primeira fazenda, chamada São Bento. Seguindo o mesmo modelo, o comandante do Forte de São Joaquim, Sá Sarmento, instalou uma segunda grande fazenda denominada São Marcos, estabelecida na margem esquerda do delta do rio Uraicoera, próxima ao forte. Ao mesmo tempo, um rico comerciante do rio Negro, capitão José Antônio Évora, que também comandou o forte, fundou a Fazenda São José. Nesse contexto agropecuário, chegaram à região pequenos colonos, também incorporados à cultura do gado, com produções agrícolas, algumas reses e cavalos.

As três grandes fazendas, de caráter privado, constituíram o cenário mais importante da economia no interior da Amazônia Caribenha, contribuindo para estabelecer o poder geopolítico português na região. Porém, essa situação, que fornecia barganha entre o poder régio na Capitania do Rio Negro, não deu possibilidade para os fazendeiros terem autonomia financeira, dependendo do mercado da Capitania de São José do Rio Negro.

Para isso, necessitavam de um eficiente transporte fluvial, em especial, no momento de navegação difícil, entre os meses de agosto à primeira quinzena de abril. Além disso, necessitavam dos indígenas para execução das diferentes tarefas no processo colonizador por intermédio da criação de gado. Tudo isso demandou certo equilíbrio socioeconômico e cultural entre os habitantes do rio Branco, mas nem sempre era possível em razão da quebra de paz e o não cumprimento dos acordos entre os colonos, religiosos, militares e indígenas Karíb ou Arawak (OLIVEIRA, 2003, 2011).

O “Pacto Socioeconômico”, como uma medida imperiosa e necessária para que o pequeno grupo de pessoas brancas dominasse o poder soberano na região, foi a indicação da sede da fazenda como lugar de realização de reuniões ou encontros, com constantes negociações. Eram encontros entre os fazendeiros e os líderes indígenas (Tuxauas) para tomada de decisões sobre o desenvolvimento da região.

Nesse cenário multicultural, o senhor da fazenda de gado e a pequena sociedade branca regional monopolizavam os privilégios econômicos, socioculturais, jurídicos e políticos sem grande fiscalização do governo português em Belém. Dessa maneira, a pequena burguesia militar, do comércio e da agropecuária, e os missionários religiosos influenciavam o processo civilizador de visão eurocêntrica no rio Branco.

Era um processo de mudança sociocultural em favor do reino português e transformava o índio em abundante mão de obra escrava ou com baixo auxílio financeiro. Outro fator que causou “desorganização” sociocultural foi a falta de mulheres brancas na região. Semelhantemente aos neerlandeses, os portugueses do rio Branco tomaram por esposa mulheres indígenas, dando hibridismo sociocultural à região. Tal relação amorosa com as mulheres indígenas tornou possível a poligamia pelo homem branco, alargando o processo de mestiçagem e ocupação territorial em favor de Portugal.

Nesse processo político de desenvolvimento introduzido por Lobo d’Almada, a proposta era dar possibilidade ao índio de sair da condição de escravo, mas não foi isso que ocorreu na prática colonizadora. O índio foi incorporado à família branca na condição submissa e fortaleceu a imagem das “fronteiras vivas”, com a reorganização sociocultural que tinha o apoio dos missionários religiosos.

Portanto, o planejamento de Lobo d’Almada seguiu determinações do governador do Grão-Pará e

Rio Negro, general Pereira Caldas, que buscou proteger os interesses de Portugal na região. Sendo assim, normatizaram-se os seguintes princípios:

- a) persuadir os índios das vantagens do sistema de vida português e, por isso, “sustentá-los, vesti-los, não os fatigar”, etc.;
- b) dar o que se promete e pagá-los “prontamente e sem usura”;
- c) deixar que cultivem as próprias roças e alimentarem-se segundo os próprios costumes;
- d) não os obrigar a trabalhos forçados;
- e) não “arrancar” os filhotes e mulheres das famílias índias;
- f) favorecer o casamento entre soldados e índias, até incentivando-os com donativos de vacas, sementes e ferramentas (OLIVEIRA, 2003).

Consequentemente, o projeto de Lobo d’Almada transformou o espaço indígena do rio Branco, que, no século XIX, foi estendido para a região do rio Rupununi entre os parentes indígenas Karíb e Arawak. Na segunda metade do século XIX, a extensão da cultura do gado entre as savanas do rio Rupununi e do rio Branco deu um hibridismo sociocultural envolvendo as distintas famílias indígenas, portuguesas e britânicas, que se misturavam por meio de casamento ou

compadrio; além dos africanos que faziam parte das comitivas ajudando no carregamento das cargas com os indígenas.

Desse modo, podemos dizer que o homem branco, representante do reino de Portugal, iniciou o processo de criação de gado, organizou o espaço da fazenda, gerenciou o trabalho dos empregados indígenas e não indígenas (livres e escravos), seguindo a orientação política e econômica do governo português estabelecido na sede da Capitania do Rio Negro ou do Grão-Pará.

Convém lembrar que não era uma atividade administrativa portuguesa muito fácil para o governo em Belém, ou para seu representante na Capitania do Rio Negro, em decorrência das distâncias geográficas e pela dificuldade de comunicação e navegação para o rio Branco. Eram planejadas variadas ações políticas, diplomáticas, econômicas e socioculturais, que necessitavam ser constantemente negociadas entre os luso-brasileiros e os povos indígenas Karíb, Arawak, Manao, entre outras famílias indígenas. Nessas ações, a figura do missionário católico era de grande importância como mediador das negociações interculturais e evangelizador a serviço de Portugal.

Reiteramos que o território no interior da ilha Guiana, como área dos povos Circum-Roraima, é habitado por diferentes famílias indígenas Arawak e Karíb, que, aos poucos, foram incorporadas ao contexto da cultura do gado entre os rios Branco e Rupununi.

São povos indígenas e não indígenas que foram vivendo em grau de parentesco, como grupos familiares híbridos, no processo de amalgamento sociocultural.

O panorama regional, no interior da Guiana, transformava-se com a presença dos membros das famílias dos proprietários das fazendas de gado. Famílias de colonizadores considerados pioneiros, que se misturaram com as famílias indígenas, tornando-se uma única e grande família em um território distante de Belém e do litoral da Guiana.

Nesse ponto de vista, podemos dizer que, longe do poder central administrativo português e britânico, a região propiciou o fortalecimento da figura do proprietário da fazenda. A sede da fazenda tornou-se lugar de reuniões entre os fazendeiros para o planejamento dos negócios e poder político local; ou seja, era o espaço das tomadas de decisão sobre o processo administrativo do pequeno território híbrido que considerava o senhor da fazenda o líder dos diferentes grupos socioculturais. A comunicação era em várias línguas, e o português e inglês dominavam a comunicação colonizadora na região. Assim, nesse panorama sociocultural, todos eram incorporados à família do fazendeiro, que mantinha o poder político, econômico e jurídico na região entre os dois referidos rios. Foi nesse contexto da cultura do gado que os casamentos se realizaram, ou fizeram parte das relações de compadrio. Dessa maneira, a sede da fazenda como o lugar dos debates e tomada de decisões, que era com-

partilhado e influenciava a administração e o poder de decidir pelo comandante do Forte de São Joaquim.

Nesse caso, voltamos a salientar que o proprietário da fazenda de gado era o senhor da terra e de seus familiares trabalhadores. Tinha o poder de comando patriarcal e gerenciava ordens para executarem os serviços na sua propriedade. Outros e novos proprietários começaram a chegar nas primeiras décadas do século XIX, trazendo sua família e os amigos mais próximos, formando uma rede migratória, constituindo-se na sociedade regional/local.

Evidenciamos que, no decorrer desse processo, as pessoas estavam interligadas por casamento ou por compadrio. Assim, as famílias dos fazendeiros mais antigos e dos comandantes do Forte de São Joaquim eram consideradas “famílias tradicionais”, e as normas régias do Grão-Pará, e depois do Rio de Janeiro, nem sempre eram observadas (OLIVEIRA, 2003).

Conforme já mencionado, as famílias indígenas Karíb e Arawak foram integradas ao referido conjunto social híbrido, que se foi formando na região do rio Branco, com extensão para o rio Rupununi. Dessa união entre os diferentes grupos sociais, foi surgindo um grupo social mestiço de vaqueiros e domadores da cultura do gado na savana (lavrado). Também deu visibilidade ao trabalho de mulheres “silenciosas” e um pouco “selvagens”, que eram mestiças indígenas de pouca conversa e habilidosas no trabalho doméstico executado nas fazendas e na roça. Os jovens mesti-

ços indígenas, por exemplo, tornaram-se exímios vaqueiros cavalgando o cavalo que galopava na condução do gado. Todos eram identificados como brancos e desbravadores da região (OLIVEIRA, 2003).

Foi nesse processo iniciado na segunda metade do século XVIII que o reino português, sob o governo do Príncipe Regente D. João, representado pelo governo do Grão-Pará e Rio Negro, não chegou a ser beneficiado pelos negócios agropecuários no rio Branco. Apesar dos incentivos do governador da Capitania do Rio Negro e do poder geopolítico instalado em Belém, o esperado desenvolvimento econômico na região do rio Branco não se realizou. A literatura luso-brasileira descreveu que a fragilidade nas transações comerciais era constante e sempre estava na dependência da Capitania do Rio Negro ou da sede do Estado do Grão-Pará; ou seja, uma cultura econômica dependente da metrópole. Outro fator que a literatura histórica luso-brasileira apontou como pouco avanço no projeto de desenvolvimento regional foi a dificuldade de comunicação fluvial entre o rio Branco e Belém, sede do Grão-Pará.

Por conseguinte, o pequeno grupo sociocultural habitante do rio Branco, com seus poucos recursos financeiros, foi empreendendo na criação do gado, cavalos, porcos, galinhas e na agricultura. Para todos os serviços, contavam com a força de trabalho das famílias indígenas Karíb (Makuxi, Patamo ou Ingarikó) ou Arawak (Wapichana, Atorai) e dos colonos pobres

e seus familiares que começaram a chegar em busca de trabalho nas fazendas de gado. Em geral, todos os empregados assalariados recebiam o pagamento dos serviços contratados em um sistema denominado de “Quarta”. Em decorrência da falta de moedas na região, essa prática de pagamento do salário foi bem utilizada até o século XX. No processo de “sorte ou Quarta”, o empregado vaqueiro recebia um quarto das crias nascidas durante o ano (OLIVEIRA, 2003).

No entanto, vale dizer que esse cenário não era tão harmonioso e sem conflitos entre os povos indígenas e os colonizadores portugueses e os brasileiros. O administrador militar, os missionários religiosos, os senhores proprietários de gado tinham desentendimentos na partilha do poder geopolítico, econômico e jurídico sobre as populações indígenas e seus territórios. No projeto de desenvolvimento sugerido e executado por Lobo d’Almada, o governo português e o pioneiro colono implantaram formas de poder sociocultural e econômico, que foram legitimadas pelo reino português, tornando a terra e o índio sua propriedade. Foi uma política de expansão portuguesa na Amazônia que teve origem nas Tropas de Resgate e nos aldeamentos dos índios.

A literatura histórica luso-portuguesa fez referência, também, aos índios rebelados presos no Forte de São Joaquim e ao motivo das manifestações de insatisfação, que era o não cumprimento, por parte dos indígenas, das instruções régias colonizadoras portuguesas (OLIVEIRA, 2003).

Essa ação monopolizadora do reino português desencadeou no rio Branco um movimento conspiratório dos indígenas contra os portugueses. Para algumas famílias Karíb e Arawak, esse processo colonizador do século XVIII e início do XIX provocou desgaste na organização sociocultural, com o violento processo de povoamento e fazendas de gado de visão eurocêntrica; deixando de fora ou eliminando as famílias indígenas que se rebelaram contra o processo civilizador por meio da evangelização dos missionários. Essa região já trazia marcas históricas de outros contatos europeus, como o da rede mercantil neerlandesa com participação indígena. Era um processo colonizador com outro tratamento sociocultural e econômico envolvendo o neerlandês mercador e o índio negociante, em que todos eram beneficiados com os negócios firmados.

Nesse conjunto de interesses geopolíticos, econômicos e socioculturais, as normas de colonização portuguesa tinham legislações muito severas contra a população indígena, em especial, o grupo indígena que se rebelava contra o projeto português. Foi nesse conjunto de acontecimentos que, no fim do século XVIII, houve uma violenta revolta dos povos indígenas contra os portugueses no rio Branco ou interior da Guiana. Decorria o ano de 1790 quando uma sangrenta batalha foi travada entre os militares portugueses e os indígenas aldeados no rio Branco. A literatura luso-brasileira quase nada noticiou sobre esse evento, porém descreveu-se que os motivos do embate armado não foram devidamente esclarecidos.

Narrou-se que um Principal Makuxi, de nome Parajuijamari, havia assassinado um soldado do Forte de São Joaquim. O referido soldado estava conduzindo preso o Principal Makuxi do aldeamento São Felipe vizinho ao Forte para o aldeamento São Martinho, localizado no rio Branco em direção ao rio Negro. Após ser libertado no aldeamento São Martinho, Parajuijamari retornou ao aldeamento São Felipe e matou o militar administrador do Forte de São Joaquim. Essa ação do índio Makuxi desencadeou um movimento de revolta entre diversos indígenas aldeados, que começaram a se organizar e emboscar soldados portugueses, assassinando-os. Após esse evento de violência contra os representantes da Coroa de Portugal, todos os indígenas fugiram para as regiões de serra, morada dos indígenas Patamona e Ingarikó.

Quando o governador da Capitania do Rio Negro recebeu a notícia da rebelião indígena, enviou tropas ao rio Branco com a missão de capturar os indígenas fugitivos e trazê-los para o aldeamento, onde seriam julgados. Essa ação militar portuguesa fechou o cerco sobre o território do povo Makuxi, que travou luta armada contra os militares portugueses. No embate, o Makuxi Parajuijamari foi morto, aumentando a violência entre os rebeldes indígenas contra os soldados portugueses. Esse evento rebelde foi denominado Revolta da Praia de Sangue, pois se desencadeou por todas as aldeias do rio Branco, com incêndios e mortes dos dois lados em guerra. Relatou-se que as margens do rio Branco se tornaram o

palco das batalhas sangrentas, e, no fim, os indígenas foram quase completamente dizimados (OLIVEIRA, 2003).

Grande parte da historiografia brasileira e regional, quando relata a história dessa região, em geral, exalta a figura dos heróis portugueses “pioneiros”, que conquistaram e desbravaram o lugar selvagem, com expulsão de outros intrusos europeus, que desejavam tomar dos portugueses seu território amazônico. Nos relatos dos cronistas viajantes do século XVIII, que empreendiam expedições em nome de Portugal, não encontramos com clareza informações sobre as etnias indígenas presentes no rio Branco. Apresentaram confusas notícias sobre os índios “caribes”, que também foram denominados de “canibais”, comercializando com os povos Makuxi ou Paraviana e com os “holandeses”,²⁶ entre os rios Branco e Essequibo.

Nesse sentido, a própria legislação do Marquês de Pombal também não foi clara quando enunciou a função de Principal ao índio que administrava o aldeamento indígena. Informou-se que ele era “índio livre” e súdito do rei, mas, ao mesmo tempo, não tinha direito de propriedade. Ao contrário, o índio denominado de Principal e os outros indígenas aldeados foram considerados propriedade do reino português, isto é, escravos.

²⁶ Eram neerlandeses. A Holanda como Província Unida da República Neerlandesa só conquistou independência com o fim das Guerras Napoleônicas e a assinatura dos Tratados de Paz realizados no Congresso de Viena (1814-1815).

Nesse universo colonizador português no rio Branco, de transfiguração sociocultural dos povos indígenas em colonos portugueses, fazendo uso de atuação governamental autoritária, as diferentes famílias indígenas eram apaziguadas, com acordos de paz e com o auxílio dos missionários em defesa da colonização civilizadora eurocêntrica. Dessa forma, diferentes famílias Makuxi (Karíb) foram assumindo a cultura luso-brasileira, também firmando pacto de paz com as famílias Wapichana e Atorai (Arawak). Eventos que eram celebrados com casamentos e trocas comerciais, sendo apadrinhados pelos fazendeiros, comerciantes ou comandante do Forte. Em algumas malocas indígenas, algumas famílias, passaram a denominar-se “Makuxi-Wapichana” e vice-versa (OLIVEIRA, 1991).

Na segunda metade do século XVIII, os portugueses tinham também embates com a França caribenha. Por volta de 1777 a 1783, os franceses moradores de Caiena continuaram tentando estender seus domínios até o delta esquerdo do Amazonas (hoje Amapá). Foram construindo vários fortes desde o rio Oiapoque até o delta esquerdo do rio Amazonas, denominado Cabo Norte.

Apesar de todo o esforço do Marquês de Pombal, com a construção de um Forte denominado São José de Macapá, o poder geopolítico português não foi além das terras do Cabo Norte. Região com intensos embates e conflitos entre indígenas Karíb, Arawak e europeus desde o fim do século XVI, com a ocupa-

ção neerlandesa na região. Lugar de refúgio para os povos Tupi ou Guarani que fugiam do processo civilizador português, como os Waiãpi.

A despeito dos embates entre europeus e indígenas, a região da Amazônia Caribenha foi redesenhada e ocupada pelos colonizadores, que realizavam acordos de paz com os indígenas e os incorporavam ao projeto do colonizador europeu na Amazônia e Caribe (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014).

Evidenciamos que, no fim do século XVIII e início do XIX, a Amazônia Caribenha experimentou distintos eventos históricos, com alterações geopolíticas em seu território, envolvendo seus diferentes habitantes: colonos europeus, escravos africanos e povos indígenas Karíb e Arawak. Assim, entre os anos de 1780 e 1783, as colônias neerlandesas estavam envolvidas em uma Guerra Anglo-Neerlandesa, que resultou na Guerra da Independência dos Estados Unidos da América.

Nesse sentido, as colônias britânicas na América do Norte, que declararam independência em 1776, entraram em guerra contra o governo da Grã-Bretanha. O motivo era o processo de subjugação determinado pelos britânicos às suas colônias pela força. Nesse contexto de insurreição, em 1778, o reino da França reconheceu os Estados Unidos como República independente. A República Neerlandesa manteve-se neutra nesse jogo de interesses e tornou sua colônia, a ilha caribenha denominada Santo Eustáquio, um dos

principais centros de abastecimento para os rebeldes norte-americanos.

No entanto, em 1781, em represália ao comércio neerlandês e norte-americano, uma poderosa frota britânica chegou a Santo Eustáquio e rendeu os neerlandeses, com a captura de mais de 200 navios mercantes neerlandeses. Depois, com um esquadrão e dois navios de guerra, os britânicos chegaram à colônia neerlandesa do rio Demerara e renderam o comandante, que passou a referida colônia aos britânicos. Nesse cenário em conflito armado anglo-neerlandês, o comandante e governador da Colônia Neerlandesa do rio Essequibo foi obrigado a prestar serviços e lealdade aos britânicos. Após essa tomada de poder pelos britânicos, seguiram para o rio Berbice e atacaram a colônia neerlandesa por volta de março de 1781. Em seguida, os britânicos forçaram as autoridades e os habitantes de Berbice a jurar lealdade ao reino britânico (GOSLINGA, 1971).

Um fator interessante nesse domínio britânico e suas condições de rendimento nas colônias neerlandesas foi o estabelecimento das suas normas, que não eram muito severas. Exigiam lealdade dos comandantes/governadores e de seus habitantes neerlandeses, porém as leis e os regulamentos das três colônias permaneciam inalteradas, e todas as propriedades privadas eram garantidas. O uso da cultura e língua neerlandesa também permanecia. Entretanto, os franceses, que sempre entravam em guerra com os bri-

tânicos na disputa pelo poder das rotas do Atlântico Norte e território na Guiana, conseguiram tomar dos britânicos a colônia Demerara em 1782. Nesse embate anglo-francês, os britânicos não mostraram resistência e os franceses tomaram posse das três colônias neerlandesas que estavam em posse do reino britânico (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014; OLIVEIRA, 2008a; 2008b).

Por volta de 1784, a Guerra Anglo-Neerlandesa teve seu fim com a assinatura do Tratado de Paz em Paris. Conforme o referido tratado, a França devolveu as três colônias na Guiana aos neerlandeses. Porém, durante o governo francês nas colônias neerlandesas, iniciaram-se vários projetos de infraestrutura, com edificações e urbanização. Isso se observou na capital Stabroek da colônia Demerara, que foi trocado o nome neerlandês para “Nouvelle Ville”. Na nova capital de Demerara, os franceses estabeleceram novas regras para as edificações públicas e particulares, com fundação de tijolos e cobertura de telha de barro, substituindo o telhado de palha ou lascas de madeira (cavaco). Iniciaram a pavimentação da principal avenida, que na época era conhecida como Middle Dam, hoje é a Brickdam Street em Georgetown/Guyana. Com a retomada neerlandesa, a capital da colônia Demerara foi renomeada Stabroek, tornando-se sede do governo neerlandês com extensão administrativa para a colônia do Essequibo (OLIVEIRA, 2008b).

Nessa perspectiva, ficou evidente que no fim do século XVIII e início do XIX, os eventos revolucioná-

rios na Europa, América e Caribe trouxeram outras configurações geopolíticas para a Guiana ou Amazônia Caribenha. Esse período, com os eventos da Revolução Francesa e das Guerras Napoleônicas, ganhou complexidade histórica e provocou outros desdobramentos regionais. Período marcado pelas disputas territoriais amazônicas das nações europeias, que nem sempre é de fácil análise historiográfica, em decorrência das dificuldades de fontes documentais desse importante período de transformações na Europa, América e Caribe.

Outro fator que destacamos nesse período foi a independência dos Estados Unidos da América, com desdobramentos das independências coloniais no Caribe e América do Sul. Todos esses eventos e seus desdobramentos históricos, socioculturais, econômicos e de relações internacionais não foram descritos com clareza em uma historiografia coerente amazônica caribenha.

Capítulo VI

Amazônia Caribenha: o século XIX e as primeiras décadas do século XX, os processos de independência com novos desdobramentos históricos, geopolíticos e culturais

Os eventos revolucionários e de guerras vividos na Europa, Caribe e Amazônia Caribenha, na virada do século XVIII para o XIX, trouxeram outros aspectos ao processo colonizador e sociocultural, para a região interiorana das fazendas de gado, localizadas nas terras do rio Branco. Foi um período marcado pela intensa imigração para a região amazônica caribenha, em consequência dos embates armados na Europa e as divisões dos conflitos sociais e políticos, que se estenderam para a América Portuguesa. Como exemplo, a Revolução Francesa (1789-1799) deu um impacto político, econômico e sociocultural na Europa, seguido das Guerras Napoleônicas (1803-1815), lideradas pelo imperador francês Napoleão Bonaparte, contra diferentes alianças entre os países da Europa. Tais eventos conflituosos europeus foram estendidos para suas colônias no Caribe e na América.

Nesse sentido, os embates liderados pela França impactaram o reino português da rainha D. Maria I e, depois, de seu filho, o príncipe regente D. João. O reino de Portugal vivenciou diferentes conflitos re-

volucionários, que redefiniram o destino do príncipe regente português ao imigrar com toda a corte para a América Portuguesa. Assim, a literatura luso-brasileira registrou que, por volta do mês de outubro de 1807, em uma convenção secreta entre o príncipe regente português, D. João, e o rei britânico George III, foi assinado um acordo de transferência da sede do reino de Portugal em Lisboa para o Brasil.

Em novembro de 1807, a referida comitiva real portuguesa deixou a Europa com apoio da Inglaterra e chegou ao Rio de Janeiro em março de 1808. Os portugueses residentes em Portugal não tinham possibilidade de reagir contra o ataque das tropas napoleônicas que tomaram posse do território português na Europa.

Com esse advento português, o Brasil foi elevado ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815-1821), com capital no Rio de Janeiro. Nesse novo contexto geopolítico do reino de Portugal na América do Sul, a literatura neerlandesa e a espanhola descreveram que o reino espanhol, invadido pela França napoleônica, foi perdendo suas colônias na América e no Caribe ao se dividirem e se transformarem em Repúblicas independentes. Enquanto na América portuguesa, com quatro Estados coloniais independentes: Brasil, Maranhão e Piauí, Grão-Pará e Rio Negro, Guiana Portuguesa, foram todos unificados no Brasil Império (1822-1889), tornando-se um imenso território imperial luso-brasileiro no continente sul-americano.

Corria o mês de abril de 1804 quando uma frota de guerra britânica atacou a colônia neerlandesa do Suriname. Os franceses habitantes em Caiena haviam informado aos neerlandeses sobre a possibilidade de o reino britânico atacar o Suriname. Apesar de o comandante e governador do Suriname ter organizado suas tropas, os neerlandeses não conseguiram vencer os britânicos.

Assim, os britânicos se instalaram na capital Paramaribo e seguiram as mesmas normas políticas anteriores, já comentadas por nós, quando os britânicos haviam tomado as colônias do Demerara, Essequibo e Berbice no fim do século XVIII; ou seja, preservaram as legislações neerlandesas e negociaram com moderação com todos os súditos habitantes no Suriname. Os britânicos em Paramaribo recebiam apoio militar de Londres para que os franceses em Caiena não atacassem a colônia do Suriname. Estavam em curso as Guerras Napoleônicas (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014).

No embate das guerras lideradas por Napoleão, os rebeldes da colônia francesa do Haiti derrotaram a expedição militar francesa enviada por Napoleão ao Caribe. Desse modo, o Haiti foi declarado República em 1804 e tornou-se a segunda nação nas Américas a conquistar independência após os Estados Unidos. Nessa ocasião, a independência norte-americana e a haitiana produziram um caos regional e fizeram surgir um movimento de insurreição em busca da inde-

pendência. Esse movimento agitou a população africana escrava e a população europeia colonizadora no Caribe e na América.

A escravidão africana transformou-se em um problema nas colônias europeias na região, que começaram a ter inspiração na abolição haitiana. A campanha para abolição do comércio de escravos da África foi defendida pelo reino britânico, que formalizou e proibiu o comércio de escravos no Atlântico em 1807.

Foi no desenrolar das disputas pelo poder comercial no Atlântico e territorial por meio das guerras que a família real portuguesa exilada se instalou no Rio de Janeiro. O príncipe regente D. João, em acordo com o reino britânico, enviou navios de guerra portugueses e britânicos para atacarem a Guiana Francesa.

Em janeiro de 1809, os portugueses, com apoio britânico, ocuparam Caiena, tratando os habitantes franceses com cautela, pois não haviam demonstrado muita resistência. Essa ação política e militar aumentou o território da Guiana Portuguesa que, na área litorânea, foi ampliada desde o delta esquerdo do rio Amazonas até a fronteira com o Suriname.

O governo em Caiena foi entregue ao Marquês de Queluz, João Severiano Maciel da Costa, que administrou a região entre 1809-1817 em nome de D. João VI. Com a ocupação portuguesa em Caiena, o Brasil joanino ganhou embelezamento com novas plantas ornamentais e frutíferas, transferidas da Guiana Francesa para Belém, Rio de Janeiro e outras cidades

luso-brasileiras. As denominadas palmeiras imperiais foram as mais populares.

No desenrolar desses acontecimentos, no início do século XIX, na região interiorana amazônica caribenha, o Forte de São Joaquim, localizado na confluência dos rios Takutu e Branco mantinha, uma tropa militar de defesa em nome do reino de Portugal, estabelecido no Rio de Janeiro. A pequena tropa militar portuguesa que guarnecia o citado forte desenvolvia uma administração militar frágil. Isso era propagado pelos vizinhos europeus em razão da distância com a sede do reino português joanino e pela incerteza com a falta de notícias claras sobre os eventos armados que estavam ocorrendo na Europa, Caribe e América Portuguesa.

Disputas políticas, pobreza e desigualdade social marcavam o imenso território do Grão-Pará e Rio Negro, onde a elite portuguesa, que governava a região, tinha divergências sobre as normas e ordens portuguesas decretadas no Rio de Janeiro pelo príncipe regente D. João, depois rei de Portugal como D. João VI.

Sobre esses eventos, a literatura neerlandesa descreveu que nesse jogo de poder político e econômico, afetando as rotas do Atlântico, as colônias britânicas e holandesas no Caribe e na Amazônia não foram prejudicadas. As autoridades governamentais das citadas colônias, localizadas na Guiana e no Caribe, tinham muito poder para combater o comércio

ilegal de escravos africanos, onde as fazendas eram bem abastecidas de escravos (africanos e indígenas) para os diferentes serviços.

Nesse contexto de disputa sobre o comércio e a estabilidade na região, os britânicos reorganizaram seu poder regional. Por volta de 1814, a capital Stabroek da colônia Demerara foi trocada de nome para Georgetown, em homenagem ao rei George III da Grã-Bretanha, e tornou-se a sede do governo britânico, estendendo seu poder administrativo às colônias do Essequibo e de Berbice (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014).

No entanto, a Espanha, envolvida em guerras na Europa, não tinha possibilidade de atuar com mais firmeza no Caribe e na América em defesa de suas colônias. Em decorrência desses eventos armados, as colônias espanholas na América e no Caribe aderiram ao movimento de independência. Os vice-reinos espanhóis movidos e unidos pelo ideário de liberdade não aceitavam as ordens francesas instaladas no reino espanhol em Madri após a tomada do trono do rei Fernando VII por ordem de Napoleão. A guerra de independência espanhola na América e no Caribe foi liderada por uma elite crioula, impulsionando o movimento de independência com apoio dos diversificados segmentos da sociedade espanhola americana-caribenha.

Nessa continuidade surgiram vários líderes no comando das guerras de independência na América

Espanhola. Entre eles, destacou-se o militar e político venezuelano Simon Bolívar. O comandante Bolívar liderou a campanha militar que conquistou a independência da Colômbia, Equador e Venezuela. Havia um planejamento de tornar as variadas colônias espanholas em um único país, mas os vice-reinos espanhóis foram desintegrando-se e transformando-se em Repúblicas de língua e cultura espanhola após a conquista de independência.

A literatura espanhola e a caribenha registraram o conflito de independência da América Espanhola que durou de 1808 até 1829, com radicais mudanças socioculturais e geopolíticas. Assim sendo, a nova configuração geopolítica na América e no Caribe possibilitou à elite crioula tomar posse do governo das Repúblicas emancipadas.

Com essa reordenação regional, o reino britânico também perdeu parte de suas colônias caribenhas. Ao conquistarem independência dos britânicos, tornaram-se países caribenhos de língua e cultura inglesa: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Dominica, Granada, Jamaica, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Trinidad e Tobago.

Todos esses eventos foram resultado dos efeitos deixados pelas guerras napoleônicas e seus desdobramentos, que evidenciaram uma transformadora crise na Europa, América e no Caribe. Nesse sentido, em 1812, o fracasso da invasão russa pela França napoleônica contribuiu para o enfraquecimento da referida guerra.

Desse modo, Napoleão foi derrotado pelas forças aliadas em 1814, quando começaram a reorganizar a Europa no Congresso de Viena (1814-1815). Eram conferências diplomáticas em Viena/ Áustria onde decidiam, por meio de Tratados de Paz, o novo desenho geopolítico europeu e suas colônias. O tema das Guianas passava pelas abordagens periféricas do Congresso.

Para a reorganização geopolítica e de paz, o Congresso de Viena reuniu variados representantes das nações aliadas: Áustria, Inglaterra, Prússia e Rússia. O reino de Portugal, Brasil e Algarves de D. João VI não teve participação por ser uma coroa exilada na colônia americana-portuguesa. No entanto, os temas da geopolítica do reino português, isolado e sediado na América, foram debatidos pelos representantes, também o casamento do príncipe português D. Pedro com a arquiduquesa da Áustria, princesa Leopoldina.

Em geral, os casamentos reais eram usados como instrumentos de aliança e apoio político. Era uma forma de elaborar-se uma rede de diferentes interesses e solidariedade, que integrava a nova ordem cartográfica geopolítica e os acordos de paz.

Desse modo, outro desdobramento entre os variados acordos e alianças no referido Congresso foi a mudança geopolítica na ilha da Guiana. Decidiu-se que as três colônias neerlandesas, denominadas de Demerara, Essequibo e Berbice, deveriam ser entregues ao poder britânico em 1814. A República Neer-

landesa, que estava anexada à França napoleônica, foi decretada independente.

Nessa ação de liberdade, as Províncias Unificadas foram desfeitas e se tornaram Repúblicas independentes. Assim, a Holanda, como uma das Províncias Unidas, conquistou independência e assumiu a colônia do Suriname. Ao incorporar o território da Guiana, a Holanda batizou sua nova colônia na Amazônia Caribenha de Guiana Holandesa.

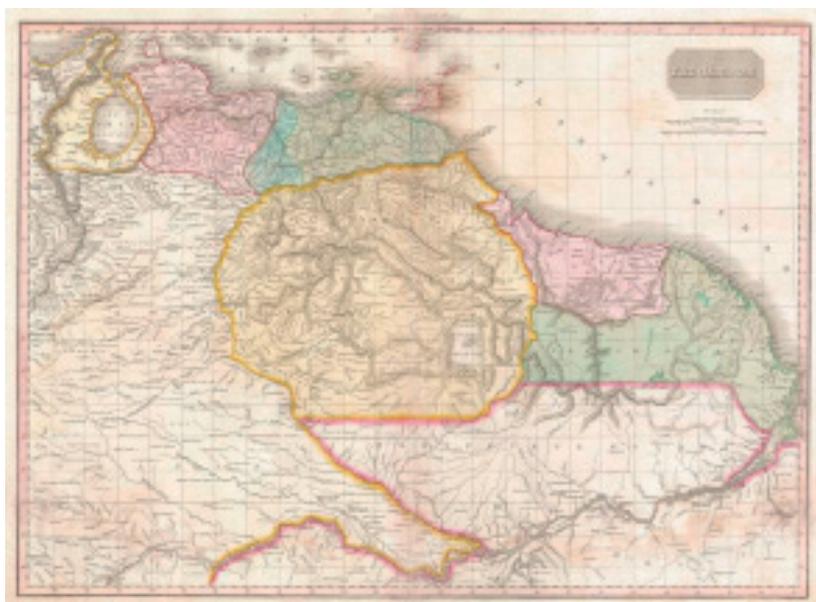
No Rio de Janeiro, o rei português D. João VI recebeu seu território europeu e assumiu o compromisso de devolver à França suas terras na Guiana. Conforme as negociações no Congresso de Viena, a devolução portuguesa da Guiana Francesa foi confirmada em 1817.

No entanto, a França iniciou uma disputa pela demarcação da fronteira entre as duas nações – Brasil e França – na Amazônia Caribenha. A França reivindicava incorporar ao seu território amazônico grande parte das terras da Guiana Portuguesa, estendendo suas fronteiras para o interior até a margem esquerda do rio Branco.

Essa região não tinha uma grande proteção e fiscalização pelo rei D. João VI que, no Rio de Janeiro, tentava conter os distintos conflitos armados entre luso-brasileiros no Estado do Brasil, como também tentava apaziguar as Revoltas em Lisboa, Portugal, com exigência da convocação das Cortes que preparavam o retorno do rei para a Europa.

O mapa de John Pinkerton (Figura 3) foi elaborado com base nos relatórios e diários dos viajantes do século XVI, que exploraram não apenas o litoral, mas o interior navegando pelos rios Orinoco, Essequibo, Suriname, Oiapoque até o delta esquerdo do rio Amazonas.

Figura 3 – Mapa do Nordeste da América do Sul, com destaque para a ilha da Guiana ou ilha Amazônia Caribenha



Fonte: Atualizado por John Pinkerton, Filadélfia, Estados Unidos, 1818. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:1818_Pinkerton_Map_of_Northeastern_South_America_\(Venezuela,_Guyana,_Surinam\)_-_Geographicus_-_Caracas-pinkerton-1818.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:1818_Pinkerton_Map_of_Northeastern_South_America_(Venezuela,_Guyana,_Surinam)_-_Geographicus_-_Caracas-pinkerton-1818.jpg)

Nesse mapa, as fronteiras francesa e espanhola no interior da Guiana estão estendidas até o alto rio Branco no século XIX. A fronteira da Guiana Portuguesa está no baixo rio Branco. O mapa detalha as reivindicações de fronteiras na ilha da Guiana, pleiteada pela Espanha, Holanda, França, Portugal e a Grã-Bretanha, que ainda apareceu com as três colônias dentro da área territorial neerlandesa. Lembremos que a República Neerlandesa possuía quatro colônias na Guiana, o Suriname mais as três entregues à Inglaterra. O desconhecido e procurado Lago Parima ou Manoa do El Dorado está localizado na Guiana Espanhola próximo da fronteira requerida pela França.

Por conseguinte, em 1821, o rei D. João VI, do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, retornou com toda a Corte Portuguesa para Lisboa, instalando novamente a sede do reino na Europa. Deixou no Rio de Janeiro o filho e príncipe regente D. Pedro, que estava casado com a princesa Leopoldina. No entanto, as tensões políticas entre Portugal e o Brasil foram aumentando e resultaram em uma série de conflitos políticos e diplomáticos.

Os luso-portugueses na América também manifestaram o desejo de liberdade, agitando os diferentes levantes emancipatórios que conduziram o príncipe regente D. Pedro a declarar a Independência da América Portuguesa (1822). Ação revolucionária que transformou o Brasil em Monarquia na América, celebrando a coroação do príncipe regente como impera-

dor do Brasil, ao receber o título de D. Pedro I. Nessa conjuntura histórica, D. Pedro e Dona Leopoldina foram aclamados como único imperador e única imperatriz na América.

Para muitos luso-brasileiros, a transformação do Brasil em Império e o príncipe regente em imperador, transformando o governo em uma Monarquia Absolutista, não foi bem-aceita. Eram distintos segmentos sociais da elite luso-brasileira que habitavam os diferentes territórios do novo Brasil independente. Surgiram manifestações de descontentamento contra D. Pedro I pela elite social da burguesia e da nobreza, que tinha privilégios sociopolíticos e econômicos em diversificadas negociações, em especial com o reino da Grã-Bretanha.

Outro fator de descontentamento no primeiro reinado brasileiro foi a derrota dos manifestantes nas distintas regiões portuguesas na América, como também a decisão de D. Pedro I em reorganizar a geopolítica luso-portuguesa americana. Uma ação régia da Monarquia Absolutista que unificou os quatro estados independentes – Brasil, Maranhão e Piauí, Grão-Pará e Rio Negro, Guiana Portuguesa – ao Império do Brasil e centralizou todo o poder de governo no Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2003, 2008a, 2011).

No decorrer desses eventos, a literatura histórica neerlandesa deu notícias de que o gado das savanas (lavrado) entre os rios Branco e Rupununi foi aumentado. Descreveu que o imperador do Brasil,

D. Pedro I, recebeu um relatório do Grão-Pará e Rio Negro informando que os neerlandeses/britânicos comercializavam no litoral da Guiana a carne dos rebanhos criados nas terras interioranas, ou território denominado vale do rio Branco.

Em razão disso, a tropa militar portuguesa sediada no Forte de São Joaquim do Rio Branco recebeu ordens de patrulhar e controlar esse comércio de gado entre os fazendeiros portugueses e britânicos, com auxílio dos povos indígenas Karíb e Arawak. Uma das medidas imperiais foi o deslocamento de uma patrulha para a região do rio Rupununi, com instalação de uma base militar nos arredores do rio Pirara, próximo ao lago Amaku, onde firmaram aliança com famílias Makuxi (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014; OLIVEIRA, 2003).

A equipe de apoio governamental de D. Pedro I não tinha informações claras sobre essa região no interior da Guiana, de fronteiras e sociedade híbrida e apoiada pelas alianças com os povos indígenas Karíb e Arawak. Nesse caso, as medidas imperiais eram enviadas ao comandante do Forte de São Joaquim para inibir as trocas comerciais entre os indígenas e não indígenas, que alimentavam a rede comercial do interior para o litoral da Guiana. Rede comercial entre o território circundante do rio Negro para o litoral neerlandês/britânico que remontava ao conhecido comércio neerlandês do século XVI ao XVIII. Evento que envolvia diferentes negócios, uma das preocupa-

ções divulgadas pelo Marquês de Pombal na segunda metade do século XVIII, quando implantou um específico projeto do reino de Portugal para a Amazônia portuguesa.

Nesse empreendimento militar-administrativo português, no interior da Amazônia Caribenha, a maior preocupação do frágil poder político do império brasileiro era seduzir os povos indígenas Karíb e Arawak, considerados fiéis súditos dos neerlandeses/britânicos, para defesa do império luso-brasileiro. Uma longínqua e desconhecida área territorial entre os rios Branco e Rupununi, que necessitava ser patrulhada e defendida para consolidar o povoamento e a presença do governo de D. Pedro I na região.

Para essa sociedade híbrida, composta de portugueses, britânicos e povos indígenas, que desfrutava privilégios longe do poder governamental, havia ganho certa liberdade para gerenciar o pequeno território interiorano de difícil acesso e fiscalização. Nem sempre seguiam as orientações governamentais. Em geral, as negociações de poder político e econômico eram discutidas e decididas pela elite comercial e de fazendeiros de gado, com aval do comandante do Forte de São Joaquim (OLIVEIRA, 2003).

É pertinente lembrar que o desdobramento da guerra de independência no Brasil, envolvendo uma série de conflitos entre 1821 e 1824, tornou essa região do Grão-Pará e Rio Negro como parte do Brasil Império em 1823. Momento em que o referido imperador

firmou um acordo com os portugueses que eram fiéis ao reino português, sediado em Lisboa.

Ao tomar posse da região amazônica, D. Pedro I tinha de consolidar suas fronteiras amazônicas em disputa pelos espanhóis, neerlandeses, britânicos e franceses. Por essa razão, o Parlamento e o corpo diplomático luso-brasileiro estavam em constantes negociações e estabelecimento de comissões com as potências europeias na Amazônia Caribenha, para definição diplomática das fronteiras nacionais na região.

Região da Guiana Portuguesa, Grão-Pará e Rio Negro, que apresentava complexidade sociocultural e linguística, mas com uma elite rural detentora de distintos poderes econômicos, desde o pequeno regatão ao grande comerciante, ou do fazendeiro ao pequeno agricultor, ou dos militares graduados e os de baixa patente, além de alguns indivíduos com título de nobreza e uma grande massa de pessoas livres que vendiam seus serviços.

Outra abordagem histórica deu notícias de que nessa específica região amazônica portuguesa os distintos grupos de luso-brasileiros buscavam independência e a transformação da região em uma República de língua e cultura portuguesa, como as vizinhas repúblicas de língua e cultura espanhola. Era uma região de portugueses e brasileiros misturados com povos indígenas e africanos, que não desejavam fazer parte da monarquia luso-brasileira sob o governo de D. Pedro I.

Esse embate político, administrativo e econômico regional amazônico e caribenho, todavia, provocou mudanças no poder administrativo no rio Branco. O Forte de São Joaquim, administrado pelo comandante em diálogo com o poder sediado no Grão-Pará e Rio Negro, tinha de seguir as normas do Brasil Império, sediado no Rio de Janeiro.

Como mencionado, havia fragilidade governamental do comandante do referido forte em decorrência da distância geopolítica com o Rio de Janeiro e das notícias do aumento dos conflitos sociais e políticos no Brasil Monárquico. Foram levantes armados contra o imperador D. Pedro I, que eram resultantes do agravamento da crise socioeconômica luso-brasileira imperial. Esses variados embates sociais, políticos e econômicos desencadearam o processo de abdicação de D. Pedro I em 1831. Isso provocou uma ruptura nas relações régias entre a Guiana Portuguesa, o Grão-Pará e Rio Negro com o Brasil Império.

Aos poucos, ao longo da segunda metade do século XIX, os senhores da elite das fazendas portuguesas e britânicas, no interior quase indomado da Guiana, foram ampliando os laços familiares, de compadrio, comerciais, políticos e socioculturais. As autoridades de Portugal, da Inglaterra, neerlandesas e francesas, estavam ocupadas com os embates no litoral da Amazônia Caribenha e tinham pouco contingente militar para dar segurança e ordem aos habitantes no interior. Em outras palavras, entre os rios

Branco e Rupununi, onde as disputas políticas e econômicas do litoral amazônico caribenho tinham pouca influência dos governos europeus.

A partir desse desdobramento histórico do Brasil Império, iniciou-se o denominado Segundo Reinado (1831-1889) com D. Pedro II, filho de D. Pedro I, e da imperatriz do Brasil, Dona Leopoldina. Porém, quando D. Pedro I abdicou em nome do filho, o jovem imperador D. Pedro II tinha apenas 5 anos de idade. Nesse caso, foi necessário constituir-se uma Junta de Regentes para governar o império brasileiro em nome de D. Pedro II. Ao completar a maioridade, o jovem imperador assumiu o governo do Brasil. O Período Regencial brasileiro durou de 1831 a 1840, quando foi antecipada a maioridade de D. Pedro II para governar o Brasil Império em meio aos diferentes levantes armados e separatistas, que surgiram nessa fase regencial.

Na Amazônia Caribenha, em 1831, o reino britânico unificou na Guiana as três colônias neerlandesas recebidas em 1814 durante os acordos firmados no Congresso de Viena. Nessa celebração régia, o rei da Inglaterra, William IV, que sucedeu o irmão George IV em 1830, denominou seu território unificado na Amazônia de Guiana Britânica, com capital em Georgetown. No desenrolar do referido ano, porém, o viajante e explorador alemão Robert Schomburgk, que trabalhou para a Grã-Bretanha, planejou e iniciou inúmeras expedições exploratórias desde o litoral da

Guiana ao interior, entre os rios Rupununi, Branco, Orinoco, Negro e Amazonas.

Uma das missões de Schomburgk era pesquisar em detalhes a geografia física e a astronomia do litoral para o interior, com infinitas trilhas terrestres e aquáticas. Depois de levantar as informações, deveria comparar com os estudos realizados por Alexander von Humboldt no alto Orinoco. Assim, em uma dessas viagens pela Guiana Britânica, Schonburgk encontrou a planta aquática da Amazônia em 1837. Então, ele denominou de Vitória-Régia, uma homenagem à rainha Vitória e sua protetora britânica (MANGAR, 2011). Ao explorar o território do rio Rupununi, onde tomou conhecimento do caminho do gado para o litoral, Schomburgk chegou ao Forte de São Joaquim do Rio Branco. Lá, ele e sua comitiva foram recepcionados pelo comandante em exercício no forte luso-brasileiro, onde foram todos hospedados.

No período da visita e da hospedagem de Schomburgk no Forte de São Joaquim, toda a região do estado do Grão-Pará e Rio Negro estava em violenta luta na denominada Revolta da Cabanagem (1835-1840). Nesse caso, o forte estava guarnecido com um pequeno contingente militar, porque os soldados e seu comandante titular estavam envolvidos nos combates armados da Cabanagem no rio Negro. Assim, Schomburgk deixou o rio Branco e seguiu viagem para a região do Monte Roraima no conjunto da Serra Pacaraima. Depois, seguiu viagem para o rio Orinoco,

navegando até a nascente do citado rio na fronteira da Venezuela com o Brasil.

Nessa fronteira aquática reconheceu o Canal de Cassiquiare, um caminho fluvial natural ligando o rio Orinoco ao rio Negro. Esse caminho fluvial de conexão entre os rios Orinoco, Negro, Amazonas e Branco foi uma hipótese lançada pelo explorador e naturalista alemão Alexander von Humboldt, que estudou a região do rio Orinoco e América Central entre 1799 e 1804. Sua hipótese não foi confirmada porque o reino de Portugal não concedeu permissão para Humboldt entrar no rio Negro. Era um momento de crise sociopolítica, aristocrática e econômica na Europa com a derrubada do Antigo Regime.

Ao retornar navegando pelo rio Branco, Schomburgk retomou o mesmo caminho de vinda, o barco sendo conduzido pelos rios Rupununi e Essequibo até o litoral, onde permaneceu em Georgetown. Assim, Schomburgk organizou os dados levantados sobre a cartografia, flora, fauna e os habitantes da região, elaborou um minucioso Relatório de Viagem e enviou à rainha Vitória da Grã-Bretanha. No relatório, Schomburgk fez sugestões para demarcação da fronteira incluindo terras que eram requeridas pelo Império do Brasil e pela República da Venezuela. Indicou que, para o sucesso da demarcação, o reino britânico tinha de firmar aliança com os povos indígenas Karíb e Arawak, como também oferecer proteção militar contra os inimigos portugueses e espanhóis, que também

firmavam aliança com os referidos povos indígenas (MANGAR, 2011; OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2008).

O Relatório de Schomburgk deu base para o reino britânico reclamar a demarcação da fronteira com o Império do Brasil com inclusão das terras dos rios Pirara, Takutu e parte das regiões de serras. Era um imenso território habitado por povos Karíb, como os Patamona, Ingarikó, Makuxi, e os Arawak como os Paraviana, Wapichana e Atorai. Essa solicitação do reino britânico ao Brasil Império gerou um conflito diplomático entre as duas monarquias. Ambas desejavam a demarcação fronteiriça, mas desejavam tomar posse da região em questão. Nesse conjunto de desentendimento político e diplomático, o Forte de São Joaquim tinha fragilidade política e militar para gerenciar o território requerido pelo imperador luso-brasileiro.

Por meio da diversificada informação no Relatório de Schomburgk sobre a disputada região no interior da Amazônia Caribenha, o reino britânico argumentava a posse da região com base na ocupação neerlandesa. Os representantes da República Neerlandesa, por meio da rede comercial, tinham dominado o interior até o rio Negro em direção aos Andes. Como também se registrou a presença de Nicholas Horstman, que tinha trabalhado para o comandante e governador da colônia do Essequibo, quando instalou o posto comercial entre os rios Rupununi e Branco por volta de 1738.

Outro aspecto foi o esforço dos missionários católicos na evangelização dos povos indígenas em nome de Portugal, mas também havia missionários da Igreja Reformada que evangelizavam os mesmos povos Karíb e Arawak na região. Nesses embates diplomáticos o imperador do Brasil argumentou o uso do princípio *uti possidetis*, oriundo do Tratado de Madri (1750). Tema que foi contra-argumentado pela diplomacia britânica, que alegou ser a região habitada por povos indígenas que buscavam proteção militar contra os portugueses no rio Branco (OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2008).

Os argumentos jurídicos e diplomáticos entre os dois países estenderam-se até 1903. No entanto, em 1842, foi assinado pelo Brasil e Inglaterra um acordo de neutralidade do referido território, apaziguando o conflito entre as duas monarquias. No acordo jurídico e diplomático, a região em questão foi considerada neutra, retirando da área em litígio todos os funcionários e o destacamento militar das duas nações. Foi imposta a condição de que os povos indígenas Karíb e Arawak continuassem “independentes”, porém, nem o Brasil nem a Inglaterra cumpriram o acordo. Frequentemente, ambas as monarquias enviavam tropas militares para seus requeridos territórios entre os rios Rupununi, Pirara e Branco. Nesse embate fronteiriço, os povos indígenas como “fronteiras vivas” ofereciam seus serviços aos britânicos e aos luso-brasileiros ao mesmo tempo.

No desdobramento histórico da disputa regional, ainda no Segundo Reinado, sob o comando do jovem imperador D. Pedro II, a região da Amazônia luso-brasileira vivenciou a mais importante insurreição denominada de Revolta da Cabanagem (1835-1840). Essa violenta rebelião, com diferentes líderes e distintos interesses, envolveu todos os habitantes do extenso território do Grão-Pará e Rio Negro e da Guiana Portuguesa.

Foi uma revolta com grande participação de distintos grupos sociais, desde a elite luso-brasileira dominadora sociopolítica, cultural e econômica, aos menos favorecidos e pobres negros, mestiços, indígenas, em que todos eram unificados pelo desejo de liberdade, e não inclusão no Brasil Imperial. Era uma região de um estado português considerado periférico do poder central monárquico no Rio de Janeiro.

Em 1840, com apoio militar e econômico britânico, o imperador D. Pedro II derrotou os rebeldes da Cabanagem e pôs fim aos sonhos de liberdade e ao desejo dos habitantes privilegiados no estado do Grão-Pará e Rio Negro – com extensão para a Guiana Portuguesa – de se tornarem uma República na Amazônia. Estima-se que entre 30% e 40% da população da Amazônia luso-brasileira foi morta, dando um total aproximado de cem mil pessoas (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014). Com aparente paz na imensa região amazônica, D. Pedro II unificou novamente toda a região ao Brasil Império. Evento com reorganização

geopolítica que homologou a Província Imperial do Pará, com extensão territorial e administrativa para o Amapá, e a Província Imperial do Amazonas com extensão territorial e administrativa para o rio Branco. O comandante do Forte de São Joaquim do Rio Branco passou a ser indicado com aval do imperador D. Pedro II.

Por volta de 1843, retomaram-se as questões fronteiriças na região das Guianas, que era considerada neutra pelo acordo assinado em 1842. Para essa ação, organizou-se uma comissão mista anglo-brasileira para discutirem a demarcação da fronteira entre o Brasil e a Inglaterra. Contudo, os acordos não eram aceitos pelas duas nações, e a comissão mista não obteve êxito. Com a finalidade de fortalecer presença e consolidar a região, D. Pedro II autorizou que a Província Imperial do Amazonas estabelecesse a Freguesia Nossa Senhora do Carmo em 1858. A freguesia consolidaria o apoio geopolítico, militar e administrativo na região do rio Branco. O local da freguesia foi na antiga Fazenda de gado Boa Vista, fundada em 1830 pelo capitão Inácio Lopes de Magalhães, ex-comandante do Forte de São Joaquim (OLIVEIRA, 2003).

Historicamente, essa área territorial ao redor da sede da referida fazenda era espaço de convivência das aldeias Paraviana, Makuxi e Wapichana. A Fazenda Boa Vista ocupou o espaço indígena Karíb e Arawk, sendo ampliado com a chegada de colonos para o

trabalho na fazenda de gado. Assim, surgiu um aglomerado de casas entre caminhos ou trilhas que deu origem à citada freguesia. Foi nesse período que os missionários carmelitas construíram a Capela Nossa Senhora do Carmo, próxima da sede da Fazenda Boa Vista, localizada na margem direita do rio Branco.

Figura 9 – Sede da Antiga fazenda Boa Vista do Rio Branco, em fins do século XIX.



Fonte: Acervo Casa da Cultura, 2005. Boa Vista-RR.

A grande população indígena foi aos poucos desaparecendo do lugar; uma parte foi incorporada à sociedade nacional como trabalhadores na fazenda, algumas famílias indígenas se deslocaram para áreas rurais mais afastadas e outras famílias indígenas

foram desaparecendo vitimadas pelas novas e desconhecidas epidemias que atacaram simultaneamente grande contingente de indígenas (OLIVEIRA, 2010, 2012, 2016).

Com o advento do ano de 1870, marcou-se o início do boom econômico no Brasil Império, que, de um lado, foi liderado pelos barões do café e, de outro, pelos barões da borracha. A região da Amazônia recebeu uma grande população migratória, em especial do Nordeste do Brasil, para o trabalho nos seringais amazônicos. Foi o período de um movimento cosmopolita de influência francesa, reproduzido por meio do embelezamento urbano. Nesse movimento de manifestação estética, cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Belém e Manaus vivenciaram o apogeu do desdobramento estético de influência artística e cultural, denominado de Belle Époque brasileira.

O ciclo da borracha na Amazônia teve seu apogeu a partir de 1879 e sua crise econômica a partir de 1912. Nesse período, porém, a Inglaterra, os Estados Unidos e a Alemanha dominavam o comércio da borracha, impedindo qualquer iniciativa contrária aos seus interesses econômicos.

Durante esse ciclo dos seringais, as três colônias na Guiana – Britânica, Holandesa e Francesa – vivenciavam processos imigratórios com diversificada religião: protestante, islamismo, mulçumana, católica anglicana, que formavam uma plural ou intercultural sociedade com asiáticos, africanos, indígenas, ingle-

ses, neerlandeses/holandeses, franceses, portugueses, entre outros segmentos sociais, que foram misturando-se aos trabalhos nas fazendas e também ao trabalho de seringueiros com extração da borracha ou balata. As três colônias comercializavam com os Estados Unidos e a Europa por meio da Inglaterra e Alemanha. Entre os produtos exportados, estavam o ouro, a bauxita, incluída a borracha extraída na região.

Com a chegada do século XX, contudo, toda essa região amazônica vivenciou o declínio econômico causado pelo comércio da borracha oriunda da Malásia, liderado pela Inglaterra. Os britânicos haviam transportado sementes da Amazônia para suas colônias na Malásia e desenvolveram o plantio da seringueira, favorecendo a comercialização britânica com as indústrias europeias. Enquanto isso, o Brasil Império voltou-se para dinamizar a economia com base no café. Em 1883, porém, os militares luso-brasileiros iniciaram um movimento republicano. Após a Guerra do Paraguai, o exército sentia-se menos privilegiado, pois se entendia que o imperador D. Pedro II garantia maiores privilégios aos militares da Marinha. Assim, havia muitos descontentamentos entre os militares do Exército contra D. Pedro II.

Outro evento que gerou descontentamento contra D. Pedro II foi a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel em 1888. Ao pôr fim à escravidão africana, a aristocracia rural cafeeira sentiu-se prejudicada, e se iniciou uma crise econômica com o empobrecimento

desse seguimento social burguês e aristocrático. Sem a mão de obra escrava, eles deixaram de apoiar o imperador.

Corria o ano de 1889 quando as revoltas nos quartéis foram ganhando força e eclodiram com a derubada do imperador D. Pedro II. O marechal Deodoro da Fonseca, líder do golpe militar contra o Império do Brasil, proclamou o Brasil como República, dando um novo reordenamento geopolítico ao imenso território brasileiro, com a transformação das Províncias Imperiais em Estados Unidos do Brasil.

Esses acontecimentos trouxeram um novo quadro sociocultural e econômico de disputas políticas na participação do governo central do Brasil republicano. Embora o presidente divulgasse a equivalência entre os direitos de todos os brasileiros e dos estados federados, na prática governamental, revelava o privilégio da classe burguesa detentora do poder econômico. Nesse embate, os estados mais fortes economicamente, como São Paulo e Minas Gerais, começaram a formar o grupo de controle político e de sustentação ao governo central, sediado no Rio de Janeiro. Nessa disputa, a elite militar passou a competir com a elite econômica os privilégios do governo republicano brasileiro.

Os temas de segurança nacional e desenvolvimento econômico barganhavam os recursos e a partilha dos setores significativos do governo central (OLIVEIRA, 2003). Partilhas governamentais que não

chegavam à distante região amazônica, que continuava barganhando migalhas periféricas de poder no governo central brasileiro.

Com o Brasil República, retomou-se o tema da definição das regiões de fronteira amazônica. Desse modo, em 1899, o diplomata Joaquim Nabuco foi convocado para organizar a documentação e elaborar a defesa do Brasil na questão com a Guiana Britânica. A disputa da referida fronteira foi denominada de Questão do Pirara, nome do rio fronteiro entre os rios Rupununi e Branco. Joaquim Nabuco retomou os debates jurídicos e diplomáticos sem muito sucesso até 1901, momento em que o governo britânico propôs ao governo brasileiro uma solução para definir o embate, pois os argumentos não eram aceitos pelas duas nações envolvidas. Para isso, os dois governos concordaram em aceitar a indicação do rei italiano Vittorio Emanuel III como responsável pela definição dos direitos sobre a terra em litígio.

À vista disso, por volta de 1904, deu-se conhecimento do resultado do laudo de arbitragem elaborado pelo rei italiano, que não agradou ao Brasil. O laudo italiano favoreceu os britânicos, reconhecendo a posse do maior território na área contestada. Com a perda da região do rio Pirara, os brasileiros não puderam impedir o acesso dos britânicos à bacia do rio Amazonas pelo rio em questão.

Figura 10 – Mapa Questão Pirara 1904.



Fonte: Arquivo Milenioscuro. Espanha, 2017.

Nessa decisão italiana (Figura 10), Joaquim Nabuco sentiu-se injustiçado, pois estava convencido do direito brasileiro pela vasta documentação apresentada no processo de arbitragem. No entanto, o Bra-

sil reconheceu o laudo italiano, que deu uma solução ao território fronteiriço em litígio com a Inglaterra na Amazônia.

Somente no governo de Getúlio Vargas, durante o período brasileiro denominado Estado Novo, a delimitação dos limites na referida região foi efetivamente estabelecida. Para isso, entre os anos de 1930 e 1938, uma Comissão Mista Demarcadora de Limites, com base no Tratado e Comissões acordados e assinados em Londres no ano de 1926, iniciou os trabalhos na área de confluência do rio Maú com o Takutu, próximos ao rio Pirara (OLIVEIRA, 2003; OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2008).

Entretanto, no início do século XX, o panorama político e econômico no interior da Amazônia Caribenha, entre as regiões dos rios Rupununi e Branco, não havia sido quase alterado. As relações e o convívio dos habitantes com os acordos comerciais e familiares, entre fazendeiros, comerciantes e povos indígenas Karíb e Arawak, continuaram na referida região, mesmo com o laudo italiano que definiu a fronteira (1904). A figura 11 mostra o rio Pirara que tem comunicação com o rio Mahú (Ireng) e o Rupununi, pelo lago Amaku, em Guyana.

Figura 11 – Rio Pirara, na região Rupununi/ Guyana.



Fonte: Acervo Pessoal. Registro feito por Lodewijk Hulsman, durante viagens pela região Rupununi, em fevereiro de 2014.

O dinamismo sociocultural e econômico fronteiriço continuou sob o poder da pequena elite burguesa local, sendo a maioria descendente dos “pioneiros brancos”. Eram grupos sociais herdeiros dos primeiros desbravadores, que chegaram, colonizaram e incorporaram os povos indígenas na cultura do gado, seguindo normas estabelecidas por essa referida elite do gado acordada na segunda metade do século XVIII. Reiteramos que era uma sociedade interiorana

isolada, tanto geograficamente quanto das forças do jogo de poder na capital do Brasil, Rio de Janeiro. Portanto, era uma elite interiorana amazônica caribenha, com vínculos de parentesco e compadrio britânico, luso-brasileiro e indígena, que se atrelavam ao mercado litorâneo da ilha da Guiana e aos espanhóis da fronteira venezuelana (OLIVEIRA, 2003).

Para inserir essa longínqua região no Brasil republicano, os missionários beneditinos, sob a orientação do Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro, chegaram ao pequeno município de Boa Vista, que pertencia ao estado do Amazonas. Ao iniciarem o processo civilizatório brasileiro, entre os anos de 1911-1912, os beneditinos fundaram na região do Surumu, com grande contingente de povos indígenas Makuxi, um posto missionário e depois um internato misto para jovens e escolas para as crianças indígenas. Almejavam pôr em prática não apenas a evangelização, mas o ensino educacional e profissional nessa região rural. Na década de 1920, na cidade de Boa Vista, os beneditinos empreenderam a construção de igrejas, hospitais e colégios. Para apoio às meninas estudantes, filhas da elite fazendeira, frequentadoras do Colégio São José (hoje denominado Escola Estadual São José), construíram também o internato para meninas sob o comando das freiras beneditinas.

Semelhante ação evangelizadora e civilizadora eurocêntrica realizou-se na região do rio Rupununi pelos fazendeiros e missionários jesuítas que chega-

ram à região britânica. Os jesuítas desenvolveram a evangelização e os estudos filosóficos e profissionalizantes dos jovens da região sem esquecer o processo educacional das crianças. Desse modo, houve troca de experiências pedagógicas entre os missionários beneditinos e jesuítas, que, de maneira sutil, foram introduzindo a pequena sociedade letrada nas concepções humanistas, implicando discussões calorosas e conflituosas entre os missionários e a elite burguesa interiorana da amazônica caribenha.

Desse modo, os habitantes luso-brasileiros, britânicos e indígenas eram considerados como uma grande família. No entanto, para apaziguar os conflitos que apareciam, como em qualquer família, os missionários beneditinos no rio Branco e jesuítas no Rupununi celebravam os festejos religiosos, casamento e batizado dos membros da híbrida sociedade na região em questão. Durante as celebrações em homenagem aos santos católicos padroeiros da região, todos confraternizavam, esquecendo ou perdoando os desentendimentos surgidos. Conforme já comentado, era uma sociedade mestiça de brancos, indígenas, africanos, que foram sendo amalgamados desde o fim do século XVIII com a introdução da cultura de gado na região (ABRAHAM, 2016; OLIVEIRA, 2003).

Nesse contexto familiar evidenciamos que a relação entre fazendeiros e povos indígenas Karíb e Arawak foi alterando-se com o denominado Estado Novo (1937-1945) sob o governo de Getúlio Vargas.

Constatou-se que nesse período a Comissão Mista Anglo-Brasileira trabalhou na colocação dos marcos fronteiros entre a Guiana Britânica e o Brasil. Foi uma fase caracterizada pelas políticas de proteção amazônica por Vargas, decorridas com a 2ª Guerra Mundial (1939-1945).

Tais eventos estimularam a preocupação com a soberania e segurança regional amazônica por Vargas. Assim, originou-se o projeto de implantação dos Territórios Federais, com a redivisão geopolítica na Amazônia brasileira. Nesse período solicitou-se aos fazendeiros britânicos, que estavam no território brasileiro, a transferência de suas fazendas para o território britânico. A mesma sugestão para os fazendeiros brasileiros, que estavam estabelecidos nas terras britânicas do Rupununi. Recomendação semelhante foi dada às famílias indígenas, que foram separadas pela linha demarcatória da fronteira anglo-brasileira, assumindo a identidade de brasileiros ou britânicos.

Capítulo VII

Considerações finais

Coletar os dados históricos e tentar costurar, como se fosse uma colcha de retalhos, fragmentos comuns e diferentes do processo histórico dos cinco países que compõem a Amazônia Caribenha revelou-se um estudo difícil. Nesse percurso de estudos e pesquisas, sem o apoio e esclarecimentos do professor de História da Universidade de Amsterdam (UvA/Holanda), Dr. Lodewijk Hulsman, não teríamos obtido êxito. Em decorrência da pluralidade linguística e cultural na referida região, as pesquisas se debruçaram em cinco idiomas dos estados nacionais presentes nesse específico território na América do Sul.

Para descobrir as fontes e a literatura sobre a ilha da Guiana, tivemos de enfrentar muitas horas de leitura e deslocamentos entre bibliotecas e arquivos especialmente na Holanda, Guyana, Suriname e Venezuela. Assim, reafirmamos que, sem a orientação do professor e pesquisador Hulsman, estes estudos não teriam avançado. As fontes e a literatura usadas foram, em grande parte, neerlandesas, consultadas nos arquivos em Amsterdam e Haia/Holanda. Toda a documentação no idioma holandês, que teve o apoio também de alguns pesquisadores da Universidade de Leiden/Holanda, foi coletada por Hulsman. Parte desse material foi traduzida para o inglês e o portu-

guês, o que facilitou a troca de informações e o debate no grupo de pesquisa sediado no Nupepa/UFRR.

O tema da Guiana Portuguesa praticamente foi esquecido na literatura histórica brasileira. Provavelmente, foi apagada quando toda a região foi incorporada ao Brasil Império em 1840 após a derrota dos rebeldes durante a Revolta da Cabanagem. A Guiana Espanhola foi também ocultada na literatura histórica da Venezuela após a independência na segunda metade do século XIX. No fim do século XX para o XXI, a temática geopolítica da Guiana tornou-se evidente apenas ao assunto referente à disputa do território fronteiro entre a Venezuela e a Guyana.

Por outro lado, a República Cooperativista de Guyana (ou apenas Guyana) iniciou sua História Colonial a partir da presença britânica no século XIX, quando incorporou as três colônias neerlandesas e estabeleceu a Guiana Britânica em 1831. A presença neerlandesa na região não é quase citada no processo histórico de Guyana. Situação semelhante percebeu-se na História do Suriname, que desenvolveu a origem de sua construção histórica nacional com a ocupação neerlandesa na Colônia do Suriname no início do século XVII. Processo inicial interligado às mudanças geopolíticas com o Congresso de Viena (1814-1815), que tornou independente da República Neerlandesa a Província da Holanda.

A partir desse evento histórico e geopolítico, a região foi denominada de Guiana Holandesa, como

uma colônia da nova nação. A Guiana Francesa também tem seu momento histórico particular. Descreveu sua origem no processo de ocupação da França na Amazônia, com os primeiros registros no início do século XVII. Assim, a História da Guiana Francesa ficou limitada pelos historiadores ao território fronteiro entre o Suriname e o Brasil (Amapá).

Todos os processos narrativos históricos nacionais fazem alusão ao seu particular processo de conquista e povoamento dos diferentes europeus na região Amazônica Caribenha. Narrativas e interpretações sem conexão entre os cinco vizinhos de língua e cultura herdeiras do mesmo processo de colonização europeia. Não citam a ocupação colonizadora na ilha da Guiana, que foi uma denominação do fim do século XVI, em contato mais estreito com os povos indígenas Karíb e Arawak, pelos primeiros exploradores e viajantes. Apesar dos referidos povos indígenas serem evidenciados no processo histórico de cada nação, o tratamento é de índio nacional, como se não fossem parentes e habitantes do contexto da ilha em sua totalidade.

Nessa perspectiva, as literaturas históricas e os historiadores nacionais dos cinco países apresentam os processos históricos como países estabelecidos na América do Sul com influência caribenha. Ao terem contato com nossos estudos (Nupepa/UFRR), os historiadores, em parte, demonstraram surpresa ao descobrir que também estão ocupando o território da ilha

Amazônica Caribenha. Como foi comentado, é o termo que deu visibilidade no século XXI à ilha da Guiana, esquecida na cartografia histórica após o Congresso de Viena. Para essa parceria entre os estudiosos dos cinco países envolvidos, foi importante a colaboração diplomática das relações internacionais por meio de Consulados ou Embaixadas. Ação que fortaleceu a cooperação internacional entre os vizinhos e o apoio durante as visitas técnico-científicas.

Esse tipo de argumentação histórica e inovadora, divulgado pelo grupo de estudiosos do Nupepa/UFRR, ganhou visibilidade e foi fortalecido com a incorporação de outros estudiosos nacionais e internacionais que abraçaram a causa e o modo de interpretar a História do singular território na América do Sul de modo integrador e parceiro; ou seja, uma análise do processo histórico e sociocultural em seus enfoques comuns e diferentes, por meio dos desdobramentos na elaboração da História das cinco nações que compartilham a ilha, como única e excepcional região amazônica e caribenha.

Desse modo, este livro abordou com muito esforço e dedicação uma elaboração do complexo tema, por entender que as abordagens eurocêntricas, na construção histórica regional amazônica, não deram atenção ao significativo tema da ilha da Guiana, que aproxima e também distancia os cinco vizinhos de língua e cultura herdeiras da Europa: portuguesa, espanhola, inglesa, holandesa, francesa. Simbolicamen-

te, denominamos de caminhos históricos e processos culturais entre as nações amazônicas caribenhas, que foram incorporando as distintas famílias indígenas dos troncos linguísticos Karíb e Arawak.

Entendemos que há muitas lacunas; como exemplo, analisar o processo imigratório não somente europeu, mas a imigração forçada dos povos africanos ou dos asiáticos que chegaram à região amazônica no século XIX. Contudo, essa é uma primeira tentativa de recontar a História Regional amazônica caribenha, sem grande interferência do pensamento histórico eurocêntrico, mas uma história plural baseada nas múltiplas interpretações e interligada aos temas históricos comuns e diferentes.

Referências

ABRAHAM, Felician Andre. The Jesuits presence among the indigenous people in the Rupununi and north Pakaraimas Mission Guyana, border with Brazil. *Revista Olhares Amazônicos, Boa Vista, RR*, v. 4, n. 2, p. 858-872, jul./dez. 2016.

ACUÑA, Cristóbal de. *Novo descobrimento do Grande Rio das Amazonas*. (1641). Rio de Janeiro: Agir, 1994.

BOXER, Charles Ralph. Os holandeses no Brasil: 1624-1654. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1961.

BRAGATO, Fernanda Frizzo. Raízes históricas dos direitos humanos na conquista da América: o protagonismo de Bartolomé de Las Casas e da Escola de Salamanca. Revista do Instituto Humanidades Unisinos, São Leopoldo, Edição 487, p. 82-93, 13 jun. 2016. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6495-fernanda-bragato-2>. Acesso em: 26 set. 2019.

CARRICO, Christopher. As relações entre Akawaio e europeus durante o período colonial holandês na Guiana. In: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; IFILL, Mellissa (org.). Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Guyana. Boa Vista, RR: EdUFRR, 2011.

CARVAJAL, Gaspar de. Descubrimiento del rio de las Amazonas. (1542). Traducción de Bertram T. Lee. The Discovery of the Amazon. New York, 1934.

CARVAJAL, Gaspar de; ROJAS, Alonso de; ACUÑA, Cristobal de. Descobrimientos do rio das Amazonas. Tradução e anotações de C. de Melo-Leitão. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. (Série Brasileira, v. 203).

CRUZ, Maria Odileiz Sousa; HULSMAN, Lodewijk; OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. A brief political history

of the Guianas: from Tordesillas to Vienna. Boa Vista, RR: EdUFRR, 2014.

FARAGE, Nádia. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Anpocs, 1991.

GANDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da Terra do Brasil. [1826] História da Província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil. [1576]. Brasília: Senado Federal, 2008. (Edições do Senado Federal, v. 100). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/188899/Tratado%20da%20terra%20do%20Brasil.pdf>. Acesso em: 26 set. 2019.

GARCÍA, Casiano. Vida del comendador Diego de Ordaz descubridor del Orinoco. México: Editorial JUS, 1952.

GARCIA, Rodolfo. Introdução. In: PINTO, Renan Freitas (org.). O diário do padre Samuel Fritz. Manaus: Ed. da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

GAZTAMBIDE-GÉIGEL, Antonio. Tan lejos de Dios...: ensayos sobre las relaciones del Caribe con Estados Unidos. Puerto Rico: Editorial Otramérica (Espanha), Ediciones Callejón (Puerto Rico) e Editorial Oriente (Cuba), 2014.

GOSLINGA, Cornelis. The dutch in the Caribbean and on the Wild Coast 1580-1680. Gainesville: The University of Florida Press, 1971.

GUIANA: caminhos da reportagem. Brasil e Guyana reportagem histórica. Tradução: Fábio Cavalcante. [S. l., s. n.], 2011. 1 vídeo (10:30min). Publicado pela TV Brasil/TV Universitária. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6WILY7J-r5k>. Acesso em: 26 set. 2019.

HEMMING, John. Ouro vermelho: a conquista dos índios brasileiros. São Paulo: Ed. da USP, 2007.

HERIARTE, Mauricio. Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas [...] no anno de 1662, por mandado do governador-geral Diogo Vaz de Sequeira, dada à luz por 1ª vez. Vienna: Imprensa do filho de Carlos Gerold, 1874.

HULSMAN, Lodewijk. Brazilian Indians in the Dutch Republic: the remonstrances of Antonio Paraupaba to the States General in 1654 and 1665. Amsterdam, 2005.

HULSMAN, Lodewijk. The relation of Abraham Cabeliau and the visit of the Yao Indians Arymowacca and Cayariwari to the Dutch Republic in 1598. Amsterdam, 2007.

HULSMAN, Lodewijk. Nederlands Amazonia: handel met indianen 1580-1680. Amsterdam: Universiteit van Amsterdam (UvA), 2009.

HULSMAN, Lodewijk. Rotas das Guianas: uma viagem do Suriname ao rio Branco em 1718. In:

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; IFILL, Mellissa (org.). Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Guyana. Boa Vista, RR: EdUFRR, 2011.

HULSMAN, Lodewijk. Rotas da Guiana: a fronteira entre o Suriname e Brasil. In: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; JUBITHANA-FERNAND, Andrea Idelga. Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Suriname. Boa Vista, RR: EdUFRR, 2014.

HULSMAN, Lodewijk. O caso de Berbice: relato de uma pesquisa arquivista. In: HULSMAN, Lodewijk; CRUZ, Maria Odileiz (org.). Fazenda e trabalho na Amazônia, mão de obra nas Guianas: o caso de Berbice (1726-1736). Boa Vista, RR: EdUFRR, 2016.

IFILL, Mellissa. Situando os trabalhadores africanos na divisão dos trabalhos do período pós-emancipação na Guiana Inglesa. In: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; IFILL, Mellissa (org.). Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Guyana. Boa Vista, RR: EdUFRR, 2011.

JAGDEW, Eric; EGGER, Jerome. Ponto de encontro: holandeses na região Amazônica e Suriname entre 1595 e 1688. In: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; JUBITHANA-FERNAND, Andrea Idelga. Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Suriname. Boa Vista, RR: EdUFRR, 2014.

LAS CASAS, Bartolomé de, frei. O paraíso destruído: a sangrenta história da conquista da América

Espanhola. Tradução de Heraldo Barbuy. Porto Alegre: L&PM, 2011.

LOUREIRO, João de Jesus Paes; OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; DUARTE, Rosângela (org.). Arte e cultura na Amazônia: os novos caminhos. Boa Vista, RR: EdUFRR, 2012.

MANGAR, Tota. Sir Robert Schomburgk e suas explorações na Guiana. In: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; IFILL, Mellissa (org.). Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Guyana. Boa Vista, RR: EdUFRR, 2011.

MATTOS, Pedro Freitas Jardim de. Visões do paraíso: as expedições de Francisco de Orelhana e Pedro Teixeira na Amazônia. *Revista Navigator*, n. 14, p. 104-116, 2010.

MIGNOLO, Walter. Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamentos liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. *Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, PR, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. Roraima, Amazônia de Makunaima e o ensino de música. 1991. 197 f.

Dissertação (Mestrado) – Curso de Música, Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, Conservatório Brasileiro de Música, Rio de Janeiro, 1991.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. A herança dos descaminhos na formação do estado de Roraima. Orientadora: Marlene Suano. 2003. 378 f. Tese (Doutorado) – Programa de História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. Notas sobre os holandeses na Amazônia no período colonial. Textos & Debates, Boa Vista, RR, n. 11, jul./dez. 2006.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. O rio Branco no contexto da Amazônia Caribenha: aspectos da colonização europeia entre os séculos XVI e XVIII. In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende; MOREIRA, Felipe Kern (org.). Relações internacionais na fronteira norte do Brasil. Boa Vista, RR: EdUFRR, 2008a. (Coletânea de Estudos).

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. Bourda: a little Brazil em Georgetown. Textos & Debates, Boa Vista, RR, n. 4, p.147-154, jan.-jun. 2008b.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes (org.). Projeto Kuwai Kiri: a experiência amazônica dos índios urbanos de Boa Vista, Roraima. Boa Vista, RR: EdUFRR, 2010.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. A presença holandesa na Amazônia Caribenha entre os séculos XVI e XVII:

da Costa Selvagem ao Rio Branco. In: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; IFILL, Mellissa (org.). Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Guyana. Boa Vista, RR: EdUFRR, 2011.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. Brasil-Guyana-Venezuela e algumas trilhas indígenas. Revista Tepui: Dossiê Fronteira, Boa Vista, RR, 1º semestre 2012.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. Amazônia Caribenha: a regionalização, os caminhos históricos e culturais. In: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; JUBITHANA-FERNAND, Andrea Idelga. Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Suriname. Boa Vista, RR: EdUFRR, 2014.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. A cidade de Boa Vista e os índios urbanos em áreas de fronteiras. In: LIMA, Carmen Lúcia; CIRINO, Carlos Alberto (org.). Moradores da Maloca Grande: reflexões sobre os indígenas no contexto urbano. Boa Vista, RR: EdUFRR, 2016. p. 75-85.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; HULSMAN, Lodewijk. Escravidão indígena na Amazônia Caribenha. Revista Olhares Amazônicos, Boa Vista, RR, v. 5, n.1, p. 912-929, jan./jun. 2017.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; IFILL, Mellissa (org.). Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Guyana. Boa Vista, RR: EdUFRR, 2011.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; JUBITHANA-FERNAND, Andrea Idelga. Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Suriname. Boa Vista, RR: EdUFRR, 2014.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; MAGALHÃES, Maria das Graças Dias. A Questão do Pirara: Roraima. Revista Textos & Debates: Dossiê Guianas, Boa Vista, RR, n. 14, jan.-jun. 2008.

OOSTINDIE, Gert; ROITMAN, Jessica. Dutch Atlantic connections, 1680-1800. Linkings Empires, Bridging Borders. Leiden/Boston: BRILL, 2014.

PONS, Frank Moya. History of the Caribbean: plantations, trade, and war in the Atlantic World. Princeton, NJ: Markus Wiener Publishers, 2007.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. História do Amazonas. Belo Amazonas, 1989.

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. Revista Espaço Acadêmico, n. 2, mar. 2018.

RODRIGUES, José Manuel Damião. Ciência, viagens e controlo do território: o caso do Brasil na segunda metade do século XVIII. Memórias: Revista Digital de História y Arqueología desde el Caribe Colombiano, Barranquilla, Colómbia, ano 11, n. 25, p. 1-33, ene-abr. 2015. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/>

tadigitaldehistoriayarqueologiadeseelcaribe/2015/no25/3.pdf. Acesso em: 26 set. 2019.

SAN MARTIN, Eduardo. O caminho de Eldorado: a descoberta da Guiana por Walter Raleigh em 1595. Adaptação e notas de E. San Martin. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002.

THOMPSON, Alvin O. Colonialism and underdevelopment in Guyana, 1580-1803. Bridgetown/ Barbados: Carib Research & Publications, 1987.

THOMPSON, Alvin. The Berbice Revolt, 1763-64. Georgetown: Cooperative Republic of Guyana, 1999.

TIERRA FIRME. Revista de historia y ciencias sociales. Caracas, Venezuela, v. 21, n. 82, abr.-jun., 2003.

VAN WALLENBURG, Martin et al. The voyage of Gelein van Stapels to the Amazon River, the Guianas and the Caribbean, 1629-1630. The Journal of the Hakluyt Society, Jan. 2015.

VAN'S GRAVESANDE, Laurens Storm. The rise of British Guiana. Nendeln, Liechtenstein: Kraus Reprint, 1967.

Posfácio

O estado de Roraima no contexto da Amazônia Caribenha como parte da Guiana Portuguesa

Este livro abordou parte da problemática que envolveu o processo histórico da História de Roraima no contexto da Amazônia Caribenha, compartilhando o mesmo espaço com o atual estado do Amapá na denominada Guiana Portuguesa. O entendimento de Guiana Portuguesa está fundamentado na literatura neerlandesa desde o fim do século XVII. Momento de nova divisão geopolítica na ilha da Guiana, que surgiu durante os embates armados entre europeus e povos indígenas na Amazônia.

Esses povos na Guiana Portuguesa foram sendo envolvidos nessas lutas europeias, que eram incitadas pelo processo político, militar e evangelizador, causadas pela Guerra da Restauração do reino de Portugal (1640-1668). A partir da dinastia de Bragança, o reino de Portugal passou a reivindicar e disputar a posse de terras na região amazônica.

São narrativas históricas que têm apoio no diálogo teórico-metodológico da literatura neerlandesa com a brasileira, que esclarecem essas lacunas presentes na literatura brasileira sobre a História do estado de Roraima. Um estado que representou no passado colonial o interior da Guiana, com território entre os

rios Branco e Rupununi, com povos do tronco linguístico Karíb e Arawak, que, no processo de consolidação do colonizador, foi dividido entre os europeus que se tornaram proprietários dos povos indígenas e das terras por eles ocupadas.

Nesse sentido, o Forte do Presépio, onde hoje é a cidade de Belém, dava segurança e soberania aos portugueses sobre a margem direita e o delta direito do rio Amazonas, como estado independente do Maranhão e Grão-Pará. Por outro lado, a Guiana Portuguesa, com a instalação de um forte no litoral (hoje Amapá) e de um forte no interior (hoje Roraima), garantiu a segurança e soberania da margem esquerda e delta esquerdo do rio Amazonas. Tendo assim, o controle sobre o delta e o interior do rio Amazonas, com extensão aos seus diferentes afluentes e conexões fluviais, em direção aos Andes.

Para compreender esse processo histórico, faz-se necessário relembrar alguns eventos. Entre os eventos históricos, temos as Guerras europeias dos 80 Anos (1568-1648) e dos 30 Anos (1618-1648), que se misturaram e provocaram outras mudanças geopolíticas e de relações internacionais na ilha da Guiana ou Amazônia Caribenha. O tratado de Münster (1648), assinado pelo rei espanhol Filipe IV, reconheceu a independência e a posse da ilha da Guiana para a República Neerlandesa. O Tratado de Westphalia (1648) reconheceu a paz e a soberania das nações católicas e protestantes envolvidas na Guerra dos 30 Anos. Nes-

se caso, o território da ilha da Guiana ou Amazônia Caribenha recebeu europeus católicos e protestantes, que passaram a disputar terras e posse dos povos indígenas nessa região.

O aumento da instabilidade entre espanhóis, portugueses e neerlandeses ocorreu durante a Guerra da Restauração (1640-1668) sob a liderança do duque de Bragança, D. João. Com a Dinastia de Bragança no poder da Coroa Portuguesa, o duque de Bragança foi coroado como D. João IV. O novo rei de Portugal passou a reivindicar e disputar terras e povos indígenas na Amazônia, consolidando presença no delta do rio Amazonas e no interior com extensão para os Andes e também para os rios Negro e Branco.

A literatura brasileira apontou o século XVII, com a viagem da expedição do português Pedro Teixeira (1637-1639), como o marco da origem histórica do atual estado de Roraima, localizado no interior da ilha da Guiana. É uma área territorial compartilhando a região do Circum-Roraima, que faz parte dos mitos e das lendas dos povos indígenas do tronco linguístico Karíb, com o mito Makunaima.

Com a independência de Portugal da Espanha, ao fazer uso da expedição espanhola, autorizada pelo rei Filipe IV, durante a União Ibérica, os portugueses não mediram esforços para provar sua antiguidade na referida região com base nessa expedição, que foi comandada por um português, Pedro Teixeira. Contudo, não se encontrou nenhuma fonte histórica

que comprovasse a passagem da expedição de Pedro Teixeira pelo rio Branco.

Outra situação no processo histórico dessa região foi a divulgação da lenda europeia sobre o mito Eldorado no interior da ilha da Guiana. A lenda do príncipe intitulado de El Dorado tornou-se o principal evento para as diferentes expedições de exploração europeia na região a partir do século XVI. Para os europeus, o lago do El Dorado estava localizado no interior da Guiana, com o castelo ornado em ouro e pedras preciosas. Tal informação induziu o europeu a diferentes buscas pelo El Dorado na Amazônia ou no interior da ilha da Guiana.

Nos embates armados entre portugueses, espanhóis e neerlandeses, travados no interior da ilha da Guiana, entre os rios Uraricoera, Branco e Rupununi, os portugueses, com apoio indígena, tiveram êxito, ocuparam e colonizaram o interior da Guiana, onde hoje é o estado de Roraima, e também o litoral da Guiana, hoje estado do Amapá. É nessa perspectiva histórica, que os dois referidos estados possuem uma origem comum como Guiana Portuguesa. A administração dos fortes portugueses na Guiana era realizada pela sede do estado do Maranhão, em São Luís. Depois, pela sede do estado do Grão-Pará e Rio Negro, em Belém.

Assim, em 1775, o rei de Portugal, D. José I, com apoio do Marquês de Pombal como primeiro ministro, assinou a Carta Régia para construção do Forte São

Joaquim no rio Branco. Por volta de 1778, há notícias de que o referido forte foi construído e, em seguida, foi introduzida a cultura do gado, favorecendo a ocupação portuguesa na região e a posse de todos os indígenas como súditos de Portugal.

Destacamos que entre 1890 e 1930, momento do Estado Novo com Vargas e a colocação dos marcos na fronteira Brasil e Guiana Britânica, os fazendeiros do rio Branco e do rio Rupununi mantiveram laços familiares e de compadrio, envolvendo também as diferentes famílias indígenas: sejam Makuxi, Wapichana, Atorai, Ingarikó, Patamona, Wai Wai. Todos ocupando o interior da Guiana e longe do poder político e administrativo. Nesse interim, os fazendeiros portugueses e britânicos foram estreitando as relações de parentesco e econômicas, como se fossem uma grande família interiorana guianense.

Essa cultura familiar foi dividida pela comissão de fronteiras que instituiu normas que separaram as famílias de nacionalidade portuguesa e britânica, incluindo as famílias dos povos indígenas do tronco linguístico Karíb e Arawak. Foi nesse contexto, que, em 1943, foram criados os Territórios Federais do Rio Branco e do Amapá, desmembrando-os das terras do Amazonas e do Pará.

Para finalizar, evidenciamos que esses são eventos iniciais do processo histórico e de relações internacionais na Amazônia Caribenha, que devem ser avaliados para, no século XXI, pensarmos na

elaboração histórica, sociocultural e geopolítica do estado de Roraima. Uma região Amazônica de complexa elaboração histórica, pela presença dos cinco países de cultura e língua europeia, que compartilha o território com a cultura e língua dos povos do tronco linguístico Karíb e Arawak. Nesse sentido, o Estado de Roraima revelou-se inserido em um contexto intercultural. Ou seja, possuindo uma sociedade nacional de formação plural, com distintos povos e línguas, com intenso dinamismo fronteiroço nacional e internacional.

O autor.

Esta obra revela distintos fragmentos históricos e socioculturais extremamente escassos na literatura brasileira e caribenha. Aborda variados aspectos do processo de colonização na denominada ilha Amazônia Caribenha ou território da ilha da Guiana, para uma reflexão sobre a relação entre os cinco países que compartilham terras na referida ilha localizada na América do Sul. O autor enfrenta desafios ao coletar os dados e reunir as diferentes abordagens na elaboração desta obra, que difunde o conceito de Amazônia Caribenha e seus desdobramentos históricos e culturais, como uma única e singular região. Destaca aspectos comuns na história dos estados federados brasileiros de Roraima e Amapá, como originários da Guiana Portuguesa durante o processo colonizador europeu.

NUPEPA
Núcleo de Pesquisas Econômicas e Políticas da Amazônia



ISBN 9786586062717



9 786586 062717